



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Rebeca Silva Fernandes de Moura

Uso ético e legal da informação: uma proposta de conjunto de diretrizes de ciência aberta,
acesso aberto e direitos autorais para Portais de Periódicos

Florianópolis
2023

Rebeca Silva Fernandes de Moura

Uso ético e legal da informação: uma proposta de conjunto de diretrizes de ciência aberta,
acesso aberto e direitos autorais para Portais de Periódicos

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação

Linha de Pesquisa: Informação, Comunicação Científica
e Competência.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Muriel-Torrado.

Coorientador: Prof. Dr. Edgar Bisset Alvarez.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moura, Rebeca Silva Fernandes de

Uso ético e legal da informação : uma proposta de conjunto de diretrizes de ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais para Portais de Periódicos / Rebeca Silva Fernandes de Moura ; orientador, Enrique Muriel-Torrado, coorientador, Edgar Bisset Alvarez, 2023.

180 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Direito autoral. 3. Acesso aberto. 4. Ciência aberta. 5. Portal de periódicos. I. Muriel-Torrado, Enrique. II. Bisset Alvarez, Edgar. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

Rebeca Silva Fernandes de Moura

Uso ético e legal da informação: uma proposta de conjunto de diretrizes de ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais para Portais de Periódicos

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 13 de fevereiro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Sueli Soares Pinto Ferreira, Dr.^a
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Viviane Santos de Oliveira Veiga, Dr.^a
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Prof.^a Rosangela Schwarz Rodrigues, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Enrique Muriel-Torrado, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

Aos meus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelas oportunidades, sendo o doutorado uma das mais sonhadas e especiais. Aos meus pais por sempre me incentivarem e por sempre demonstrarem que a educação é sempre a melhor escolha, o melhor caminho, que ela sempre deveria ser (e sempre foi) minha prioridade, e, acima de tudo, que a educação é a única coisa que você leva para a eternidade. Obrigada com todo meu coração e amor.

Agradeço ao meu orientador, professor Enrique Muriel-Torrado, pelo longo caminho trilhado, por ter me acompanhado nessa longa trajetória de mestrado e doutorado, por ter me ouvido tantas vezes. E meu agradecimento também muito especial vai para o meu coorientador, professor Edgar Bisset Alvarez, muito obrigada por tudo que você fez por mim, quando nem era de fato meu coorientador e já se fazia tão presente, quando entendia, muitas vezes até melhor que eu, o que eu queria escrever, obrigada pela sensibilidade em um momento tão delicado, obrigada por acima de tudo ser humano.

Agradeço também aos amigos que o doutorado me deu e aos amigos do trabalho que constantemente se interessaram pela pesquisa e pelo andamento dela, realmente foi um período muito especial e de muita empatia e cumplicidade. Obrigada a cada um de vocês: Lisandra, Priscila, Aline Leite, Raquel, Xanda, Paulinho, Marcelo, Aline Coelho, sempre levarei vocês em meu coração.

Gostaria também de agradecer a minha irmã por ter me dado a honra de ser tia e dinda das duas crianças mais lindas e engraçadas que poderiam existir, vocês ainda não sabem, mas vocês me deram uma força essencial nesse período do doutorado, muitas vezes tudo que eu pensava era em concluir e receber o título de doutora e sabem por quê?! Porque certa vez a Luiza, ainda muito pequena e sem sequer entender o que um doutorado significa falou “quero ser doutora igual a dinda”, saiba que essa frase serviu tantas vezes de combustível e que com certeza não desisti, em meio a pandemia e a tantas adversidades, pois precisava “ser doutora” para você um dia ter uma dinda doutora para se espelhar.

O meu muito obrigada também muito especial vai para o meu marido, companheiro de todas as horas, aquele que esteve e está ao meu lado desde o processo seletivo quando eu falei que iria fazer a prova de ingresso no doutorado apenas para teste, quando na verdade já tinha uma expectativa tamanha. Obrigada Erick pelo incentivo, pelas palavras, por me ouvir ensaiar tantas e tantas vezes, por ouvir algumas vezes que eu queria desistir, afinal, certos momentos foram muito difíceis, mas como você sempre falou: valerá a pena. Pois é, realmente valeu. Acredito que atravessamos o período mais conturbado de todos, afinal passamos por uma

pandemia, um doutorado em andamento, problemas de saúde e uma perda irreparável que sempre nos fará falta (Valter, obrigada pela força que emana e sei que estaríamos fazendo um churrasco de comemoração, sentimos diariamente a sua falta); não foi fácil, mas hoje a emoção vem por ter alcançado um sonho, hoje posso dizer que você tinha razão e realmente valeu a pena, como valeu. Obrigada a você e ao nosso maior presente em forma de cachorro, nosso amorzinho, Buddy!

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

O ambiente digital e as novas tecnologias se tornaram capazes de potencializar interações científicas de maneira aberta. A disponibilização aberta da informação vem sendo estimulada por diferentes iniciativas, como o Movimento Ciência Aberta, que cria mecanismos para tornar a informação científica aberta, compartilhada e gratuita para a comunidade científica e para toda a sociedade, por meio do ambiente digital, e, ao mesmo tempo, em observância à Lei de Direitos Autorais (LDA) nº 9.610, promulgada em fevereiro de 1998. Nesse sentido, as universidades, normalmente através de portais de periódicos, são responsáveis por disponibilizar informações científicas de maneira aberta, gratuita e organizada em único ambiente e, para isso, se faz necessária a criação de diretrizes e normativas regulamentadoras. O objetivo da presente pesquisa é propor um conjunto de recomendações para elaboração de diretrizes relacionadas à ciência aberta e aos direitos autorais, destinado a portais de periódicos científicos de universidades brasileiras quando forem criar ou atualizar suas diretrizes/documentos reguladores. Os procedimentos metodológicos utilizados para atender os objetivos predefinidos ocorreram por meio da análise das 100 universidades mais bem classificadas, segundo *ranking* fornecido pela Webometrics no ano de 2020. Nossa amostra passou a ser de 89 universidades, por estas possuírem portais de periódicos vinculados, das quais 30 possuem diretrizes ou outro tipo de documentos norteadores, tendo estes sido analisados na íntegra. Assim, foi realizado o levantamento dos elementos fundamentais na literatura relacionados à comunicação científica; foram identificados artigos através de revisão sistemática, analisados por meio da técnica de mineração de dados; foram identificadas e analisadas as diretrizes dos portais de periódicos que tratem sobre as temáticas; bem como os elementos presentes nas diretrizes localizadas. Por fim, com base nos elementos fundamentais localizados na literatura e sua adesão pelas diretrizes, foi proposto um conjunto de recomendações para elaboração de diretrizes sobre ciência aberta e direitos autorais destinado aos portais de periódicos e às universidades em grau de recomendação.

Palavras-chave: direito autoral; ciência aberta; acesso aberto; portais de periódicos; periódicos científicos.

ABSTRACT

The digital environment and the new technologies have become capable of enhancing scientific interactions in an open manner. The open release of information is being stimulated by different initiatives, such as the Open Science Movement, which creates mechanisms to make scientific information open, shared and free for the scientific community and all the society, through the digital environment and, at the same time, observing the Copyright Law number 9.610, proclaimed in February, 1998. In this sense, universities, usually by the means of journal portals, are responsible for making scientific information available in an open, free and organized in a single environment manner and, for such, there is a need for the creation of guidelines and regulation norms. The present research goal is to propose a set of recommendations for the elaboration of guidelines related to open science and copyright, aimed towards scientific journal portals of Brazilian universities seeking to create or update their guidelines and/or regulation documents. The methodological procedures used to reach the predefined goals happened through an analysis of the universities rated in the top hundred positions, according to ranking provided by Webometrics in the year of 2020. The study's sampling comprised 89 universities, as the aforementioned possess journal portals related to them, from which 30 have guidelines or other sort of guiding documentation, such being thoroughly analyzed. Thus, the researcher has conducted a survey of the fundamental elements in literature linked to scientific communication; articles were identified through the use of systematic review and analyzed using the data mining technique; guidelines of the journal portals regarding the subject were identified and analyzed, as well as the elements presented in the guidelines found. Lastly, based on the fundamental elements found in literature and their adhesion by the guidelines, a set of recommendations for the elaboration of guidelines regarding open science and copyrights meant for journal portals and universities at level of recommendation has been proposed.

Keywords: Copyrights; Open Science; Open Access; Journal portals; Scientific journals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Comunicação Científica.....	24
Figura 2 – Taxonomia de Ciência Aberta.....	53
Figura 3 – Práticas de Ciência Aberta	54
Figura 4 – Apresentação da estrutura da pesquisa.....	64
Figura 5 – Fases da Revisão Sistemática.....	67
Figura 6 – Atividades do processo de execução da Revisão Sistemática.....	67
Figura 7 – Fluxograma de atividades para execução da Revisão Sistemática.....	70
Figura 8 – Estratégias de buscas.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre os textos das declarações de acesso aberto.....	61
Quadro 2 – Objetivos Específicos x Metodologia x Dados Coletados x Resultados Esperados	65
Quadro 3 – Critérios de transparência	94
Quadro 4 – Resumo boas práticas localizadas na literatura	100
Quadro 5 – Classificação das diretrizes de acordo com elementos.....	108
Quadro 6 – Classificação das diretrizes por categorias	111
Quadro 7 – Resumo conjunto de recomendações.....	141
Quadro 8 – Relação das 100 universidades mais bem classificadas	171
Quadro 9 – Relação universidades que possuem portais de periódicos	174
Quadro 10 – Relação universidades que não possuem portais de periódicos	177
Quadro 11 – Relação das universidades que possuem diretrizes/documentos norteadores ...	178
Quadro 12 – Relação das universidades que estão com suas diretrizes/documentos norteadores em construção	179
Quadro 13 – Ferramenta de avaliação para análise das diretrizes/documentos norteadores..	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo de produção editorial segundo periodicidade das revistas	30
Tabela 2 – Buscas na Base de Dados Scopus	77
Tabela 3 – Classificação dos artigos por cores – Scopus	78
Tabela 4 – Buscas na Base de Dados BRAPCI	80
Tabela 5 – Classificação dos artigos por cores – BRAPCI	81
Tabela 6 – Buscas na Base de Dados Scielo	82
Tabela 7 – Classificação dos artigos por cores – Scielo	83
Tabela 8 – Buscas na Base de Dados Web of Science (WoS)	84
Tabela 9 – Classificação dos artigos por cores – WoS	85
Tabela 10 – Classificação geral por cores	86
Tabela 11 – Mineração de Dados	103
Tabela 12 – Resultado das análises realizadas	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral.....	20
1.2.2	Objetivos Específicos	21
1.3	JUSTIFICATIVA	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES	23
2.2	USO ÉTICO E LEGAL DA INFORMAÇÃO	36
2.3	ELEMENTOS ÉTICOS E LEGAIS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1	IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS E BOAS PRÁTICAS	66
3.2	ANÁLISE DOS ARTIGOS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE MINERAÇÃO DE DADOS.....	70
3.3	IDENTIFICAÇÃO DE DIRETRIZES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS.....	70
3.4	CARACTERIZAÇÃO DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS	71
3.5	CATEGORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS LOCALIZADOS NAS DIRETRIZES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS	72
3.6	PROPOSIÇÃO DE CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES	73
3.7	PLANO DE GESTÃO DE DADOS	73
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	76
4.1	IDENTIFICAÇÃO NA LITERATURA DE ELEMENTOS E BOAS PRÁTICAS ÉTICAS E LEGAIS DA INFORMAÇÃO	76
4.1.1	Boas Práticas na Literatura	90
4.2	ANÁLISE DOS ARTIGOS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE MINERAÇÃO DE DADOS.....	102
4.3	IDENTIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	105
4.4	CARACTERIZAÇÃO DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS	107

4.5	CATEGORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS PRESENTES NAS DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS.....	110
4.6	PROPOSTA DE CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES PARA DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DE CIÊNCIA ABERTA E DIREITOS AUTORAIS DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES	171
	APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE POSSUEM PORTAIS DE PERIÓDICOS	174
	APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE NÃO POSSUEM PORTAIS DE PERIÓDICOS.....	177
	APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS QUE POSSUEM DIRETRIZES.....	178
	APÊNDICE E – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE POSSUEM PORTAIS DE PERIÓDICOS QUE ESTÃO EM FASE DE CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES.....	179
	APÊNDICE F – FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO	180

1 INTRODUÇÃO

Em face dos avanços tecnológicos e das novas possibilidades de disseminação e compartilhamento da informação, possibilitadas principalmente em decorrência do ambiente digital, nossa sociedade, comumente denominada Sociedade da Informação (SI), dispõe da informação científica com de maneira diversa, em comparação com a era pré-internet. Contudo, o uso que se faz da informação de terceiros precisa cumprir também os preceitos éticos e legais.

A ética científica diz respeito às normas básicas de condução e execução das atividades de pesquisa. Os trabalhos acadêmicos-científicos buscam, em sua essência, construir o conhecimento e sua disseminação. Nesse sentido, a era da informação provocou uma verdadeira revolução nos meios de comunicação, auxiliando na promoção do conhecimento disponível no ambiente digital, estando sujeito à observância das normas éticas e legais, necessitando respeitá-las em sua integridade (TAGATA, 2008).

O uso ético e legal da informação se relaciona à forma como se cria, distribui, consulta e utiliza informações de terceiros, protegidas por lei, com o intuito de buscar prevenir a incidência de ilícitos (CATTS; LAU, 2008). Na presente pesquisa, o uso ético e legal da informação será considerado na interseção entre a ciência aberta e os direitos autorais.

Apesar de o Brasil não possuir política pública explícita relativa à ciência aberta, existem ações isoladas que buscam promovê-la. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por exemplo, participam ao longo dos anos de iniciativas que buscam estabelecer elo entre a produção científica e o uso do conhecimento gerado a partir dessa produção (SANTOS; ALMEIDA; ELIAS; MOTTA; GUANAES; JORGE; HENNING; OLIVEIRA, 2017).

A visão da ciência aberta vem se aprimorando ano após ano, conforme destaca a Research Information Magazine, em sua edição de junho/julho de 2020, ao informar que o “mainstream da publicação científica está mudando em definitivo”, fazendo surgir diferentes iniciativas de organizações que buscam se adaptar à ciência aberta, como, por exemplo: a) a casa editorial Elsevier que defende a necessidade de investimentos em periódicos abertos e, inclusive, apresenta um manifesto para ciência reprodutível; b) a Cambridge University lançou uma plataforma de conteúdos abertos, denominada Cambridge Open Engage. Iniciativas como essas nos levam a crer que a ciência aberta será capaz de mudar o futuro dos periódicos científicos de um modo geral (GILLET, 2020).

Algumas vezes a ciência aberta e o acesso aberto são vistos como sinônimos. Porém, de maneira sucinta, a ciência aberta é mais abrangente, por buscar a disponibilização da

informação científica, incluindo seus dados e metadados; já o acesso aberto procura que obras intelectuais sejam disponibilizadas e acessadas de forma aberta e gratuita no ambiente digital, sendo tido como uma prática de ciência aberta. Santos, Almeida, Elias, Motta, Guanaes, Jorge, Henning e Oliveira (2017, p. 8) ao estudar a ciência aberta concluem que ela “abarca diferentes pilares”, dentre eles, o acesso aberto.

O movimento de Acesso Aberto ou Open Access (OA) se vincula à disponibilização aberta da informação, sem restrições de acesso e uso, podendo ser acessada via meio eletrônico ou pela concessão de cópias impressas para qualquer finalidade, cabendo ao autor definir o formato de disponibilização de sua obra, bem como suas permissões de uso (SUBER, 2012).

O acesso aberto busca fomentar inovação, criatividade, progresso social, busca estimular à criação e o crescimento econômico (ANTUNES, 2016), existindo basicamente de duas formas distintas: a) através da disponibilização das obras pelo próprio autor em formato aberto; e, b) por meio de portais de periódicos que disponibilizam obras na modalidade de acesso aberto (PACKER; SANTOS, 2019).

Obras disponibilizadas em acesso aberto estão igualmente protegidas. Assim, ao fazer uso de dados de terceiros devem ser observados quais termos e condições de uso a obra foi previamente cadastrada. De acordo com Cueva e Méndez (2022, p. 8) se o consentimento não estiver claro ou se a obra não estiver cadastrada sob licença específica, deve se considerar “todos os direitos reservados” em favor do autor.

O movimento de acesso aberto à informação é capaz de alterar o processo de comunicação científica, fazendo surgir novas formas de disponibilização da informação, como através de portais de periódicos. Pode-se considerar portais de periódicos as bibliotecas virtuais que disponibilizam obras passíveis de serem consultadas por terceiros, auxiliando na construção de pesquisa científica.

Os portais de periódicos indexam diferentes periódicos científicos, de modo a fazer a informação ficar disponível de maneira organizada e em único local. Pecegueiro e Luzo (2022, p. 1) mencionam que portais de periódicos buscam “disseminar a informação científica e dar acesso e visibilidade às pesquisas”, auxiliando no processo de divulgação da comunicação científica.

A comunicação científica é entendida por Caribé (2015, p. 90) como “as atividades desenvolvidas por diferentes pessoas e instituições, com objetivo de levar a informação científica a determinado grupo social.”

Para a comunicação científica os direitos autorais ocupam posição de destaque, em decorrência da proteção oferecida pela lei aos autores. Assim, na busca pela regulamentação

desses direitos, o Brasil promulgou em fevereiro de 1998 a Lei nº 9.610, conhecida por Lei de direitos autorais (LDA), cujo principal objetivo é oferecer proteção aos autores (BRASIL, 1998).

A referida Lei possui o papel de conceder benefícios e garantir direitos à coletividade. Portanto, a Lei de direitos autorais busca conferir à sociedade à continuação da criação e o pleno acesso aos bens criados, de modo que as obras sejam disseminadas e utilizadas por terceiros de maneira ética e legal (LACORTE, 2014) e que os dados de pesquisa sejam disseminados abertamente através do ambiente digital (PINHEIRO, 2014).

O direito autoral possui importância incontestável para a ciência aberta, pois busca regulamentar a relação entre autores e usuários e conceder proteção aos autores contra utilização indevida de obras por terceiros, entre outros. Nesse sentido, em abril de 2022 Cueva e Méndez apresentaram o relatório denominado “Ciência Aberta e Direito de Propriedade Intelectual. Como eles podem interagir melhor?”. Nele os autores buscam apresentar recomendações de interações capazes de propiciar o trabalho colaborativo, proposto pela ciência aberta, e ao mesmo tempo seu equilíbrio com os direitos de propriedade intelectual (CUEVA; MÉNDEZ, 2022).

O relatório supracitado busca oferecer recomendações de alterações em políticas, as quais se destacam as recomendações destinadas aos “formuladores de políticas”, sendo elas: indicação de alteração nos regimes de direitos autorais das políticas para atendimento das necessidades da ciência aberta; a proteção promovida pela propriedade intelectual deve acompanhar o avanço tecnológico sendo capaz de englobar proteção de obras disponíveis no ambiente digital; promoção da ciência pura, denominada no texto como ciência básica, por ser peça essencial para a ciência aplicada; o relatório indica que a proteção oferecida às obras disponibilizadas abertamente deve ser ao menos igual à proteção oferecida a obras fechadas; é indicada a criação de ‘Escritório para Direitos de Propriedade Intelectual Livre e Ciência Aberta’; por fim, a legislação de propriedade intelectual da União Europeia deve ser analisada no intuito de expandir a exceção de direitos autorais com base nas diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (CUEVA; MÉNDEZ, 2022). De modo geral, as políticas devem observar as necessidades da ciência aberta e ao mesmo tempo a proteção aos autores.

Duarte e Pereira (2009, p. 5) definem os direitos autorais como: “[...] o poder que o autor, o criador, o tradutor, o pesquisador ou o artista tem de controlar o uso que se faz de sua obra. Basicamente os direitos autorais trabalham com a imaterialidade, sendo esta, a principal particularidade da propriedade intelectual”.

Um dos principais objetivos do direito autoral é oferecer proteção, de maneira legal, às obras intelectuais por sua originalidade ou criatividade, criadas e fixadas em qualquer suporte físico, tangível ou intangível, em favor do autor (GANDELMAN, 2007).

Os direitos autorais possuem natureza dúplice, pois deles decorrem os direitos morais e os patrimoniais. Os direitos morais se relacionam à criação, à paternidade da obra e buscam proteger o vínculo entre autor e obra (ALGARVE, 2018). Segundo a própria LDA, esses direitos são inalienáveis e irrenunciáveis (BRASIL, 1998). Já os direitos patrimoniais vinculam-se à exploração econômica das obras, ou seja, as vantagens pecuniárias que surgem em decorrência da criação (ALGARVE, 2018). A lei reguladora define que os direitos patrimoniais são passíveis de serem transferidos a terceiros, se assim o autor desejar (BRASIL, 1998).

Visando oferecer proteção aos autores e suas obras de forma mais flexível, se comparadas à proteção oferecida pela lei de direitos autorais, existem alguns tipos de licenças que buscam flexibilizar o uso das obras, como é o caso das licenças Creative Commons (CC), consideradas fundamentais na citação e compartilhamento de obras, particularmente no contexto digital, pois permitem que os autores compartilhem os direitos que considerem oportunos e reservem outros.

As licenças servem como alicerce do uso ético e legal da informação, pois se caracterizam como uma espécie de alternativa complementar que auxiliam na proteção aos direitos dos autores e ao mesmo tempo oferecem aos usuários alguns direitos.

O ato de registro das obras com licenças CC é um ato voluntário, ou seja, caso os autores ou titulares almejem oferecer esse tipo de proteção às suas obras precisam licenciá-las, assinando uma espécie de contrato que detalha os termos de uso da licença previamente escolhida. Cabe ressaltar a importância de licenciar as obras, principalmente aquelas que se encontram disponíveis em acesso aberto, pelo fato de as licenças oferecerem certos direitos e deveres, tanto aos autores quanto aos usuários.

Em razão da ampla divulgação da comunicação científica e da necessidade de proteção autoral, a presente pesquisa possui como foco a análise do movimento da ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais no Brasil, de acordo com a comunicação científica disponibilizada através de portais de periódicos. Para isso, com base na literatura, foram levantados elementos fundamentais à comunicação científica e elementos vinculados a periódicos científicos e aos portais de periódicos, que serviram de base para análise das diretrizes/documentos norteadores emitidos pelos portais de periódicos na busca pela utilização da informação seguindo preceitos éticos e legais.

Basicamente, a pesquisa se divide em três grandes partes, sendo elas: a análise dos

elementos localizados na literatura; a verificação da presença dos elementos nas diretrizes localizadas que abordam as temáticas de estudo; e, por fim, com base no levantamento dos elementos e análise das diretrizes/documentos norteadores, a proposição de conjunto de recomendações para elaboração de diretrizes para portais de periódicos.

Na presente pesquisa se utiliza a nomenclatura “diretrizes/documentos norteadores” para quaisquer documentos aprovados nos portais de periódicos, que tratem acerca de ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais, podendo se tratar em alguns casos de outros tipos de documentos, como instruções normativas, regimentos e até mesmo cartilhas que tratem sobre as temáticas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A Sociedade da Informação convive com diferentes oportunidades de acesso e compartilhamento das informações de maneira digital, essas facilidades podem acarretar a falta de diretrizes sobre questões relacionadas à ciência aberta e ao direito autoral pelos portais de periódicos.

A presente pesquisa parte do pressuposto que o uso ético e legal da informação está pautado na ciência aberta e nos direitos autorais e que eles se relacionam a partir da Lei de direitos autorais, assim, são identificadas, mapeadas e analisadas as diretrizes de ciência aberta e direitos autorais instituídas pelos portais de periódicos vinculados a uma gama de universidades, com o intuito de verificar se os direitos dos autores estão sendo preservados e se o conhecimento está sendo disseminado de maneira aberta. Assim, partimos do questionamento: os documentos norteadores dos portais de periódicos acerca de ciência aberta e direitos autorais os auxiliam na disseminação ética e legal da informação científica?

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa proposto, a proposta foi delineada para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Propor conjunto de recomendações para elaboração de diretrizes para portais de periódicos científicos de universidades brasileiras.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar na literatura elementos e boas práticas éticas e legais da informação no âmbito da ciência aberta e direitos autorais;
- b) Analisar os artigos encontrados através da técnica de mineração de dados;
- c) Identificar as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos científicos das universidades brasileiras;
- d) Caracterizar o conteúdo dos documentos dos portais de periódicos;
- e) Categorizar os principais elementos de ciência aberta e direitos autorais que aparecem nas diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos;
- f) Propor um conjunto de recomendações a serem utilizadas nas diretrizes/documentos norteadores de ciência aberta e direitos autorais dos portais de periódicos.

1.3 JUSTIFICATIVA

É possível definir a justificativa da presente pesquisa sob três diferentes pontos de vista: o acadêmico-científico, o institucional e o pessoal.

Na parte acadêmica-científica este estudo pretende contribuir com a análise das diretrizes de ciência aberta e direitos autorais adotadas pelos portais de periódicos e universidades brasileiras, segundo *ranking* fornecido pela Web of Universities (Webometrics) no ano de 2020 e, com a proposição de proposta base de diretrizes para elaboração ou atualização das diretrizes/documentos norteadores já existentes na busca pela disseminação da informação de maneira ética e legal, respeitando os direitos dos autores e ao mesmo tempo contribuindo com a abertura da informação científica para a sociedade.

Institucionalmente se percebe que a ciência aberta e o respeito aos direitos autorais já são alvo de interesse, sendo comprovado com as diretrizes/documentos norteadores existentes nas universidades e nos portais de periódicos vinculados a elas.

A pesquisa também surgiu pela ciência aberta ser um tema atual que vem ganhando cada vez mais destaque, pelo fato de o ambiente digital possibilitar a transferência de informações agilmente. Assim, surgiram iniciativas nacionais e internacionais na busca pelo fortalecimento do movimento que comprovam sua adesão e futuro próspero, como a iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que lançou ações na busca pela mobilização de mais de 100 países para promover ciência aberta através de

cooperação científica entre si (UNESCO, 2021). Nacionalmente, se destaca a iniciativa proposta Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que pretende incentivar a prática da ciência aberta ao estabelecer bases de cooperação técnica e operacional ao consagrar instituições que desejam possuir Digital Object Identifiers (DOIs) na busca pela promoção do conhecimento (FIOCRUZ, 2022).

Finalmente, a pesquisa é justificada pela perspectiva pessoal, onde a autora desta tese enxerga a oportunidade de explorar o tema ao continuar e aprofundar sua pesquisa iniciada no mestrado em 2016, quando teve os primeiros contatos com as temáticas, especialmente com os direitos autorais.

A pretensão, nesta tese, é analisar o cenário atual de modo que seja possível complementar questões iniciadas, e até não respondidas na dissertação de mestrado, e de alguma forma colaborar com os entendimentos lá iniciados. Além de propor um conjunto de recomendações capazes de auxiliar portais de periódicos na criação ou atualização de suas diretrizes, normativas, políticas ou documentos existentes que se relacionem principalmente com ciência aberta e direitos autorais e o uso que se faz da informação de terceiros; e servirem em nível de recomendação às políticas institucionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os elementos localizados na literatura, seus principais conceitos e sua vinculação com a comunicação científica nas universidades; uso ético e legal da informação; e, elementos éticos e legais da comunicação científica.

2.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES

Muito se discute sobre a importância da comunicação científica para o contexto acadêmico, estando ela diretamente relacionada à divulgação de pesquisas à comunidade, facilitada em decorrência do ambiente digital. A divulgação da comunicação científica diz respeito à disseminação a terceiros de dados e metadados ou até mesmo dos resultados de pesquisa.

A comunicação científica é “um dos pilares básicos e mais importante para as ciências” (SANTA ANNA 2019, p. 2), pois possibilita a comprovação dos estudos, bem como sua aceitação pelos pares e ser capaz de viabilizar a divulgação da informação científica à sociedade.

No entender de Amaral e Juliani (2020, p. 7), o processo de comunicação científica “abrange desde a geração da informação, por meio do desenvolvimento de uma pesquisa; até a validação dos resultados, por meio da comunidade científica”. Targino e Torres (2014, p. 2) complementam que “é o fluxo informacional que faz as inovações científicas e tecnológicas girarem com maior celeridade”.

Na presente pesquisa, o conceito central utilizado será o desenvolvido por Caribé (2015, p. 90), no qual a comunicação científica é entendida como qualquer ação capaz de “facilitar a construção e o compartilhamento” de informações científicas à sociedade, por isso sua relevância para o contexto universitário.

Oliveira e Aragão (1992, p. 201) mencionam que “a comunicação científica é o processo utilizado para transferência de informações gerada pelos pesquisadores”, essencial à pesquisa científica.

Siqueira (2015, p. 31), por sua vez, define o termo comunicação científica como “a busca pela promoção do conhecimento ao público e o debate científico”. Nesse sentido, o advento da Internet e da comunicação digital proporcionaram maiores possibilidades de acesso rápido a baixos custos ao conhecimento científico, e, ao mesmo tempo fez surgir novos desafios e até ameaças à proteção das obras disponíveis nesse ambiente (SIQUEIRA, 2015), em que, no

primeiro momento, se pensou que tudo que estava disponível no ambiente digital poderia ser livremente utilizado. Mas, algum tempo depois, percebeu-se que a Internet nada mais era do que uma mudança de suporte (PANZOLINI, 2018).

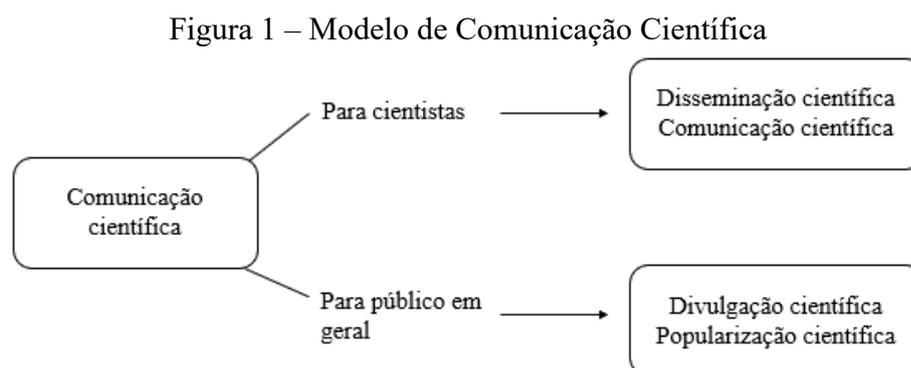
Ainda de acordo com Siqueira (2015, p. 29), a comunicação científica enfrenta “avanços e desafios procedentes da regulação dos direitos autorais e do papel das bibliotecas na preservação e disseminação do conhecimento”, tendo em vista que a lei de direitos autorais (LDA), promulgada em 1998, não acompanhou efetivamente as possibilidades oferecidas pela Internet, até mesmo por ter sido promulgada na era pré-internet e por não levar em consideração, por exemplo, a possibilidade de compartilhamento de obras no meio digital.

Leite (2007, p. 146) acredita que “a comunicação científica é a responsável pela facilitação, interação e troca de informações, conhecimentos, experiências e habilidades entre os membros das comunidades científicas”.

Para Pessoni e Carmo (2016, p. 90), “a comunicação da ciência e da tecnologia tornou-se uma ação, além de importante, necessária para a chamada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação”, devido à importância da disseminação do conhecimento científico na sociedade.

Com o passar do tempo surgiram desdobramentos da comunicação científica. Conforme Caribé (2015, p. 90), faz parte da comunicação científica a “difusão científica, divulgação científica, popularização da ciência, disseminação científica”, ambos relacionados às atividades científicas com o propósito de levar informação à sociedade.

A comunicação científica integra o processo de produção e desenvolvimento da ciência, sendo vista sob dois diferentes aspectos: o interno e o externo. O aspecto interno diz respeito à comunicação entre os cientistas, conhecido como disseminação ou comunicação científica; já o aspecto externo está vinculado à divulgação de informações científicas para a sociedade, conforme demonstrado na Figura 1 (CARIBÉ, 2015).



Fonte: Adaptado de Caribé (2011).

A divulgação e a disseminação atuam como termos semelhantes e subordinados da comunicação científica, estando relacionadas às atividades científicas desenvolvidas pelas instituições com o objetivo de levar a informação aos cientistas (disseminação) e à sociedade (divulgação) (CARIBÉ, 2015).

Apesar de não ser algo novo, a divulgação da informação científica evolui constantemente em razão das tecnologias da informação e comunicação e para acompanhar o progresso científico. De acordo com Personi e Carmo (2016, p. 88), o objetivo da divulgação científica é “propagar os conhecimentos científicos e tecnológicos à população para que sejam utilizados”, de forma que a atinjam seu real potencial de uso.

Como padrão, toda informação científica é divulgada, tendo em vista que pesquisas realizadas com verbas públicas devem retornar à sociedade de maneira aberta. Guanaes (2018, p. 25) aponta que “dados de pesquisas realizadas por instituições públicas são dados públicos” e, por isso, a necessidade de mantê-los acessíveis a terceiros, sempre que não envolver sigilo.

Os recursos que subsidiam as pesquisas vêm, direta ou indiretamente, da sociedade e os resultados desses investimentos precisam e devem retornar a ela. Assim, a divulgação científica trabalha de modo a prestar contas à sociedade dos investimentos realizados por ela (CASTILHO; FACÓ, 2011).

Outro termo que envolve a comunicação científica é a difusão científica, considerada todo processo que auxilie na veiculação de informações, englobando todos os tipos de comunicação científica. O mais importante veículo disseminador no ambiente acadêmico é o periódico científico, que disponibiliza informações geralmente através de portais de periódicos com o intuito de difundir o conhecimento à comunidade em geral (BARREIRA; SANTOS; SANTOS, 2013).

Estudos anteriores à explosão da Internet como meio facilitador da divulgação científica, como o realizado por Kunsch em 1991, já apontavam a importância que as universidades exerciam como centro sistematizador de conhecimento, que buscava irradiar à sociedade a pesquisa, o que foi ampliado com o ambiente digital (KUNSCH, 1991).

As facilidades provenientes do ambiente digital colaboraram com a disseminação de informações científico-técnicas, ao mesmo tempo que geraram conflitos entre a democratização e a comercialização da comunicação científica, pelo fato de a informação estar disponível e acessível para terceiros.

No contexto acadêmico, a informação científico-técnica diz respeito à informação gerada em decorrência da atividade nas universidades e centros de pesquisa. Assim, se faz necessário que a informação disponível seja organizada e estruturada de modo a atingir seu

potencial de uso (FORTUNATO, 2019).

A gestão da informação tem como objetivo principal o gerenciamento de informações. Ela busca que o ambiente digital auxilie no processo de geração de novas informações e na recuperação de informações de maneira eficiente (BARROSO; SALES; OLIVEIRA, 2017).

Para Fortunato (2019, p. 37), a “gestão da informação científica é um mecanismo necessário para o fomento de universidades e institutos de pesquisa”, sendo responsável por organizar conteúdos institucionais de modo que fiquem disponíveis a terceiros. A gestão da informação científico-técnica estimula a melhoria da comunicação, sendo capaz de proporcionar maior visibilidade à produção científica e, por isso, deve ser observada.

O principal objetivo da gestão da informação é o gerenciamento de informações de maneira estratégica e eficaz. Ela busca que o ambiente digital auxilie no processo de geração de novas informações, além de auxiliar na busca eficiente da recuperação da informação (SILVA, 2015).

A gestão da informação é um mecanismo capaz de alterar e melhorar a visibilidade da comunicação, conseqüentemente auxiliar no processo de reconhecimento dos autores e de suas obras. Segundo Fortunato (2019, p. 38), a gestão da comunicação busca alcançar a produtividade científica por meio da observação de fatores “atrelados à criação, registro e disseminação do conhecimento na instituição”. Por isso a importância de respeitar os limites éticos ao fazer uso de obras, principalmente no ambiente acadêmico.

Leite (2009, p. 21) menciona que o “ambiente acadêmico e da pesquisa científica pressupõe forte relação entre a gestão da informação científica e processos de comunicação científica”, ou seja, processos de gestão da informação adequados são capazes de proporcionar melhorias à comunicação científica.

Pessoni e Carmo (2016, p. 88) enxergam “as universidades como geradoras de conhecimento e propulsoras de pesquisas, tendo importante papel na divulgação científica” e em seu fortalecimento. Para isso, se faz necessário a criação de diretrizes, sejam pelas próprias universidades ou os portais de periódicos vinculados a elas, capazes de auxiliar e direcionar o processo de comunicação científica.

As universidades e os centros de pesquisa trabalham de modo a ampliar o conhecimento científico. Assim, a divulgação científico-técnica nas universidades é capaz de chamar atenção das grandes mídias e auxiliar no avanço do conhecimento e no desenvolvimento social, através principalmente da disseminação da informação no ambiente digital (CASTILHO; FACÓ, 2011).

O conhecimento gerado nas universidades e nos centros de pesquisa precisam ser

amplamente divulgados, para alcançarem seu potencial. Assim, é preciso explorar outras formas de comunicação científica, como por exemplo o guarda-chuva de Foster (2021), que contém facetas que buscam a participação dos usuários ao abrir as pesquisas em acesso aberto, através de repositórios *preprints*; ou a taxonomia de ciência aberta, também desenvolvida por Foster (2021), que abarca práticas de ciência aberta, umas mais utilizadas que outras, como a utilização de Big Data para os dados abertos, que anteriormente à Internet não teria como ser desenvolvido em sua plenitude; ou a bibliometria utilizada para a avaliação da ciência aberta, concedendo maior sustento à avaliação científica; ou ainda os repositórios abertos, considerados ferramentas de ciência aberta; entre outras iniciativas.

O ambiente digital foi capaz de alterar drasticamente a comunicação científica, concedendo maior visibilidade aos periódicos científicos, bem como seu principal meio propagador no Brasil, os portais de periódicos. Assim, são analisados os principais elementos vinculados à comunicação científica, com base na literatura.

1 Periódicos científicos

O periódico científico é o veículo responsável pela divulgação da comunicação científica revisada por pares, geralmente, como forma de comprovação de validade das pesquisas e reconhecimento dos autores. No caso brasileiro, muitos periódicos científicos se hospedam nos portais de periódicos de universidades na tentativa de alcançar maior credibilidade e visibilidade as suas pesquisas.

Santa Anna (2019, p. 8) defende que o periódico científico é a “mais proeminente fonte de informação, dentro da comunicação científica”, que visa garantir confiabilidade e credibilidade da informação gerada em decorrência da pesquisa científica.

Com o passar dos anos e com o fortalecimento das tecnologias da informação e comunicação os periódicos científicos se adaptaram ao ambiente digital, tendo surgido o periódico científico eletrônico, cada vez mais utilizado. De acordo com Vila, Vitulo, Cunha, Cunha e Maia (2014, p. 5), o “ambiente virtual trouxe muitas vantagens em relação ao canal analógico, dentre eles a redução da duplicação de esforços e custos”, além de auxiliar na divulgação aberta da comunicação científica.

Para Koohang e Harman (2006, p. 72), o “periódico eletrônico de acesso aberto é um periódico acadêmico revisado por pares, editado e publicado” que utiliza a internet para disseminação e divulgação do trabalho científico, nele o autor é protegido, como em periódicos fechados, por meio da lei de direitos autorais e geralmente através da adoção de licença Creative

Commons.

Rodrigues e Oliveira (2012, p. 80) mencionam que “os periódicos científicos se destacam como principal meio de visibilidade científica”, que associado ao acesso aberto colaboram para que a comunicação científica possua maior alcance.

Os periódicos científicos de acesso aberto contribuem para que a comunicação científica seja amplamente divulgada na sociedade, eliminando barreiras financeiras existentes nos periódicos fechados, em que comumente são cobradas taxas de acesso, colaborando com a diminuição de seu alcance (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012). O movimento de acesso aberto à informação científica atua como elemento capaz de determinar o avanço do periódico (PEREIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2020).

Para que os periódicos científicos eletrônicos sejam hospedados pelos portais de periódicos é preciso que alcancem determinados padrões preestabelecidos, normalmente vinculados a modelos de editoração e normatização de obras. Alguns portais possuem um sistema de incubadora de periódicos, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹ e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)², onde aqueles que não estão aptos a serem indexados permanecem recebendo treinamento e assessoria por um período, para posteriormente ser migrado ao portal, quando passarem a atender aos requisitos de ingresso e permanência.

Existem critérios para que os periódicos sejam aceitos em duas bases específicas (OASIS.br e Scielo), os quais são aproveitados e analisados em partes na presente pesquisa, são eles: revisão por pares; periodicidade; conselho editorial (GARRIDO; RODRIGUES, 2010).

Pereira, Rodrigues e Santos (2020, p. 2) explicam que existem aspectos intrínsecos e extrínsecos relacionados aos periódicos científicos que devem ser observados. Os intrínsecos se vinculam ao “corpo editorial, sistema adotado de revisão por pares, conteúdo científico, entre outros”; e, os aspectos extrínsecos estão relacionados à “periodicidade e pontualidade de publicação, normatização, instituições mantenedoras”, entre outros. Nesse sentido, são abordados na presente pesquisa alguns desses elementos, sendo eles: a) Digital Object Identifier (DOI); b) transparência na comunicação científica; c) periodicidade; d) revisão por pares; e) taxas de processamento de artigos (APCs); f) tratamento dos dados e metadados.

¹ <http://laboratorio.periodicos.ufsc.br/>

² <https://periodicos.ufrn.br/index/incubadora>

a) Digital Object Identifier (DOI)

O Digital Object Identifier (DOI), traduzido como Identificador de Objeto Digital, é administrado pela International DOI Foundation, lançado em 1997. Sendo, de acordo com Nazaré, Pereira Júnior, Girard e Girard (2017, p. 535), um “identificador que possibilita serviços de caráter complementar”.

O DOI é “regulamentado conforme o padrão ANSI/NISO Z39.84-2000 de 2010”, sendo formado por duas partes distintas: o prefixo e o sufixo (BRITO; SHINTAKU; SOARES; WEBER, 2016), separadas por uma barra; sendo o prefixo considerado a raiz e o sufixo responsável por garantir a identidade única do objeto (SHITSUKA; SHITSUKA; RISEMBERG, 2016).

Segundo Brito, Shintaku, Soares e Weber (2016, p. 8), o DOI “é um sistema que permite a identificação, localização e descrição unívoca de entidades digitais — físicas ou abstratas”.

O DOI é um identificador que, segundo Shitsuka, Shitsuka e Risemberg (2016, p. 499), “traz consigo as noções de titularidade em relação às publicações ou objetos no ciberespaço, que mostra o registro de documentos publicados na rede e possui validade em nível mundial.”

No entendimento de Silva Filho, Garcia e Amaral (2019, p. 18), “a aquisição do DOI via Crossref é fundamental para potencializar a visibilidade e o acesso a publicações científicas”. A Crossref é uma agência internacional oficial de registro de indicadores de objetos digitais, formada por editoras, empresas e entidades científicas, fundada em janeiro de 2000 (WOOD, 2017).

Por se tratar de um número capaz de identificar o periódico científico, destaca-se a importância que o artigo possua seu DOI disponibilizado na página principal, como forma de potencializar o acesso e a identificação das publicações disponíveis.

b) Transparência na comunicação científica

Garantir a transparência da comunicação científica é um desafio, pois de um lado existe a necessidade de divulgação da comunicação científica de forma transparente; de outro lado, a necessidade de observância de legislações criadas no intuito de assegurar o acesso aberto e transparente à informação.

A ideia de transparência da comunicação científica se refere à ideia de publicidade, sendo o ambiente digital o principal meio propagador capaz de contribuir com o aumento de acesso e promover reconhecimento aos autores. Cabendo ao periódico científico criar meios que auxiliem na publicização da informação científica disponível através do ambiente digital.

As Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de

Periódicos – DIRETRIZES TOP, em inglês: Guidelines for Transparency and Openness Promotion (TOP), patrocinadas pelo Center for Open Science (COS), são essenciais quando se trata de transparência e abertura de pesquisas, por permitirem avaliação, validação e reprodutibilidade dos resultados (SCIELO, 2018). As Diretrizes estabelecem oito critérios em três diferentes níveis de aplicação, em grau crescente de rigor (SILVEIRA; SILVA, 2020).

Segundo Silveira e Silva (2020, p. 46), as “Diretrizes TOP proporcionam aos periódicos, editores e agências de fomento um conjunto padronizado de políticas, ao mesmo tempo em que permitem que as instituições escolham aquelas que sejam mais apropriadas a cada disciplina”.

De acordo com a SciELO (2018, p. 2), as Diretrizes TOP são capazes de auxiliar os periódicos científicos na “concepção, realização e comunicação de pesquisas publicadas”, estando, assim, relacionadas diretamente aos periódicos científicos.

c) Periodicidade

Cabe ao Portal de Periódicos criar mecanismos para orientar a periodicidade dos periódicos que indexam. Sendo um indicador relacionado à velocidade da comunicação científica. A Scielo (2021, p. 14) define a “periodicidade mínima e desejada, bem como o número mínimo desejado de artigos por ano”, de acordo com sua temática, conforme explicitado na Tabela 1.

Tabela 1 – Fluxo de produção editorial segundo periodicidade das revistas

Área temática	Periodicidade		Número médio de artigos	
	Mínima	Recomendada	Mínimo	Recomendado
Agrárias	Semestral	Trimestral	20	25
Biológicas	Semestral	Trimestral	20	25
Engenharias	Semestral	Trimestral	15	20
Exatas e da Terra	Semestral	Trimestral	15	20
Humanas	Semestral	Trimestral	10	14
Linguística, Letras e Artes	Semestral	Trimestral	10	14
Saúde	Semestral	Trimestral	20	25
Sociais Aplicadas	Semestral	Trimestral	10	14

Fonte: Critérios Scientific Electronic Library Online (SciELO) (2021).

O Comitê de Ética na Publicação (COPE) é responsável em criar princípios de transparência e boas práticas destinadas à comunicação científica. Dentre os princípios se encontra a periodicidade, sendo definido que os periódicos devem observar a periodicidade predefinida, bem como estar claramente indicada em sua página eletrônica, cabendo ao portal

de periódicos cobrar que a periodicidade seja cumprida (COPE, 2022). A Scielo complementa que é necessário pontualidade, obedecendo a periodicidade predeterminada (SCIELO, 2021, 2022).

d) Revisão por pares

A revisão por pares consiste no processo de submeter um estudo científico à avaliação de especialistas, sendo capaz de proporcionar melhoria na qualidade e credibilidade do conteúdo a ser publicado (JENAL; VITURI; EZAÍAS; SILVA; CALIRI, 2012).

De acordo com Jenal, Veturi, Ezaías, Silva e Caliri (2012, p. 803), “a avaliação da atividade científica é mais que uma ação cotidiana, é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico”, sendo fundamental no processo de difusão do conhecimento. Campos, Lima e Gosling (2022, p. 2) complementam que a revisão por pares é “uma prática adotada pelos periódicos que contribui com a avaliação dos estudos, garantindo a sua qualidade temática, metodológica, entre outros”.

O processo de revisão por pares (*peer review*) se divide em sistema aberto (*open peer review*) quando os autores e revisores têm suas identidades reveladas; e, no sistema fechado, cujas identidades são desconhecidas por ambas as partes, podendo ser simples-cego, no qual os autores desconhecem as identidades dos revisores, porém, os revisores têm acesso aos nomes dos autores dos trabalhos (*blind peer review*) ou duplo-cego, no qual a identidade de autores e revisores é desconhecida entre eles (*double blind peer review*) (DENISCZWICZ, 2017; JENAL; VITURI; EZAÍAS; SILVA; CALIRI, 2012).

Em síntese, a revisão por pares aberta busca obter pareceres de maior qualidade, incentivar a participação da comunidade científica na avaliação do trabalho, conceder reconhecimento aos pareceristas, além de receber críticas construtivas capazes de proporcionar melhoria às pesquisas (NASSI-CALÒ, 2019).

Segundo Denisczwicz (2017, p. 37), a revisão por pares aberta pode ser constituída de um ou mais dos seguintes atributos:

- a) Identidade aberta – quando a identidade dos autores e revisores é conhecida;
- b) Relatório aberto – em conjunto com a publicação do artigo é publicado o relatório com os apontamentos gerados no processo de revisão;
- c) Participação aberta – quando o estudo é aberto à comunidade e ela é convidada a participar do processo de avaliação;
- d) Interação aberta – quando existe e é incentivado o diálogo entre autores e revisores;
- e) Manuscritos abertos – quando são disponibilizados a comunidade científica manuscritos antes que o processo de revisão por pares ocorra;
- f) Comentários abertos – após o trabalho ter sido revisado, esse atributo permite a criação de comentários na versão final;

- g) Plataformas abertas – quando a revisão está desvinculada da publicação do estudo.

Já a revisão fechada é o tipo de avaliação mais utilizada pela comunidade científica, por reservar as identidades dos envolvidos. Nesse sentido, os revisores podem apontar alterações possivelmente sem que haja críticas ou afrontamentos. O lado negativo desse modelo de revisão é que os revisores podem fornecer comentários desagradáveis ou negativos (DENISCZWICZ, 2017).

De acordo com Rodrigues e Oliveira (2012, p. 79), o “processo de revisão cega pelos pares é um dos critérios que assegura a confiabilidade das informações publicadas”, seja ele simples ou duplo-cego, refletindo diretamente na qualidade dos periódicos científicos e por esse motivo foi considerado na presente pesquisa como um dos elementos vinculados à comunicação científica.

O processo de revisão que os artigos serão submetidos deverão ser especificados claramente pelo periódico científico, assim como as datas de recepção e aprovação dos artigos (SCIELO, 2022). Sendo esse um processo capaz de detectar erros em pesquisas, apontar alterações necessárias, promover padrões éticos, entre outros. Como resultado do processo de avaliação é possível receber três diferentes resultados: aceito, aceito com modificações ou rejeitado (JOB; MATTOS; TRINDADE, 2009).

Consoante aos princípios COPE (2022), a “avaliação pelos pares significa receber recomendações em manuscritos individuais de avaliadores especializados que não compõem a equipe editorial da revista”, devendo as regras serem apresentadas claramente pelos periódicos aos autores. E, portanto, normatizado pelos portais de periódicos.

O processo de revisão por pares, apesar de anterior à ciência aberta, estão alinhados por, entre outros fatores, buscar transparência na revisão e propagação da comunicação científica, utilizando do ambiente digital como principal aliado (CAMPOS; LIMA; GOSLING, 2022).

e) Taxas de processamento de artigos (APCs)

O ato de publicar artigos implica custos, sendo as taxas de processamento ou Article Processing Charges (APCs) — cobradas geralmente dos autores — a principal forma de recuperar os custos de publicação relacionados à editoração e manutenção dos periódicos, mesmo essa não sendo a única forma de recuperar o custo de publicação. Algumas instituições e agências de fomento subsidiam o pagamento das taxas para os autores; outras vezes, são pagas com recursos próprios dos autores (PRÍNCIPE, 2019).

Alguns portais de periódicos restringem a indexação a periódicos isentos de taxas;

outros, deixam a critério do periódico científico. A Scielo (2022, p. 9) solicita que os periódicos atualizem suas políticas anualmente, “incluindo no mínimo” algumas características, como a existência de taxas de submissão ou publicação ou a política de isenção de taxas (SCIELO, 2022).

Existem também os acordos transformativos, também conhecidos como acordos de “compensação” ou “ler e publicar”, que têm o efeito de aumentar o número de artigos em acesso aberto, estando diretamente associado ao modelo de taxas de processamento ou APCs cobradas pelos periódicos. Normalmente os periódicos que estão sob acordos transformativos são as revistas híbridas (BOWLEY, 2022).

Nesse sentido, o “Plano S” propõe que quando houver a incidência de taxas de publicação de pesquisas disponibilizadas em acesso aberto sejam cobertas pelos financiadores de pesquisa e não por pesquisadores individuais, já que seu objetivo principal é a disponibilização aberta e gratuita de pesquisas financiadas com verba pública (SCHILTZ, 2018) (COALITION S, 2021).

O Plano S está disposto a apoiar acordos transformativos, com intuito de “colaborar com a transição” para o acesso aberto em sua totalidade. Cabe ressaltar que, já é possível a publicação de artigos com acordos transformativos e estima-se que em 2024 cerca de 60% dos artigos poderão ser contemplados por esses acordos (BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE, 2023).

f) Tratamento dos dados e metadados

Santos, Farias e Feitosa (2018, p. 106) mencionam critérios a serem especificados nas políticas de informações, sendo os dados e metadados um desses elementos apresentados por serem considerados essenciais à organização da comunicação científica.

O tratamento e disponibilização dos dados e metadados são capazes de auxiliar na preservação e recuperação de informações na pesquisa científica. Considera-se importante que os portais de periódicos elaborem estratégias de segurança relativas aos dados e metadados gerados a partir do desenvolvimento de pesquisas científicas.

O COPE (2022) estabelece critérios que devem constar em políticas que tratem sobre ética nas publicações. Dentre eles estão presentes o tratamento dos dados científicos, seu compartilhamento e reprodução. Santos, Farias e Feitosa (2018, p. 106) também citam elementos que devem constar especificamente nas políticas de informações, como, por exemplo, o tratamento dos metadados gerados a partir de pesquisas científicas.

Além dos elementos abordados que se vinculam à comunicação científica, mais

especificamente aos periódicos científicos, existem elementos que devem ser considerados pelos portais de periódicos, por auxiliar na divulgação da comunicação científica.

2 Portais de Periódicos

Os portais de periódicos atuam de modo a disponibilizar informações de terceiros para que essas sejam difundidas e utilizadas de maneira ética e legal pela sociedade como um todo, com a devida atribuição de autoria. Os portais são responsáveis por organizar as informações disponíveis no ambiente digital e proporcionar acesso a informações de terceiros.

Os portais de periódicos foram desenvolvidos em decorrência do acesso aberto, a partir da implementação e adoção de *softwares* que promovem a gestão da publicação científica, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 2004. O SEER facilita a hospedagem e gestão da publicação, com propensão à otimização de recursos (MARRA; WEITZEL, 2015). No entendimento de Rodrigues e Oliveira (2012, p. 89), “o uso de *softwares* e plataformas de editoração científica são elementos essenciais para o processo de editoração e para a visibilidade dos periódicos”.

Nos últimos anos, os portais de periódicos científicos de acesso aberto têm sido amplamente difundidos no Brasil. De acordo com Marra e Weitzel (2015, p. 3), os portais de periódicos estão “motivados pela vontade de promover o acesso aberto e contribuir para o avanço da comunicação científica”, fazendo surgir novas formas de divulgação e ampliação da visibilidade dos trabalhos científicos.

Os portais de periódicos eletrônicos de acesso aberto, segundo Koohang e Harman (2006, p. 73, 79), são “uma resposta às necessidades dos usuários”, capazes de aprimorar a comunicação em escala global mais agilmente e permitir que “estudiosos aprimorem a velocidade e a difusão de seu trabalho” (KOOHANG; HARMAN, 2006).

Cabe ressaltar que, segundo Koohang e Harman (2006, p. 73), a produção de “periódicos eletrônicos de acesso aberto não é gratuita, geralmente aqueles que publicam revistas eletrônicas de acesso aberto arcam com as despesas”, são considerados abertos porque buscam que a informação seja amplamente disseminada à sociedade de modo que custos de acesso não se tornem uma barreira. No Brasil, a comunicação científica se baseia a partir de portais de periódicos vinculados a universidades, os quais não recebem recursos próprios.

Os portais de periódicos possuem características próprias, como ser um local centralizador que disponibiliza abertamente a comunicação científica gerada na universidade

que se vincula (GARRIDO; RODRIGUES, 2010).

O Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu em 2012 um conjunto de Boas Práticas em segurança da informação, ressaltando a importância da definição de uma política explícita e quais elementos devem constar, entre eles há menção da “definição das responsabilidades gerais”, para garantir a segurança das informações, nesse caso dos portais de periódicos.

Na presente pesquisa são analisados os portais de periódicos vinculados a uma gama de universidades. Esses portais buscam basicamente divulgar a comunicação científica realizada por seus pesquisadores ou ainda, disseminar informações de bases de dados que julguem relevantes para as pesquisas realizadas na universidade, como forma de auxiliar os pesquisadores no processo de investigação. Nesse sentido, são analisadas algumas características pertinentes aos portais conforme a literatura, sendo elas: a) objetivo e cobertura temática do portal; b) estrutura dos portais de periódicos; c) ciclo de vida dos periódicos científicos no Portal.

a) Objetivo e cobertura temática do portal de periódicos

O Objetivo do portal de periódicos se relaciona com sua missão, que geralmente se refere à capacidade de hospedar, disseminar e preservar a produção científica e a memória institucional. Já a cobertura temática está vinculada à área de abrangência e ao campo do conhecimento do portal de periódicos.

Segundo Rios (2018, p. 121), essas informações são necessárias, por se relacionarem “à identidade do periódico e às características do público-alvo”, e, conseqüentemente, à identidade do portal de periódico, podendo agrupar os periódicos de acordo com suas principais temáticas, sendo capaz de atingir o público-alvo. Devido sua relevância, o objetivo e a cobertura temática do portal devem constar na parte introdutória da diretriz/documento norteador do portal de periódicos.

b) Estrutura do Portal de Periódicos

A estrutura operacional diz respeito ao corpo editorial do portal de periódicos. Para Rios (2018, p. 123), “é necessário ter capacidade técnica e científica” para atuar tanto na avaliação de artigos (tarefa atribuída aos periódicos científicos) como no gerenciamento da comunicação científica (tarefa sob a responsabilidade dos portais de periódicos).

A estrutura dos portais de periódicos diz respeito aos órgãos da universidade a que os portais estão submetidos, geralmente se vinculam à biblioteca central e a pró-reitorias, porém,

não existe regra padrão que defina sua estrutura.

De acordo com Rodrigues e Fachin (2010, p. 40), “a criação de um conselho editorial para o Portal garante o atendimento às diretrizes”. De modo geral, a estrutura dos portais de periódicos é composta por Comitê Gestor, Comitê Editorial, Suporte Técnico ou equivalentes, conforme nomenclatura adotada pelos portais.

Esse é um importante elemento ético, por demonstrar a equipe editorial e comprovar a exogenia de seus membros, pois se entende que quanto mais membros externos mais bem conceituado será o periódico (RIOS, 2018).

c) Ciclo de vida dos periódicos científicos no Portal

O ciclo de vida dos periódicos científicos é visto na presente pesquisa como um elemento que reflete a entrada e a permanência de periódicos junto ao portal, sendo necessário atender a critérios preestabelecidos pelos portais, conforme suas especificidades.

Os critérios estipulados pelos portais de periódicos precisam ser atendidos pelos periódicos científicos para que sejam aceitos, devendo atender as normas de aceite, permanência, e quando não atendidas os periódicos podem ser descontinuados ou excluídos dos portais de periódicos. Todavia, alguns portais oferecem em sua estrutura a possibilidade de o periódico científico permanecer por um período vinculado à incubadora, onde receberá assessoria e treinamento para posteriormente ser aceito no portal, quando passar a atender os requisitos básicos.

A adequação das diretrizes dos portais de periódicos aos elementos propostos, em sua totalidade ou em partes, pode indicar que os documentos regulamentadores tratam a comunicação científica conforme preceitos éticos e legais. Assim, mais adiante analisamos as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos para verificação da presença dos elementos abordados, segundo a literatura.

2.2 USO ÉTICO E LEGAL DA INFORMAÇÃO

As obras podem ser disponibilizadas de duas formas distintas: impressas e digitais. No caso das universidades, as obras impressas podem estar acessíveis nas bibliotecas; já as obras digitais podem ser acessadas através de portais de periódicos, por meio dos quais é possível disseminar a informação científica de maneira on-line e gratuita através do ambiente digital.

O ambiente digital possibilita o intercâmbio de informações de maneira mais fluída, se comparado com o acesso a informações antes da era digital, facilitando a localização e o acesso

a obras. Entretanto, se espera que o uso de obras de terceiros ocorra de maneira responsável, seguindo preceitos éticos e legais, tendo em vista que as obras dispostas digitalmente estão igualmente protegidas por direitos autorais.

O uso de obras é regulamentado pela Lei de Direitos Autorais em seu art. 46, que permite “a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”, sem causar prejuízos aos titulares e com a devida atribuição de autoria da obra (BRASIL, 1998).

Segundo Couto, Ferreira, Souza e Valente (2022, p. 27), no contexto educacional, em alguns casos, o uso de obras se tornou “um direito constitucional, independentemente da autorização dos titulares dos direitos autorais”, de modo que o direito atrelado à educação está acima dos direitos de propriedade intelectual, pois a educação é um direito que prevalece sobre o direito privado.

Vitorino e Piantola (2011, p. 106) mencionam que “praticar o comportamento ético em relação à informação significa ainda utilizá-la de modo responsável, sob a perspectiva da realização do bem comum”, ou seja, utilizar obras de terceiros respeitando os direitos dos autores de modo a evitar a incidência de ilícitos.

De acordo com Alves, Casarin e Fernández-Molina (2016, p. 117), o uso ético e legal da informação “visa agregar aos indivíduos atitudes, habilidades e conhecimentos para compreender adequadamente as questões legais, econômicas e sociais do uso da informação”.

No contexto acadêmico, o uso ético e legal da informação está pautado em aspectos éticos que sustentam e orientam diretrizes e posturas em diferentes operações, que vão desde a criação e instauração de instruções normativas até a criação de comitês de ética responsáveis por regulamentar ações diversas (ALVES; CASARIN; FERNANDÉZ-MOLINA, 2016).

Para fazer uso de obras de terceiros é preciso que sejam respeitados os direitos dos autores e que a utilização ocorra de maneira ética. A ética influencia no uso de obras por apresentar um conjunto de princípios morais consensualmente aceitos pela comunidade (ALMEIDA, 2007).

A ética e a moral estão diretamente relacionadas, uma vez que a ética estuda o que é bom para o indivíduo e sociedade, além de apresentar noções de certo e errado; por sua vez, a moral apresenta conjunto de normas e princípios que devem guiar a conduta do indivíduo, considerando que ele faz parte de um grupo social (SILVA, 2010).

A ética e a moral não se excluem e tampouco se separam, embora sejam consideradas distintas no modo de enxergar os problemas. Ao aproximarmos os conceitos à realidade do estudo, podemos exemplificar como: a moral se vincula à decisão de agir em não preservar os

direitos dos autores e cometer ilícitos; já a ética se relaciona à investigação dessa decisão por terceiros, além de tomar alguma providência a respeito. Portanto, os conceitos estão relacionados, mas não se confundem entre si (SOARES; PIÑEIRO, 2006).

Olivé (2005, p. 19) descreve a moral como o “conjunto de regras aceito pela sociedade” e a ética como o “conjunto de regras que permitem à sociedade uma convivência harmoniosa e pacífica”. Assim, a moral faz parte da vida cotidiana dos indivíduos e a ética é reconhecida por sua aproximação com o saber filosófico (LINO, 2007).

Sendo assim, a ética e a moral trabalham juntas para que as ações humanas estejam de acordo com códigos éticos e legais, como por exemplo, a utilização de obras de terceiros deve respeitar os direitos pertencentes aos autores, evitando a incidência de ilícitos, como o plágio.

Na pesquisa científica, a ética se relaciona diretamente com a influência exercida pelas tecnologias da informação no ambiente digital, pois a ética nada mais é do que a forma de pensar nas possibilidades de uso de obras de terceiros, com maior liberdade no ambiente digital, cabendo ao indivíduo decidir se seguirá os preceitos éticos na utilização (BARROSO; SALES; OLIVEIRA, 2017).

Questões éticas se relacionam, entre outros, com o uso que se faz de obras próprias, como quando se citam obras próprias em artigos posteriores para aproveitar uma definição já desenvolvida e que pode ser de interesse no trabalho atual; e uso de obras de terceiros, quando pegamos emprestadas definições alheias por estarem conectadas à pesquisa que está sendo realizada, precisando conceder a devida atribuição de autoria para ambos os casos e não cometer ilícitos, como plágio.

O plágio é o ilícito mais comum que fere os direitos dos autores quando as obras são utilizadas por terceiros. Wachowicz e Costa (2016, p. 10) o definem como uma “questão ética que consiste no ato de tomar para si, de qualquer forma ou meio, uma obra intelectual de outra pessoa, apresentando-a como de sua autoria”.

Alves (2016, p. 127) comenta que “uma das formas de enfrentamento ao plágio é a preparação dos indivíduos para o uso ético e legal da informação”, pois acredita que muitas vezes o ilícito é cometido por desconhecimento das normas por parte dos usuários. A educação necessária à utilização ética de obras geralmente ocorre por meio da criação de normativas, políticas e ou treinamentos na busca pela promoção do conhecimento.

A honestidade acadêmica se relaciona à forma com que obras de terceiros são acessadas, utilizadas e compartilhadas. Atualmente, existe um declínio da integridade acadêmica de obras científicas, sustentando que a desonestidade acadêmica, embora não seja um ilícito novo, cresceu nos últimos anos talvez também em decorrência das facilidades e alcance das obras

através do ambiente digital (OLIVEIRA; CHACAROLLI JÚNIOR, 2013).

Como mencionado, a desonestidade acadêmica não é um ato novo, tendo surgido antes mesmo do ambiente digital e apenas se fortalecido em decorrência dele. Pavela (1997, p. 2) categorizou a desonestidade acadêmica em quatro áreas distintas: “a) desonestidade acadêmica usando materiais não autorizados; b) fabricando informação; c) facilitando a desonestidade acadêmica; e, d) plágio”. Assim, a desonestidade acadêmica vai muito além do plágio, apesar de ser o ilícito mais conhecido no contexto acadêmico, ela fere a integridade acadêmica, ou seja, fere o agir com integridade em todas as atividades acadêmicas. Acredita-se que um dos caminhos para evitar a incidência desses ilícitos é o desenvolvimento da competência informacional dos indivíduos, estando atrelada ao uso ético da informação e com questões que envolvem direitos autorais e honestidade acadêmica.

A competência em informação se vincula com a postura ética e honesta que se espera que os indivíduos tenham ao fazer uso de informações de terceiros. A competência em informação está, para muitos autores, relacionada ao conjunto de habilidades técnicas e cognitivas que as pessoas possuem ao utilizar e entender as tecnologias de informação disponíveis no ambiente digital (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

As habilidades para desenvolver a competência informacional são classificadas por Leitão e Barreira (2015, p. 2) como a “habilidade para localizar, recuperar e manejar informações e habilidade para reconhecer a informação e para disseminá-la”, sendo adquiridas com o tempo.

O propósito da competência em informação, para Sanches (2019, p. 61), é o “desenvolvimento de competências transversais que possam ser utilizadas ao longo do percurso de aprendizagem formal do estudante, mas igualmente ao longo da vida”, ou seja, são competências que auxiliarão e permanecerão com o indivíduo ao longo de sua vida pessoal e profissional.

A American Library Association (1989, p. 20) afirma que o fato do pesquisador saber “pesquisar, localizar, selecionar, sintetizar e apresentar informações de forma ética e legal” faz com que suas pesquisas científicas tenham mais credibilidade. Assim, se entende que a construção de pesquisas eficazes se relaciona diretamente com pesquisadores competentes informacionalmente.

Para Foster (2013, p. 18), profissionais competentes em informação são capazes de “localizar, interpretar corretamente e aplicar resultados de pesquisas, orientações profissionais e outras informações de forma plena e completa”. Para esse autor, a competência em informação é uma ferramenta essencial na prática ética.

O livro intitulado “Information Power: building partnerships for learning” (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 1998) apresenta três grupos de habilidades que envolvem a competência “a) habilidade para saber lidar com a informação; b) habilidade voltada para aprendizagem independente; c) habilidade em informação orientada para responsabilidade social”. Esses três grupos apresentam um total de nove habilidades que são consideradas pelos autores como habilidades necessárias para que os indivíduos possuam competência em informação.

A American Library Association (2001) realizou outro estudo e vinculou a competência em informação ao uso ético e legal da informação ao afirmar que “alunos alfabetizados informacionalmente entendem muitas questões éticas, legais e socioeconômicas que envolvem a informação e as tecnologias da informação”, corroborando estudos anteriores e levando a crer que pessoas competentes em informação sabem utilizar tanto a tecnologia quanto a informação de terceiros de maneira ética. Portanto, tudo indica que a chave do uso ético e legal da informação seja o desenvolvimento da competência em informação da sociedade.

Anteriormente se pensava na ética, na honestidade e na integridade acadêmica de maneira distinta da competência informacional e apenas nos últimos anos começou a considerá-las inseridas no contexto da competência em informação de variadas formas, estando também vinculadas a questões como plágio e uso ético da informação científica (PELLEGRINI; VITORINO, 2016).

Witter (2010, p. 19) menciona que existe a “ética do fazer ciência e a ética do usar a ciência”, sendo necessário o respeito a ambos na busca pela preservação da memória e pelo uso ético e legal de informações científicas de terceiros.

Quando pensamos no uso ético e legal da informação, pensamos no sentido de gerir a informação e a comunicação científica de modo que seu uso seja ético, eficaz e que a informação protegida por direitos autorais esteja disponível a terceiros.

Suber (2012) expõe que “autores realizam criações na busca por reconhecimento, então quanto mais disseminada for a obra, melhor; pois, tudo indica que maior será o reconhecimento do autor pela sua criação”. Assim, por um lado o autor busca a disseminação de suas obras; por outro, busca ser reconhecido por elas.

Vivemos em constante impasse, em decorrência da disponibilização das obras no ambiente digital, entre o direito à informação científica e o direito ao reconhecimento pertencente aos criadores de obras intelectuais. O direito autoral é regulamentado em lei e busca oferecer proteção aos autores, bem como as suas obras e age na tentativa de solucionar esses impasses provendo orientação ao uso adequado de obras de terceiros.

Dessa forma, os princípios éticos-legais dizem respeito ao cumprimento das leis que regem a comunicação científica, direta ou indiretamente. Indica-se que tais princípios, bem como os elementos que estão associados, sejam levados em consideração na criação ou atualização de diretrizes pelos portais de periódicos, como a observância à lei de propriedade intelectual; à lei de direitos autorais e que lhes são conexos; à Lei de Acesso à Informação; à Lei do Marco Civil da Internet; à Lei Geral de Proteção de Dados, entre outras.

A propriedade intelectual é regulada pela Lei de nº 9.279, de maio de 1996, que considera o interesse social e o desenvolvimento tecnológico do país (BRASIL, 1996). Na busca por oferecer proteção aos inventores e a própria indústria essa lei se divide em três diferentes áreas: direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis* (PIMENTEL, 2005). Sendo assim, ao oferecer proteção aos autores, está vinculada ao direito autoral; quando trata de marcas e patentes, se relaciona à propriedade industrial; e, quando oferece proteção a conhecimentos tradicionais, diz respeito à proteção *sui generis*. Por atuar em questões relativas à disponibilização, utilização de obras e proteção aos autores a Lei de propriedade intelectual deve ser observada pelos portais de periódicos.

O direito autoral, mesmo fazendo parte da lei de propriedade intelectual, possui regulamentação específica, a Lei de nº 9.610, de fevereiro de 1998. A lei busca oferecer proteção às obras intelectuais por sua originalidade ou criatividade, criadas e fixadas em qualquer suporte físico, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, em favor do autor (GANDELMAN, 2007). Dessa forma, a lei de direitos autorais atua de forma direta na proteção das obras e de seus autores, devendo ser observada pelos portais de periódicos na criação ou atualização de seus documentos norteadores.

A Lei nº 12.527, de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, estabelece o direito de acesso aos cidadãos às informações públicas. Ao considerarmos a produção científica, principalmente aquelas criadas a partir de verbas públicas, como bem comum da sociedade, essa lei ratifica a garantia de acesso às informações, ressalvados casos de sigilo definidos em lei, direito anteriormente garantido pela Constituição Federal de 1988, devendo também ser considerada pelos portais de periódicos.

Já a Lei nº 12.965, de abril de 2014, conforme seu preâmbulo estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, sendo conhecida como Lei do Marco Civil da Internet no Brasil. A Lei estabelece o direito de acesso à Internet, à informação e ao conhecimento a todos. Assim, termina por estimular a divulgação da comunicação científica através do ambiente digital, devendo também ser observada nas diretrizes dos portais de periódicos.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de agosto de 2018, busca controlar a privacidade dos dados pessoais, vinculados a qualquer operação. Como regra, os dados pessoais dispostos em publicações científicas estão protegidos. Porém, o processo de publicação envolve diversas fases e em cada uma delas devem ser observadas diferentes questões quanto à proteção de dados: a) no cadastro do usuário os dados pessoais estão protegidos pela LGPD; b) no processo de submissão, ao ser utilizado avaliação às cegas, os dados pessoais são excluídos pelos editores, o que garante sua proteção; c) quanto à disponibilização de metadados, os periódicos devem solicitar o preenchimento do Termo de Declaração de Consentimento de Uso de Dados e Informações, por meio do qual o usuário concorda com o tratamento de seus dados. Assim, Sousa, Shintaku, Costa e Macêdo (2021, p. 9) mencionam que “a necessidade de controlar a circulação de dados e informações impõe às instituições a emergência do estabelecimento de modelo de governança que permita atender o objetivo de proteger direitos fundamentais”. Nesse sentido, os portais de periódicos precisam observar a proteção oferecida pela LGPD aos dados pessoais ao trabalhar com dados sensíveis relativos a publicações científicas.

2.3 ELEMENTOS ÉTICOS E LEGAIS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Nesta subseção são identificados elementos éticos e legais recorrentes na literatura referentes à comunicação científica. Os elementos e suas principais características são apresentados, assim como são analisadas se as diretrizes/documentos norteadores emitidos pelos portais de periódicos abordam tais critérios. Os elementos éticos e legais são critérios fundamentais à comunicação científica, sendo a base da presente pesquisa.

Com base na literatura analisada e buscando responder ao objetivo específico ‘a’ foram identificados seis elementos fundamentais baseados em questões éticas e legais que norteiam a comunicação científica, sendo eles: a) atribuição de autoria; b) direito autoral; c) licenças Creative Commons; d) ética na comunicação científica; e) ciência aberta; e f) acesso aberto.

Os elementos propostos buscam comunicar a ciência de forma estruturada e fazer com que o conhecimento chegue à sociedade seguindo preceitos éticos e legais. Tais elementos, foram considerados com base em diferentes literaturas analisadas e buscam fazer com que as diretrizes dos portais de periódicos sejam o mais completa possível. De acordo com Tomáel e Silva (2007, p. 7), “uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais”.

a) Atribuição de autoria

A atribuição de autoria é extremamente relevante para a comunicação científica, afeta tanto as leis de direitos autorais quanto a reputação dos autores e possíveis avaliações institucionais.

A comunicação científica na sociedade da informação apresenta uma tendência colaborativa, passando a obra a contar com novas formas de escrita que vão além da autoria individual; como a autoria coletiva que se caracteriza pela escrita por mais de um autor, facilitada em decorrência do ambiente digital (SILVA; LIMA; QUEIROZ, 2019); e a coautoria entendida como a colaboração científica que, segundo Vanz e Stumpf (2010, p. 44) ocorre quando “dois ou mais cientistas trabalham juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos”. De acordo com Vilan Filho, Souza e Mueller (2008), a coautoria como identificador de colaboração científica tem crescido ano após ano.

Assim, a identificação da autoria em trabalhos científicos se divide em autoria individual, autoria coletiva e em coautoria. Cabe ressaltar que, até mesmo obras com uso livre se faz necessária a indicação da autoria. Para Rios (2018, p. 126) “é imprescindível que os periódicos exijam esse critério e tragam evidenciada a informação na primeira página do artigo”, se constituindo, portanto, como um elemento ético vinculado à comunicação científica.

Ainda acerca da autoria, o Comitê de Ética em Publicações (COPE) (2022) faz uma importante menção: “a autoria deve ser limitada a aqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado”, e, ainda que não exista uma definição de participação mínima para que seja considerado coautor da obra essa ressalva deve ser observada.

Como complemento, uma forma de identificação de autores unívoca é o ORCID, ferramenta gratuita que atribui código de identificação único para cada autor (SCIELO, 2018), e que pode auxiliar na atribuição correta da autoria.

b) Direito autoral

O respeito aos direitos autorais é uma das questões mais relevantes quando se trata do uso de obras por terceiros e por isso se constitui como um elemento na presente pesquisa. De acordo com Rios (2018, p. 126), os pesquisadores deverão ser informados sobre quais são as “instruções relacionadas à publicação”, de forma a evidenciar tanto os direitos quanto os deveres, seguindo preceitos éticos e legais.

Entre os elementos essenciais propostos nas Boas Práticas do TCU se encontra a necessidade de observância quanto aos direitos de propriedade intelectual. Mais uma vez

justificando o direito autoral como elemento essencial à comunicação científica.

Os direitos autorais buscam resguardar as criações intelectuais ao oferecer proteção aos autores de modo que a utilização ocorra com o devido respeito e atribuição de autoria. Por entender a importância da proteção, o Brasil foi um dos primeiros países a regulamentar esses direitos, incorporando em seu ordenamento jurídico, de modo a regulamentar o sistema de concessão de privilégios pertencentes aos inventores, como forma de beneficiar, não apenas aos inventores, mas também a própria indústria. De tal modo, promulgou em fevereiro de 1998 a Lei de Direitos Autorais (LDA), Lei nº 9.610, responsável por regulamentar esses direitos (PIMENTEL, 2005).

Os direitos autorais, apesar de não protegerem exclusivamente obras científicas, talvez sejam os direitos mais importantes no contexto acadêmico, pois a legislação oferece direitos e garantias aos autores, como por exemplo: o direito do autor de ser reconhecido por sua criação; o direito à integridade da obra; direito de conservar sua obra inédita, se assim o autor desejar; entre outros.

De acordo com Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 4), os direitos autorais se caracterizam como um “monopólio temporário concedido aos criadores de obras intelectuais, isto é, aos autores. A ideia subjacente é dar aos autores uma ferramenta para explorar sua produção intelectual e assim seguir criando”.

O direito autoral nasce quando uma obra é cadastrada em suporte material, com o intuito de proteger e garantir que todos os direitos sejam reservados ao autor. Valente e Houang (2020, p. 2) definem que “o direito autoral protege obras científicas, artísticas e literárias que sejam originais, estejam expressas em algum suporte, e por prazo determinado”, sendo um direito exclusivo do autor ou de terceiro autorizado por ele.

Jacob (2014, p. 60) menciona que a expressão ‘direito exclusivo’ significa que “apenas o detentor do direito autoral é livre para exercer esses direitos”, os demais necessitam de prévia e expressa autorização do autor.

Segundo Teixeira (2008, p. 45) o direito autoral busca “atingir um equilíbrio entre o interesse individual do autor e o interesse da coletividade”. Assim, ao mesmo tempo que o direito autoral protege o autor, ele busca estimular o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da sociedade ao permitir a utilização de obras de terceiros (TEIXEIRA, 2008).

Conforme o Escritório de Arrecadação e Distribuição (ECAD), o direito autoral “[...] é o conjunto de prerrogativas conferidas por lei à pessoa física ou jurídica criadora de obra intelectual, para que ela possa gozar dos benefícios morais e patrimoniais resultantes da exploração de suas criações” (ECAD, 2020), sendo um direito de natureza dúplice, pois dele

decorre os direitos morais e os direitos patrimoniais.

Os direitos morais, segundo Teixeira (2008, p. 48), “não são passíveis de limitação ou restrição, em tese”, geralmente são intransferíveis. Por sua vez, os direitos patrimoniais são uma espécie de “monopólio temporário” de utilização de obras, atuando como um incentivo financeiro à criação, podendo, portanto, serem transferidos a terceiros, se assim o autor desejar (TEIXEIRA, 2008).

Para Ariento (2017, p. 140), os direitos morais se referem à “forma pela qual criadores podem se proteger contra plágio, deturpação ou má-fé de terceiros.” Esses direitos não sofrem limitação de tempo, ou seja, não se extinguem conforme passa o tempo. Eles garantem ao autor a devida atribuição de autoria e a integridade da obra mesmo anos após sua morte.

Os direitos patrimoniais, por sua vez, decorrem da comunicação da obra ao público, são alienáveis e renunciáveis e concedem aos autores ou titulares autorização para explorar economicamente de maneira exclusiva às obras por prazo determinado em lei. A Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, prevê que a proteção patrimonial dura toda a vida do autor e mais 70 anos após sua morte. Após esse período as obras são consideradas de domínio público (FERNÁNDEZ-MOLINA; MURIEL-TORRADO, 2016).

O domínio público é representado pelo fim dos direitos patrimoniais da obra, ou seja, quando uma obra se torna em domínio público o autor, ou seus sucessores, passam a não mais controlá-las e receber proventos sobre elas, é quando se devolve à sociedade o conhecimento. De acordo com a LDA, estão em domínio público obras com prazo de proteção expirados, obras de autores falecidos que não tenham herdeiros e obras de autores desconhecidos (VALENTE; HOUANG, 2020).

Conforme supracitado, com o passar do tempo o direito autoral foi mudando e sua visão moderna foi sendo construída a partir do século XVII. Segundo Baracat e Rigolin (2012, p. 351), os direitos autorais representam “um conjunto de valores do pensamento moderno. Eles fazem parte do universo da propriedade intelectual e tem como objetivo regular a proteção da produção científica, artística e literária”, sendo visto sob diferentes óticas.

Os direitos de autor podem significar o reconhecimento da contribuição para a sociedade sob diferentes pontos de vista: para os editores, o direito de autor pode significar o direito de exclusividade sobre a edição e distribuição de obras; já para os usuários, pode significar o preço que pagam àqueles que os proveem com o *commodities* desejado; e, para acadêmicos e pesquisadores, que podem também ser autores, os direitos de autor podem representar um tributo necessário aos autores e editores (BARACAT; RIGOLIN, 2012).

De acordo Couto e Ferreira (2019) e Pimenta, Silva e Guimarães (2016), os direitos

autorais, assim como todo direito, não são absolutos e, em vista das garantias constitucionais dadas à coletividade, possuem algumas limitações.

A LDA define no art. 46 e seguintes (BRASIL, 1998) algumas exceções e limitações, ou seja, define o que não ofende os direitos dos autores e apresentam algumas hipóteses em que as obras de terceiros podem ser utilizadas sem necessidade de prévia autorização do autor ou do detentor de tais direitos, sendo esses usos entendidos como usos livres, justos ou permitidos.

Por um lado, o direito autoral concede direitos temporários de exclusividade da obra aos autores; por outro, busca preservar o interesse da coletividade prevendo certas limitações em lei. Valente e Houang (2020, p. 8) enfatizam que “para termos um sistema de direitos autorais saudável, que remunere os criadores, mas também que permita o acesso ao conhecimento, é preciso que haja um equilíbrio entre proteção e acesso”. O uso ético e legal da informação procura oferecer esse equilíbrio ao buscar que informação seja disponibilizada, acessada e utilizada por terceiros e ao mesmo tempo que haja o reconhecimento da autoria.

O entendimento de alguns autores, como Ascensão (1997), Manso (1992) e Poli (2008), caminham para perceber que as limitações serão sempre exceção à regra do exercício dos direitos concedidos aos autores e, por isso, atuam de forma restrita e em matérias específicas. Como padrão, tudo está protegido pela lei de direitos autorais.

Nesse sentido, o Guia para Bibliotecas, publicado pela Fundação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), escrito por Couto, Ferreira, Souza e Valente (2022, p. 15) defendem um ponto de vista onde existe maior flexibilidade na utilização das obras, baseando-se no direito constitucional e na interpretação da Lei de Direitos Autorais, ao permitir que as limitações aos direitos de autor, arts. 46 e seguintes da lei, sejam adaptadas conforme à realidade, pois consideram tais limitações como um rol exemplificativo, ou seja, é possível o surgimento de outras não explícitas na lei. Couto, Ferreira, Souza e Valente (2022, p. 15) exemplificam como uma limitação “o empréstimo de livros e as atividades necessárias à sua preservação, inclusive digitalização”.

Na busca pela harmonia entre garantir os direitos dos autores, por serem direitos fundamentais e internacionalmente reconhecidos, apesar de não serem absolutos e eternos; e, ao mesmo tempo resguardar outros direitos, como o direito à informação, são buscados enquadrar os usos nas limitações e exceções. Couto, Ferreira, Souza e Valente (2022, p. 12) ressaltam que as “limitações e exceções asseguram os usos livres de obras protegidas em proveito da sociedade, que independe de autorização ou remuneração dos titulares”.

A doutrina, de um modo geral, considera que em alguns momentos a Lei de direitos autorais brasileira se apresenta de maneira restritiva quanto à utilização das obras de terceiros.

Nesse sentido, surgem opções complementares que auxiliam na proteção dos autores e ao mesmo tempo oferecem aos usuários alguns direitos. Isto se articula principalmente mediante as licenças Creative Commons (CC), ao permitir que os autores compartilhem os direitos que consideram oportunos e reservem outros; licenças de bases de dados; e, ferramentas digitais capazes de controlar o acesso e o uso de obras intelectuais (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2002; GAMA; GARCIA, 2009). A presente pesquisa reconhece a importância de outras licenças e ferramentas com a mesma finalidade, porém se baseia nas licenças CC por serem consideradas mais permissivas e adequadas à proteção de obras acadêmicas, além de apoiarem o uso ético e legal da informação.

As licenças CC e os direitos autorais coexistem, de forma a estabelecer uma relação entre ambos, uma vez que as licenças atuam de modo a flexibilizar as autorizações de uso das obras. Outro fator relevante é que as licenças CC não afastam as exceções e limitações previstas em lei, o que a LDA classifica como uso livre e permitido permanece, independente da licença que a obra foi cadastrada.

Alves (2016, p. 97) comenta que existe “uma vertente ética e outra legal” no uso de obras. Assim, na presente pesquisa, os direitos autorais são tratados como um elemento para garantir o uso ético e legal da comunicação científica, sendo possibilitado pelas licenças Creative Commons.

c) Licenças Creative Commons

O tradicional modelo de comunicação científica tem sido largamente questionado pela comunidade científica. Na era da informação se faz necessária a criação de alternativas que promovam a informação de forma livre e aberta e ao mesmo tempo ofereçam proteção aos autores (PIMENTA; SILVA; GUIMARÃES, 2016). E, por isso, as licenças Creative Commons (CC) foram consideradas como um dos elementos essenciais à comunicação científica, por permitir que os autores compartilhem alguns direitos e reservem outros.

As licenças Creative Commons recebem o nome de sua organização criadora. Segundo Valente e Houang (2020, p. 9), o “Creative Commons é uma organização não governamental internacional sem fins lucrativos, que visa promover o compartilhamento do conhecimento, da cultura e da criatividade.” Apesar de a atuação do Creative Commons ir muito além das licenças, foi através delas que a organização ficou internacionalmente conhecida.

Para Hays, Weech-Maldonado, Teresi, Wallace e Stewart (2018, p. 3), o Creative Commons “fornece licenças de direitos autorais gratuitas e fáceis de usar para criar uma maneira simples e padronizada de dar ao público permissão para compartilhar e usar trabalhos,

nas condições da escolha do autor.” As licenças substituem “todos os direitos reservados” do *copyright* por “alguns direitos reservados”, por isso são consideradas mais flexíveis que a lei de direitos autorais, sendo elas utilizadas em conjunto.

Valente (2013, p. 160) discorre sobre as três principais preocupações quando as licenças CC foram criadas: “a) alinhar-se com as necessidades técnicas da internet; b) com os requisitos do direito autoral; c) e com as necessidades dos usuários”. Dessa forma, as licenças CC buscam alternativas para compartilhar o conhecimento ao mesmo tempo que oferecem proteção aos autores e aos leitores.

De acordo com a FIOCRUZ (2021), as licenças se caracterizam como um documento legal que “concede direitos específicos aos usuários ao utilizarem um material de terceiro licenciado sob determinadas condições”, podendo qualquer tipo de obra literária, artística ou científica ser cadastrada com uma licença.

As licenças CC articulam a disponibilização das obras ao público com a preservação dos direitos autorais. Um dos principais objetivos das licenças CC é fornecer orientações aos usuários sobre as possíveis formas de utilização de obras de terceiros, elas se destinam a funcionar em todo o mundo dentro dos limites das leis de direitos autorais específicas de cada país (GULLEY, 2013).

Silva, Ribeiro e Oliveira (2021, p. 14) mencionam que as licenças Creative Commons “têm o intuito de divulgar e disseminar os mais variados trabalhos em que possam ser aplicadas as licenças, tais como: textos, músicas, etc., que possam ser suscetíveis à proteção pelos direitos autorais”. Ressaltamos que, as licenças CC buscam que as obras sejam utilizadas ao mesmo tempo que estão protegidas pela lei de direitos autorais por procurar a disseminação da informação dentro dos limites éticos e legais.

Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 8) mencionam que as licenças CC são “ferramentas muito úteis no mundo da academia e da educação, já que permitem aos autores ou aos editores, escolherem as condições desejadas para compartilhar e utilizar os textos publicados nos seus periódicos científicos”, pois cabe aos próprios autores definirem sob qual licença desejam cadastrar suas obras.

O cadastro da obra, realizado pelo autor, é um ato voluntário, onde há manifestação da vontade de registro por meio da assinatura em uma espécie de contrato, podendo escolher registrar sua obra sob seis diferentes licenças CC [atribuição (by); atribuição – compartilhamento pela mesma licença (by-sa); não a obras derivadas (by-nd); atribuição – uso não comercial (by-nc); atribuição – uso não comercial – compartilhamento pela mesma licença (by-nc-sa); atribuição – uso não comercial – não a obras derivadas (by-nc-nd)], sendo a primeira

menos restritiva, e a última a licença considerada a mais restritiva, por não autorizar a modificação de obras e nem a utilização para fins comerciais.

A entidade Creative Commons (2022) define as seis diferentes possibilidades de licenças aplicadas as obras, conforme descrito a seguir:

- i) atribuição (by): é considerada a licença menos restritiva, pois permite a utilização de obras por terceiros até mesmo para fins comerciais;
- ii) atribuição – compartilhamento pela mesma licença (by-sa): permite a criação de obras derivadas ainda para fins comerciais. Porém, o crédito deverá ser atribuído ao autor e todas as obras derivadas devem ser licenciadas com essa mesma licença;
- iii) não a obras derivadas (by-nd): permite redistribuição, sem modificações, e uso para fins tanto comerciais e como não comerciais. Nessa licença os créditos também devem ser atribuídos ao autor;
- iv) atribuição – uso não comercial (by-nc): essa licença veda o uso com fins comerciais. Porém, as obras derivadas são permitidas e não há necessidade de serem licenciadas sob os mesmos termos;
- v) atribuição – uso não comercial – compartilhamento pela mesma licença (by-nc-sa): essa licença não permite uso comercial. Porém, autoriza que as obras derivadas sejam traduzidas, além de permitir a realização de *download* da obra original;
- vi) atribuição – uso não comercial – não a obras derivadas (by-nc-nd): é considerada a licença mais restritiva, pois não autoriza a modificação da obra e nem a utilização para fins comerciais.

As licenças CC podem ser utilizadas separadamente ou em conjunto. A única exceção são as licenças by-nd e by-sa, que não podem ser combinadas entre si, por suas permissões serem opostas, já que a by-sa permite a criação de obras derivadas, ao contrário da by-nd (VALENTE; HOUANG, 2020).

O ato de cadastrar uma obra com licença CC é irrevogável, uma vez licenciada não se volta atrás, podendo ser alterada apenas em caso de adoção de uma licença mais aberta, o contrário, não é permitido. A exceção é obra em coautoria, tendo em vista que todos os autores precisam concordar com a licença a qual a obra será registrada. Além disso, o não cumprimento dos termos da licença consiste em violação aos direitos e quem o fizer pode enfrentar medidas jurídicas cabíveis (VALENTE; HOUANG, 2020).

Como regra, é permitido utilizar obras cadastradas sob uma licença Creative Commons ou quando se encontram em domínio público. As licenças CC se caracterizam como uma espécie de contrato que permite compartilhar alguns direitos e reservar outros (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018).

Assim, ao efetuar o registro, o autor controla o uso de sua obra, pois pode registrá-la de maneira mais ou menos flexível. Obras cadastradas sob licenças Creative Commons devem ter seu uso respeitado, conforme termos da licença pré-definida pelo autor.

A relação das licenças CC com os direitos autorais é que ambos podem coexistir, pois mesmo obras protegidas por direitos autorais podem possuir licenças de uso. Essas licenças

atuam de modo a flexibilizar as autorizações de uso das obras, sendo conferida pelo autor ou titular dos direitos autorais a terceiros.

As licenças visam, então, proporcionar desenvolvimento de conteúdos abertos ou livres, para isso, alternativas flexíveis de uso das obras (SILVA; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021). O surgimento, avanço e desenvolvimento da ciência aberta se relaciona diretamente com a expansão e consolidação das licenças Creative Commons, pois as licenças CC buscam uma cultura livre e o compartilhamento das informações. Além disso, as licenças CC foram criadas levando em consideração a existência do ambiente digital e as possibilidades de disseminação da informação decorrentes dele, diferentemente da Lei de Direitos Autorais (VALENTE; HOUANG, 2020).

As licenças Creative Commons buscam oferecer clareza entre o uso das obras por terceiros e a proteção autoral, por oferecerem opções mais flexíveis de utilização e principalmente compartilhamento das obras disponíveis no ambiente digital, tendo sido consideradas como um elemento vinculado à comunicação científica.

d) Ética na comunicação científica

O código de ética apresenta qual é a conduta ética esperada que os editores, responsáveis dos periódicos ou profissionais de uma área do conhecimento devem seguir.

Existem boas práticas editoriais que os portais de periódicos podem se basear para criar suas diretrizes, como as previstas pelo Comitê de Ética na Publicação (COPE) que versam sobre a questão da ética nas publicações científicas ao buscar definir práticas que auxiliem os autores, editores, equipe editorial, entre outros (COPE, 2022).

Algumas bases de dados nacionais e internacionais têm suas próprias regras éticas, como, por exemplo, o código de ética desenvolvido pela Scielo, que apresenta elementos essenciais que devem ser considerados na elaboração de pesquisas, aplicados especificamente aos periódicos de forma especial, dada sua condição de validadores das pesquisas (SCIELO, 2022); e, como, o Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos — em inglês International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) —, que desenvolveu uma série de recomendações éticas destinadas a autores, editores e demais envolvidos para condução de pesquisas médicas (ICMJE, 2019).

Uma das principais preocupações relacionadas à comunicação científica é que haja conduta ética entre os pesquisadores, instituições, periódicos, para evitar condutas inadequadas e até incidência de ilícitos (RIOS, 2018).

Assim, os portais de periódicos devem sugerir quais normas os periódicos científicos

que hospedam precisam seguir para permanecerem no sistema, devendo essa informação ser de fácil acesso.

e) Ciência aberta

A ciência aberta se constitui como um dos elementos éticos explorados na presente pesquisa por, em síntese, buscar transformação no modo como a pesquisa científica é pensada, construída e comunicada ao público, através da democratização do uso e acesso do conhecimento científico. Sua divulgação e acessibilidade é capaz de proporcionar maior cooperação, reutilização dos dados e, conseqüentemente, maior inclusão. Em outras palavras, a ciência aberta busca a disseminação ampla da informação científica, seguindo preceitos éticos e legais.

O ambiente digital alterou a forma de acesso e compartilhamento das informações, principalmente de obras científicas, porém a proteção às obras permaneceu intacta. Pinheiro (2014, p. 159) expõe que “antes da internet e do acesso livre à informação científica, pouco ou quase nada se discutia ou pesquisava sobre a hoje denominada ciência aberta”.

O advento da Internet fez nascer, ainda que de modo singelo, no final do século XX, o movimento em prol da ciência aberta, mas foi no início do século XXI que o movimento recebeu maior notoriedade e começou a se fortalecer (FREITAS, 2014).

O movimento de ciência aberta foi capaz de alterar a forma de publicação e comunicação, principalmente de trabalhos científicos, pois ele parte do pressuposto que o conhecimento pertence à sociedade e deve retornar a ela, sendo partilhado de forma mais aberta possível (STODDEN, 2010).

Nas palavras de Pinheiro (2014, p. 163): “a ciência aberta representa um alargamento do acesso livre, tornando acessíveis os dados científicos [...] assim, são abertas novas perspectivas para novos conhecimentos, quem sabe, queimando etapas e agilizando o processo de fazer ciência”, pois os dados, metadados e até mesmo os resultados de pesquisa podem ser analisados e considerados por outros pesquisadores em pesquisas diversas.

A ciência aberta engloba todas as fases da pesquisa, indo desde a concepção até a publicação dos resultados em si. Hourcade (2015, p. 27) define a ideia de ciência aberta como “práticas de compartilhamento de dados científicos, informações, resultados de pesquisa e procedimentos que podem ser compreendidos como um processo de construção coletiva do conhecimento”, sem barreiras que limitam o acesso, utilização e reutilização. Atualmente, barreiras financeiras são vistas como principais entraves que impedem, ou pelo menos diminuem, o acesso às obras.

A ciência aberta busca que as pesquisas sejam transparentes, acessíveis e que estejam disponíveis gratuitamente a terceiros interessados. Foster (2021), em seu texto denominado “What is Open Science?”, complementa que a obra deve estar em “condições que permitam a reutilização, redistribuição e reprodução da pesquisa e dos dados e métodos subjacentes”, com o intuito de disseminar o conhecimento na sociedade.

A UNESCO (2021) define a ciência aberta como “um movimento que visa tornar a pesquisa e os dados científicos acessíveis a todos”, através de sua disponibilização no ambiente digital, pois busca que a informação científica seja disponibilizada a interessados e que seu uso seja feito de forma ética, respeitando os direitos dos autores, por isso apresenta relevância direta para o ambiente acadêmico/científico.

O privilégio moral do autor, assegurado pela LDA através dos arts. 24 e seguintes, não é extinto pela ciência aberta, pelo contrário, eles coexistem. Lima, Tenório Filho, Ferreira e Escola (2013, p. 10) expõem que a ciência aberta propõe a “apresentação de soluções normativas que quebrem o conceito tradicional de propriedade intelectual, que não tenha resistido ao acelerado avanço tecnológico, sem deixar, contudo, de conceder a proteção aos direitos morais do autor”, de maneira a resguardar a disseminação do conhecimento e ao mesmo tempo a proteção aos autores.

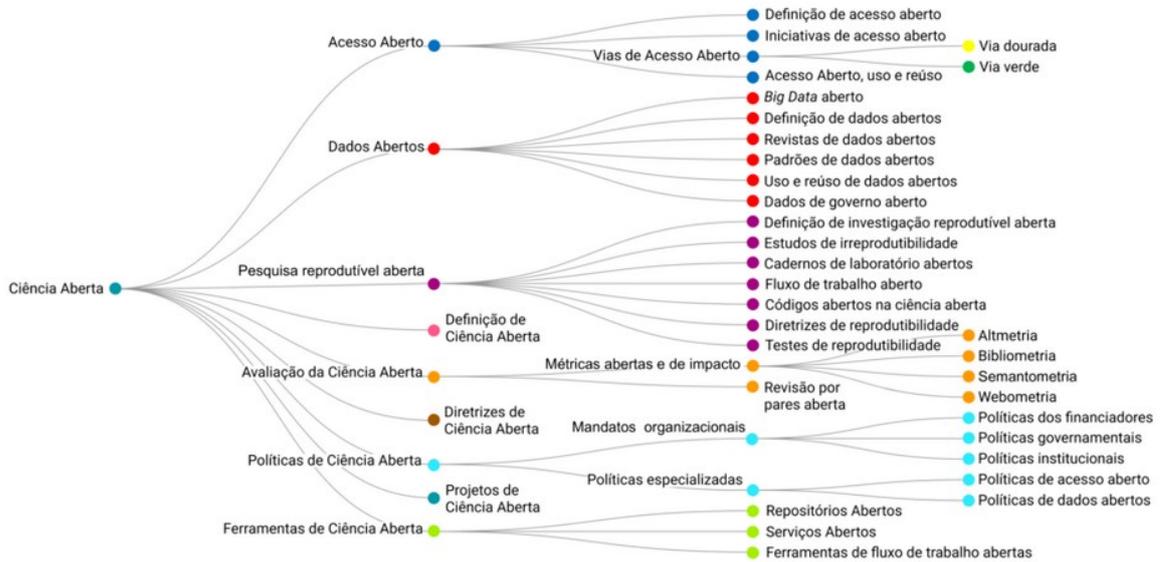
Cabe destacar a importância dos direitos autorais e da ciência aberta no cenário atual, além do relevante papel desempenhado pelas bibliotecas na sociedade da informação, que atuam tanto na disponibilização das obras, quanto no reconhecimento da necessidade de proteção dos autores e na adoção de práticas relevantes. Packer e Santos (2019, p. 3) discorrem que as “bibliotecas das universidades vêm desempenhando um papel de liderança na adoção das práticas de ciência aberta”.

Na busca pela disseminação e fortalecimento do movimento de ciência aberta foram criadas algumas iniciativas ao redor do mundo, como o projeto Facilitate Open Science Training for European Research (FOSTER), criado em 2014 com o intuito de oferecer treinamentos e capacitações voltados para práticas de ciência aberta. O projeto define que a “Ciência Aberta representa uma nova abordagem ao processo científico estando baseada no trabalho colaborativo e novas formas de difusão do conhecimento através do uso de tecnologias digitais e novas ferramentas colaborativas”, fortalecendo a possibilidade de coautoria em publicações científicas.

O portal FOSTER (2021) desenvolveu a taxonomia de ciência aberta (Figura 2), com propósito de demonstrar quais temas estão diretamente relacionados à ciência aberta. E, segundo informações disponíveis em seu *site*, o portal contribui para que haja uma mudança

real e duradoura, por parte dos envolvidos, que garanta que a ciência aberta se torne norma.

Figura 2 – Taxonomia de Ciência Aberta



Fonte: Open Science Taxonomy. Desenvolvido por Facilitate Open Science Training for European Research. *In*: Open Science Definition (FOSTER) (2021).

A taxonomia da ciência aberta apresenta diversas práticas que a ciência aberta desenvolve, dentre elas: o acesso aberto, que talvez seja a prática mais conhecida no contexto acadêmico; os dados abertos; a avaliação da ciência aberta, que engloba a revisão por pares; as ferramentas de ciência aberta, a qual os repositórios abertos fazem parte; entre outras.

Segundo Fecher e Friesike (2014, p. 17), o termo Ciência Aberta “evoca compreensões bastantes diferentes, que vão desde o direito de acessar o conhecimento oriundo de financiamentos públicos, até a possibilidade de desenvolvimento de ferramentas que possibilitem a colaboração entre cientistas”, além de englobar o acesso aberto e a revisão por pares, termos essenciais no contexto acadêmico.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) representa a ciência aberta como um guarda-chuva com o propósito de demonstrar que ela engloba diferentes práticas de maneira independentes entre si, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Práticas de Ciência Aberta



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (2021).

A Figura 3 (Práticas de Ciência Aberta) corrobora a Figura 2 (Taxonomia de Ciência Aberta) e mais uma vez demonstra que a ciência aberta abarca diferentes práticas com o intuito de disseminar o conhecimento científico através do ambiente digital, além de buscar oferecer proteção às obras, mesmo não abordando os direitos autorais de forma explícita.

Na atualidade, a ciência aberta pode ser capaz de aumentar ainda mais a disponibilização das obras no ambiente digital. Para isso, Chan, Hall, Piron, Tandon e Williams (2020, p. 3, tradução nossa) apontam alguns dos possíveis caminhos para a abertura da ciência, quais sejam: “a) abertura de acesso a publicações científicas; b) acesso aberto a dados de pesquisa; c) abertura para questões e preocupações de bem-estar público; d) abertura para ideia de que a ciência é composta por debates complexos em vez de certezas duradouras”. Os autores também destacam que essa forma aberta de ‘fazer ciência’ ultrapassa o modo como a pesquisa científica é realizada hoje, já que atualmente algumas pesquisas são publicadas em periódicos pagos, provavelmente diminuindo seu alcance.

A ciência aberta e o acesso aberto não se confundem, não são sinônimos. A ciência aberta é mais ampla e capaz de englobar diversas metodologias na busca pela disseminação do conhecimento. A ciência aberta vai muito além do acesso aberto. Sua principal proposta é buscar o livre acesso de uma maneira geral, englobando diversas práticas. Porém, é preciso reconhecer a importância do acesso aberto principalmente para a comunicação científica

(FECHER; FRIESIKE, 2014).

f) Acesso aberto

O acesso aberto foi identificado como outro importante elemento na adequação dos portais de periódicos, por seguir uma filosofia de permitir o acesso gratuito aos leitores através das versões digitais e on-line de artigos científicos, fazendo com que informações sejam disponibilizadas a qualquer terceiro interessado (PEÑA, 2015). O acesso aberto pressupõe o livre aproveitamento da informação científica, sempre que seja considerado o reconhecimento da autoria, sendo uma demanda da sociedade pré-digital ou digital e, por isso, recebeu maior notoriedade na última década (VALERO; CABO; CASTIEL, 2007).

Santos, Farias e Feitosa (2018, p. 106) acreditam que o acesso e uso da informação de maneira aberta seja um elemento essencial que deva constar nas políticas de informações, por auxiliarem à comunicação científica.

Brandão, Moreira e Tanqueiro (2021, p. 1) acreditam que “o rápido crescimento da Internet e o mais recente desenvolvimento das plataformas digitais de difusão da informação foram fundamentais para o crescimento do acesso aberto”, pelo fato de oferecerem maior visibilidade e acesso a obras de terceiros. Feres, Silva, Bruno e Andrade (2021, p. 3) acreditam que a partir da “mudança proporcionada pela Internet, a maneira como nos comunicamos e compartilhamos o conhecimento afetou profundamente a pesquisa científica e a publicação acadêmica”.

Chan, Hall, Piron, Tandon e Williams (2020, p. 6, tradução nossa) explicam que o acesso aberto nada mais é do que “abertura da ciência para a sociedade”. Dois fatores contribuíram diretamente com seu crescimento: a) crise dos periódicos: em que houve aumento dos preços dos periódicos científicos que afetou as bibliotecas a partir de 1980; e b) advento da World Wide Web (WWW): responsável por alterar a forma de acesso e disseminação da informação (ORTELLADO, 2008).

Assis (2013, p. 212) também relaciona o avanço das tecnologias de informação e o crescente uso da Internet com o surgimento de um novo processo de comunicação. Surgindo assim, o “movimento de acesso aberto à informação científica”, que, segundo Oliveira e Costa (2015, p. 66), é fruto do interesse de pesquisadores em “ter seus trabalhos o mais acessível possível”.

O acesso aberto e a própria comunicação científica não teriam tamanha visibilidade sem a revolução tecnológica ocasionada pela rede mundial de computadores, que tornou a comunicação científica um processo fluído, rápido e interativo (RINALDI, 2008; SÁNCHEZ-

TARRAGÓ; CABALLERO-RIVERO; TRZESNIAK; DOMÍNGUEZ; SANTOS; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016). Assim, se acredita que o avanço da comunicação científica se coincide com o avanço da Internet e das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

A visão e a própria definição do acesso aberto foi sendo construída e conseqüentemente alterada com o passar do tempo. De acordo com Gulley (2013, p. 3) passou de “livre para ler” para “livre para ler e reutilizar”.

Tsoukala e Angelaki (2015, p. 4) definem o acesso aberto como uma prática da ciência aberta de conceder “acesso on-line à informação científica de uma forma gratuita para o leitor e licenciada para que possa ser utilizada e explorada” por terceiros interessados.

As Diretrizes MedOANet (2013, p. 5) definem o acesso aberto como “a prática de fornecer acesso on-line à informação científica (artigos, monografias, dados de investigação) de uma forma gratuita para o leitor e licenciada para que possa ser utilizada e explorada pelos investigadores, pela indústria e pelos cidadãos.” Assim como a ciência aberta, o acesso aberto busca a disponibilização da informação científica protegida por direitos autorais para preservação e disseminação do conhecimento.

O acesso aberto, assim como a ciência aberta, recebeu incentivos de diferentes partes do mundo, como por um grupo de financiadores europeus, autodenominados Coalition S, responsáveis pelo lançamento do Plano S em 2018. O Plano busca extinguir os acessos pagos e, conseqüentemente, fortalecer o acesso aberto e acelerar o progresso científico (BRAINARD, 2021).

Em âmbito internacional o movimento de acesso aberto emerge de forma organizada e com forte conotação política desde o início da década de 2000 (GOMES, 2014). Já no Brasil, o acesso aberto começou a ganhar forma com a assinatura do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica lançado pelo IBICT em 2005, com o intuito de contribuir com a transformação proposta pelo acesso aberto, fazendo com que surgissem iniciativas na busca pela promoção e concretização do movimento (COSTA, 2006).

Em esfera nacional destacam-se as iniciativas da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), que na busca por alavancar a implementação de políticas públicas que apontem para promoção do acesso aberto passou a disponibilizar textos completos através de um sistema eletrônico de acesso. Tendo a BIREME sido reconhecida como a primeira iniciativa de acesso aberto em países em desenvolvimento (TABOSA; SOUZA; PAES, 2013); a iniciativa da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) idealizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que disponibiliza obras na tentativa de promover o acesso aberto a obras científicas, literárias e artísticas que estejam em domínio público ou que

tenham sua divulgação autorizada; além da iniciativa da Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico (OECD) que propõem o acesso aberto aos dados de pesquisa, metadados, algoritmos e *softwares*, quando necessários para a compreensão dos dados (OECD, 2021); a Scientific Electronic Library Online (SciELO) uma das iniciativas pioneiras que buscou a disponibilização aberta da informação científica (SCIELO, 2018); entre outras iniciativas.

É inegável o crescimento do número de publicações científicas na última década e, conseqüentemente, o crescimento do acesso aberto. Esse crescimento foi demonstrado por um grupo de pesquisadores em 2018, ao informar que pelo menos 28% da literatura acadêmica mundial estava disponível em acesso aberto e que ano após ano essa proporção cresce, demonstrando a relevância da abordagem do tema (PIWOWAR; PRIEM; LARIVIÈRE; ALPERIN; MATTHIAS; NORLANDER; FARLEY; WEST; HAUSTEIN, 2018). Já no Brasil, esse número é ainda mais alto, segundo relatório emitido pela Curtin Open Knowledge Initiative (COKI) cerca de 65% da produção acadêmica estava em acesso aberto no período de 2000 a 2021 (COKI, 2022).

Ao abordarmos as temáticas ciência aberta e acesso aberto à informação científica se faz necessário pegar emprestada algumas ideias de estudiosos considerados relevantes para a temática: Peter Suber e Stevan Harnad (CUNHA, 2018).

Renomado especialista e pioneiro em ciência aberta e acesso aberto, Peter Suber, diretor do projeto Open Access da Universidade de Harvard, expõe que para ele o acesso aberto é um tipo de acesso e não de conteúdo, podendo ser aplicado a qualquer tipo de obra acadêmica ou não, mesmo essa prática sendo mais conhecida na academia (SUBER, 2012). A maior parte das pesquisas relacionadas ao acesso aberto surgem e estão pensadas para a academia, mas não se restringe somente a pesquisas acadêmicas (TABOSA; SOUZA; PAES, 2013).

O acesso aberto possui pontos positivos tanto para os autores como para os leitores; para os autores porque esses criam suas obras em busca de reconhecimento e não de dinheiro e há chance de receber maior audiência em suas pesquisas quando estão disponibilizadas abertamente; e para os leitores, devido as obras ficarem acessíveis gratuitamente no ambiente digital (SUBER, 2012).

Segundo Suber (2004), para que uma obra esteja disponível em acesso aberto é preciso que ela esteja disponibilizada de maneira “digital, on-line, gratuita, livre da maioria das restrições de direitos autorais e licenciamento” (tradução nossa). Ainda segundo o autor, o acesso aberto busca “remover a barreira do preço”, como as assinaturas cobradas pelos periódicos científicos; e as “barreiras de permissão”, como é o caso de algumas restrições

impostas pelo *copyright*, pois o movimento busca que o acesso seja disponibilizado de maneira “gratuita e seu uso seja irrestrito” (SUBER, 2015).

Suber (2004) menciona ainda que o “acesso aberto é um movimento voltado à disponibilização de conteúdos científicos ou acadêmicos na internet”. Uma de suas definições mais comuns encontradas na literatura é: “*Open access literature is digital, online, free of charge, and free of most copyright and licensing restrictions*”, cuja tradução literal é: “a literatura de acesso aberto é digital, on-line, sem custos de acesso e livre da maioria das restrições dos direitos autorais e licenças”.

Harnad, também especialista em acesso aberto, ensina que o acesso aberto busca conceder acesso on-line e gratuito a artigos disponibilizados em periódicos científicos para terceiros interessados sobre o tema. Além de expor que o acesso aberto não é uma reação ao problema de preços e acesso aos periódicos científicos e sim uma reação às novas possibilidades abertas pela Internet (HARNAD, 2005). Segundo Brainard (2021, p. 2), isso ocorre por essa modalidade de disseminação da informação possuir como benefício em média “o triplo de citações” se comparados com artigos publicados com acesso pago.

Para Fleming e Cook (2021, p. 3), o acesso aberto é capaz de “fornecer acesso gratuito à pesquisa, acelerar a disseminação do trabalho, podendo acarretar o aumento do impacto do trabalho, por ser capaz de aumentar a acessibilidade da pesquisa”. Assim, termina por estimular o debate sobre a proteção advinda pelos direitos autorais (HOORN; VAN DER GRAAF, 2006; BARACAT; RIGOLIN, 2012; PIMENTA; SILVA; GUIMARÃES, 2016). De acordo com Suber (2015), o acesso aberto é “compatível com os direitos autorais”.

A UNESCO (2015, p. 6) define que o “acesso aberto refere-se ao acesso livre e irrestrito à informação científica”. Suber (2012) complementa que a literatura em acesso aberto é “digital, livre de cobrança, livre da maioria das restrições de *copyright* e licenças”, seu principal objetivo é a democratização do conhecimento, ele busca que a comunicação científica seja disseminada com vistas a colaborar com o aumento do conhecimento de terceiros interessados sobre o tema (RIOS; LUCAS; AMORIM, 2019).

Para Jacob (2014, p. 63), o foco do acesso aberto é “permitir o acesso pela maior quantidade de indivíduos a recursos de informação e formação que, de outra forma, permaneceriam restritos”, e, sem expectativa de lucro. Segundo Piwowar, Priem, Larivière, Alperin, Matthias, Norlander, Farley, West e Haustein (2018, p. 8) a ideia principal é que os artigos possam “ser lidos on-line gratuitamente, seja no site da editora ou em repositórios de acesso aberto”.

Tabosa, Souza e Paes (2013, p. 51) acreditam que o acesso aberto seja uma maneira de

“popularização da comunicação científica”, de forma que a comunicação gerada dentro das universidades deve possuir um caráter público, pois o conhecimento desenvolvido e ali produzido deve retornar à sociedade.

Packer e Santos (2019, p. 1) destacam que o acesso aberto é “consolidado globalmente como uma modalidade de comunicação científica”, sendo definida como a forma de diálogo entre a comunidade científica e o público em geral e estando vinculada a atividades relacionadas à produção, disseminação e uso da informação (VALERIO; PINHEIRO, 2008).

Conforme o acesso aberto foi sendo aceito pela comunidade, começaram a surgir desdobramentos. Assim, em 2004, Harnad usou o termo “acesso aberto verde e dourado”. Segundo o autor, a cor verde foi usada para referenciar periódicos; já a cor dourada foi uma maneira irônica de fazer referência à corrida do ouro dos EUA, na busca por incentivar que periódicos pagos permitissem disponibilização de obras em repositórios, principalmente institucionais (HARNAD, 2004).

A partir desses desdobramentos do acesso aberto surgiu a taxonomia do projeto Sherpa/RoMEO, desenvolvida no Reino Unido por uma série de pesquisadores, que utiliza um sistema de classificação por cores com base na versão do artigo para demonstrar diferentes permissões e restrições relativas à disponibilidade de artigos científicos em repositórios. Conforme Bojo-Canales e Melero (2021, p. 5), as cores definem:

- i. branco: o autoarquivamento não é permitido;
- ii. amarelo: a versão *preprint* é permitida;
- iii. azul: a versão aceita ou publicada é permitida;
- iv. verde: *preprint* e *posprint* são permitidos.

Práticas comuns de divulgação científica são denominadas de *preprint* e *posprint*. *Preprint* são manuscritos frequentemente publicados em repositórios abertos antes da submissão do artigo com o intuito de receber *feedbacks* ou localizar eventuais colaboradores à pesquisa em questão. Já os *posprint* são manuscritos já avaliados por pares que refletem as mudanças da avaliação (FLEMING; COOK, 2021).

Basicamente, o *preprint* é a versão não finalizada da pesquisa, podendo ser divulgada antes ou depois da revisão por pares e o *posprint* é a divulgação da versão definitiva do trabalho (CUNHA, 2018). Os *preprints* e *posprints* compõem os *eprints* que, por sua vez, são entendidos como documentos digitais cuja intenção é a publicação (EPRINTS ORG., 2021).

De forma simplista, o autoarquivamento (via verde) ocorre quando o autor publica sua obra e ao mesmo tempo arquiva uma cópia eletrônica em um repositório aberto, ficando disponível a terceiros. Já a publicação em acesso aberto (via dourada) ocorre quando os autores

publicam suas obras diretamente em revistas de acesso aberto, estando as revistas acessíveis a terceiros interessados (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015).

O projeto SHERPA/RoMEO estabeleceu uma classificação de cores para categorizar as políticas de acesso aberto de revistas acadêmicas, inicialmente no Reino Unido sendo posteriormente popularizado para o mundo, onde foram criadas outras cores para complementar a proposta inicial (CUNHA, 2018).

A depender da classificação, o acesso aberto possui quatro ou cinco cores, que servem para identificar as políticas de acesso aberto, sendo elas: verde; dourado; híbrido e bronze; ou, branco; amarelo; azul; verde e dourado; podendo existir outras na literatura.

Além da classificação por cores, o acesso aberto possui três declarações fundamentais ao movimento (Budapeste, Bethesda, Berlim – BBB) criadas a partir de conferências realizadas em 2002 e 2003. As declarações buscam conceituar o acesso aberto, além de procurar alternativas de acesso e uso da literatura científica com o intuito de ampliar o conhecimento científico (HOURCADE, 2015).

As conferências foram responsáveis por reunir projetos já existentes sobre acesso aberto e explorar como poderiam auxiliar para que seu crescimento ocorresse de maneira mais rápida (BOAI10, 2022). As declarações possuem como elemento comum a busca pela disponibilização dos resultados de pesquisa gratuitamente e a possível reutilização dos dados de pesquisa (GADD; TROLL COVEY, 2016).

A Conferência de Budapeste, que ocorreu em dezembro de 2001, com texto aprovado em 2002, na Hungria, organizada pela Open Society Foundations (OSF), foi considerada a primeira iniciativa de acesso aberto a propor estratégias com vistas a alcançar o acesso aberto. Bethesda, ocorrida em 2003, reforçou o movimento iniciado em Budapeste e promoveu instrumentos para publicação em acesso aberto. Berlim, por sua vez, teve o compromisso de fazer com que as publicações seguissem os princípios do acesso aberto, tendo ocorrido também em 2003 (BRANDÃO; MOREIRA; TANQUEIRO, 2021).

As conferências têm em comum a busca pela disseminação do conhecimento na sociedade, deixando-o disponível em larga escala e sem as restrições de acesso e uso. Hourcade (2015, p. 29) sintetiza as informações de cada conferência conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Comparação entre os textos das declarações de acesso aberto

	Declaração de Budapeste - Área: Genética	Declaração de Bethesda - Área: Biomédica	Declaração de Berlim - Área: Ciências e Humanidades
Qualidade (<i>peer review</i>)	artigos de periódicos revisados	artigos revisados	aprovação pela comunidade científica (revisado)
	preprints sem revisão		
<i>Copyright</i>	controle sobre a integridade do trabalho	atribuição da autoria	atribuição da autoria
	direito de propriedade intelectual		
	direito a citação (atribuição da autoria)		
Finalidade da utilização	várias, incluindo qualquer outro propósito legal	várias, incluindo qualquer propósito responsável	várias, incluindo qualquer propósito responsável
Obras derivadas	não menciona	permite	permite
Acesso	gratuito	gratuito	gratuito
		mundial	mundial
	público (mundial)	irrevogável	irrevogável
		perpétuo (a necessidade de preservação)	

Fonte: Sarmiento, Miranda, Baptista e Ramos (2005).

A ciência aberta e o acesso aberto são vistos na atualidade como uma tendência mundial de disponibilização da informação científica, não indo de encontro aos direitos pertencentes aos autores. A tendência observada nas redes de ciência aberta indica a fluidez cada vez maior do conceito do autor, estando devidamente protegidos pela Lei de Direitos Autorais (FREITAS, 2014).

A comunicação científica como ferramenta de divulgação, nos leva a crer que a ciência aberta e suas práticas sejam o futuro da sociedade da informação e atuem como uma espécie de facilitadora para o acesso, uso e compartilhamento da informação científico-técnica nesse ambiente, por isso foram considerados elementos fundamentais na pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem como finalidade demonstrar o plano metodológico elaborado para coletar, tratar e analisar os dados obtidos com a finalidade de atender aos objetivos previamente definidos. Para isso, foram divididos em sete subseções conforme especificamos na sequência.

A subseção denominada ‘Identificação dos Elementos e Boas Práticas’ busca localizar elementos na literatura e apontar boas práticas que poderão ser utilizadas em nosso conjunto de recomendações. Para isso, será realizada pesquisa bibliográfica e exploratória.

A pesquisa bibliográfica é definida por Duarte e Barros (2009) como “conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa”. E, por Marconi e Lakatos (2013) como o tipo de pesquisa que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde livros e revistas, até comunicações orais”. Para isso, será executada a Revisão Sistemática como meio facilitador para localização das informações.

Ainda para ‘Identificar os Elementos e Boas Práticas’ será realizada pesquisa exploratória, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2001), essa pesquisa é voltada para a formulação de questões ou de problemas de investigação, em que se busca aumentar o número de conhecimento sobre o tema, como nesse caso em específico, em que serão definidas perguntas capazes de auxiliar na execução da pesquisa.

A ‘Análise dos Artigos Através da Técnica de Mineração de Dados’ visa demonstrar artigos que possuam relação com as temáticas de estudo, sendo possível a análise detalhada dos estudos localizados. Para isso, será utilizada a técnica de mineração de dados, por ser uma técnica que busca encontrar padrões e correlações através de exploração, organização e análise de dados, por meio do uso da ferramenta Sobek, um *software* aberto desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A subseção ‘Identificação de Diretrizes dos Portais de Periódicos’ busca levantar quais os portais de periódicos, vinculados a universidades pré-selecionadas, possuem diretrizes/documentos norteadores para posterior análise. Assim, foram realizadas as técnicas de pesquisa exploratória, descritiva e documental. A pesquisa exploratória, como já mencionado, busca aumentar o conhecimento do pesquisador sobre o tema em questão; a pesquisa descritiva busca realizar análise minuciosa, nesse caso, a análise detalhada nos portais de periódicos na busca por diretrizes/documentos norteadores; por fim, a pesquisa documental utiliza fontes primárias, nesse caso os dados dispostos nas páginas eletrônicas dos portais por serem dados brutos que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2007).

Já a subseção denominada ‘Caracterização dos Portais de Periódicos’ tratará da relação entre os elementos localizados na literatura e a presença desses nos documentos norteadores emitidos pelos portais. Para isso, se utilizará das ferramentas de pesquisa exploratória e descritiva. Por ser um tipo de pesquisa que busca proporcionar maior familiaridade com o tema; e, por buscar descrever as características dos portais de periódicos, respectivamente.

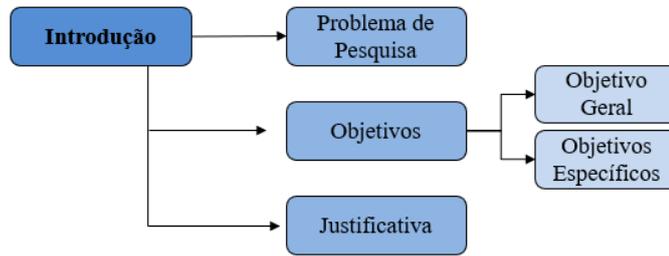
A ‘Categorização dos principais Elementos Localizados nas Diretrizes dos Portais de Periódicos’ visa demonstrar o vínculo entre a literatura e as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos. De modo que será realizada pesquisa descritiva, por estabelecer relações entre as diretrizes, possibilitar a criação de categorias e classificação dos documentos norteadores de acordo com as categorias (GIL, 2007).

A subseção ‘Proposição de Conjunto de Recomendações’ justifica a existência da pesquisa, para que nos ‘Resultados e Discussão’ seja proposto o conjunto de recomendações destinados aos portais de periódicos. Para isso, será utilizada das ferramentas de pesquisa bibliográfica e exploratória. A bibliográfica por ser uma pesquisa desenvolvida com base no material já elaborado, nesse caso, as informações previamente coletadas e analisadas. E a pesquisa exploratória pelo fato de buscar aprimorar ideias ou descobertas (GIL, 2007).

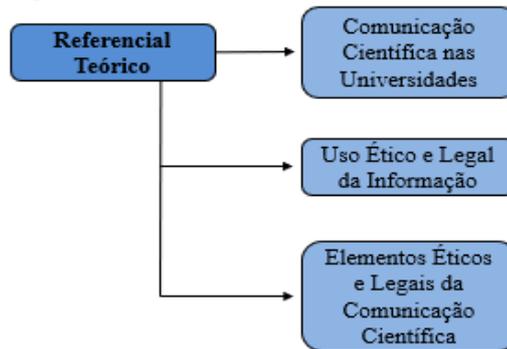
Por fim, o ‘Plano de Gestão de Dados’ busca apresentar as etapas de tratamento que os dados gerados a partir da presente pesquisa foram submetidos, além de explicar o *software* utilizado para disponibilização desses dados.

Com intuito de demonstrar a organização da presente pesquisa, foi elaborada a Figura 4 com a apresentação da estrutura.

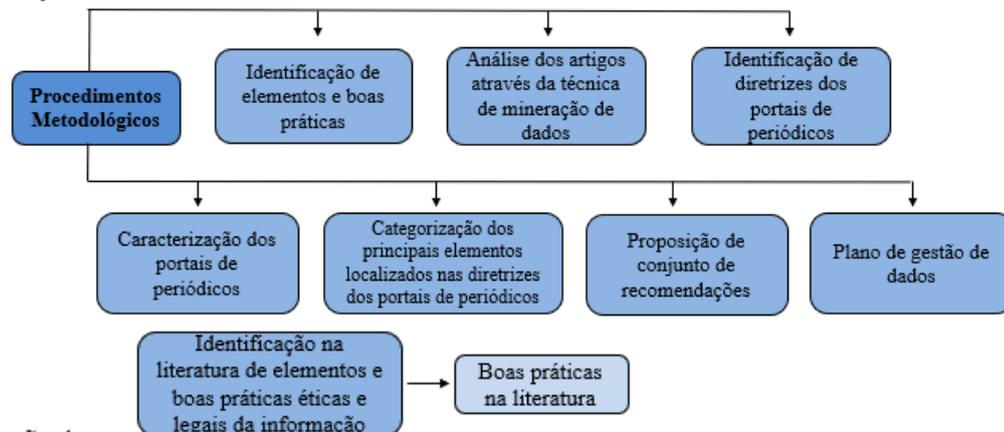
Figura 4 – Apresentação da estrutura da pesquisa
Seção 1:



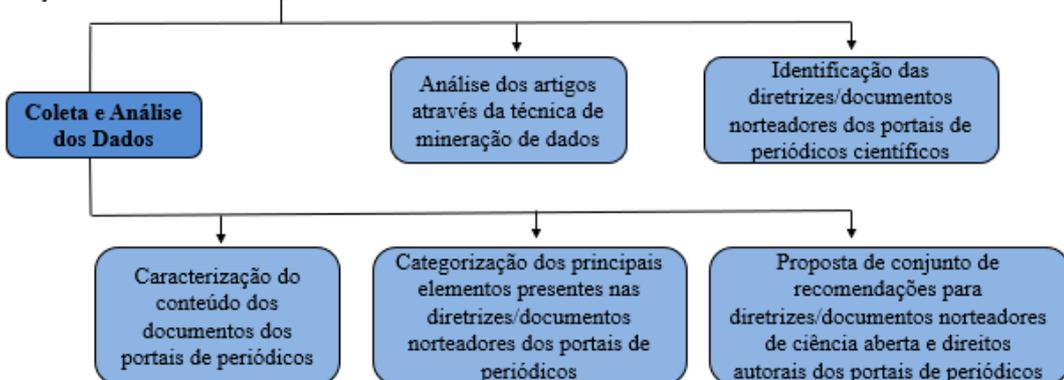
Seção 2:



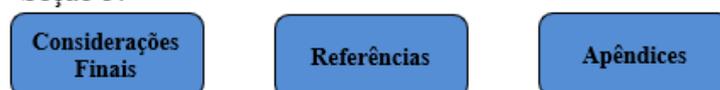
Seção 3:



Seção 4:



Seção 5:



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro 2, denominado ‘Objetivos Específicos x Metodologia x Dados Coletados x Resultados Esperados’, permite a visualização da relação entre os objetivos específicos da pesquisa, a metodologia utilizada, os detalhamentos dos dados coletados para cada um dos objetivos, bem como os resultados que se pretende atingir na presente pesquisa.

Quadro 2 – Objetivos Específicos x Metodologia x Dados Coletados x Resultados Esperados

Objetivos Específicos	Metodologia	Dados coletados	Resultados Esperados
Identificar na literatura elementos e boas práticas éticas e legais da informação no âmbito da ciência aberta e direitos autorais	Pesquisa bibliográfica e exploratória	Definições de ciência aberta, direito autoral, comunicação científica e uso ético e legal da informação	Conhecer os elementos concretos e abstratos da ciência aberta, direitos autorais e da comunicação científica relacionados ao uso ético e legal da informação Identificação na literatura de boas práticas nacionais e internacionais
Analisar os artigos encontrados através da técnica de mineração de dados	Técnica computacional de mineração de dados	Principais informações abordadas pelos artigos	Elaboração de planilha contendo as principais temáticas abordadas pelos artigos
Identificar as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos científicos das universidades brasileiras	Pesquisa exploratória, descritiva e documental	Planilha das 100 universidades mais bem posicionadas segundo Ranking Webometrics	Elaboração e disponibilização de lista de universidades que possuem diretrizes definidas sobre ciência aberta e direitos autorais Apresentação dos textos das diretrizes localizadas
Caracterizar o conteúdo dos documentos dos portais de periódicos	Pesquisa exploratória e descritiva	Diretrizes das universidades pré-selecionadas e dos portais de periódicos vinculados a elas	Análise das características das diretrizes localizadas Comparação entre as diretrizes Verificação da presença dos elementos relacionados à ciência aberta e aos direitos autorais nas diretrizes
Categorizar os principais elementos de ciência aberta e direitos autorais que aparecem nas diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos	Pesquisa descritiva	Diretrizes das universidades pré-selecionadas e dos portais de periódicos vinculados a elas	Categorias presentes nas diretrizes dos portais de periódicos com base nos elementos localizados na literatura

Propor conjunto de recomendações a serem utilizadas nas diretrizes/documentos norteadores de ciência aberta e direitos autorais dos portais de periódicos	Pesquisa bibliográfica e exploratória	-	Elaboração de proposta de conjunto de recomendações para elaboração ou atualização de diretrizes sobre ciência aberta e direitos autorais destinadas aos portais de periódicos e as universidades em grau de recomendação
---	---------------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Quadro 2 demonstra a relação entre os objetivos específicos propostos e quais os resultados são esperados a partir de cada um deles, resultando no alcance do objetivo geral, proposta de conjunto de recomendações para diretrizes/documentos norteadores de ciência aberta e direitos autorais dos portais de periódicos científicos de universidades brasileiras.

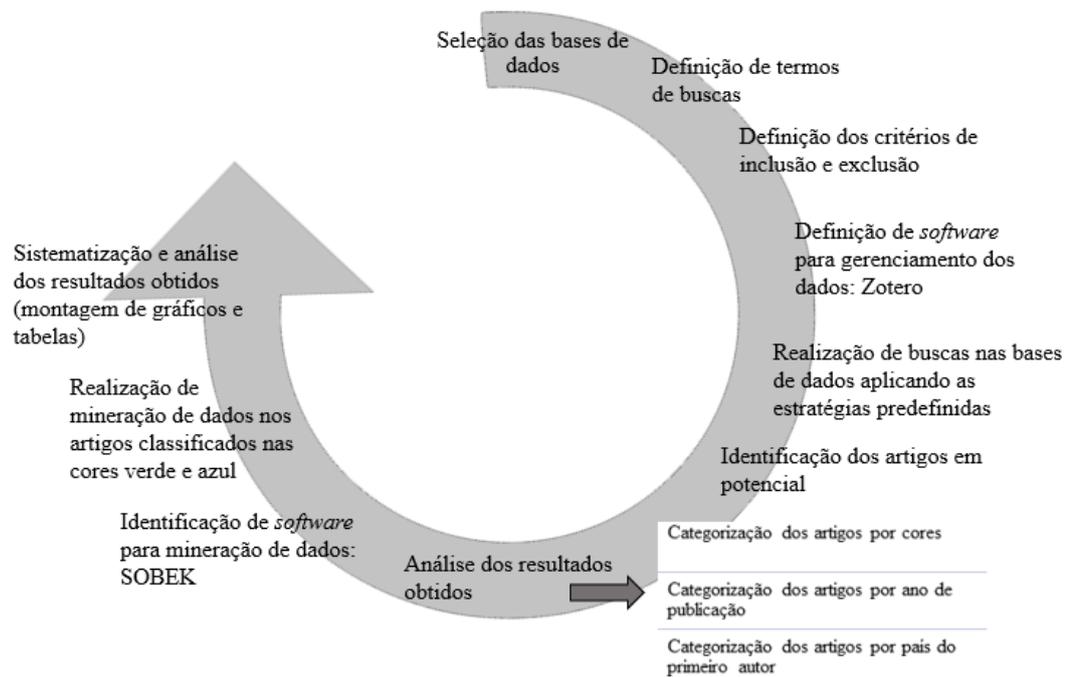
3.1 IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS E BOAS PRÁTICAS

A Identificação de Elementos e Boas Práticas será possível por meio da realização de pesquisa do tipo bibliográfica e exploratória. A pesquisa bibliográfica será realizada no intuito de localizar elementos presentes na literatura e boas práticas adotadas por diferentes órgãos, instituições de ensino e pesquisa, e outros; através da realização da Revisão Sistemática (RS). De acordo com os ensinamentos de Boote e Beile (2005, p. 3), um “pesquisador não pode realizar uma pesquisa significativa sem entender a literatura da sua área de pesquisa.”

A Revisão Sistemática surge para auxiliar no levantamento de informações, como a localização de elementos vinculados à comunicação científica, base da pesquisa. Assim, para executar a RS é imprescindível que a estratégia de busca seja previamente definida (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020).

A revisão sistemática consistiu em um apoio para a construção desta tese; auxiliando na identificação de lacunas; verificando o potencial de crescimento; averiguando a originalidade da pesquisa e analisando não apenas o que está sendo abordado na atualidade, mas também a origem das temáticas, bem como sua evolução ano após ano; proporcionando uma visão geral e ampla sobre os temas abordados. As fases da Revisão Sistemática podem ser sintetizadas conforme Figura 5 apresentada a seguir.

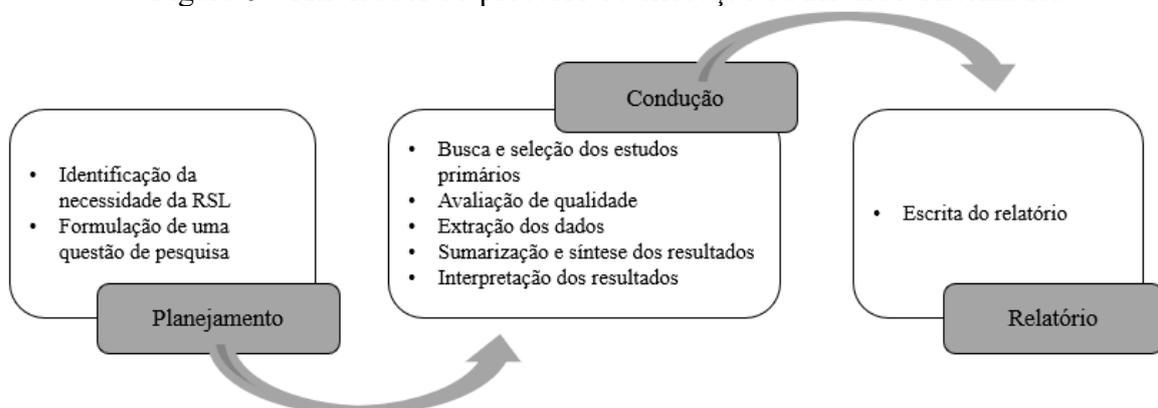
Figura 5 – Fases da Revisão Sistemática



Fonte: Adaptado de Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia (2012).

Dermeval, Coelho e Bittencourt (2020, p. 5) destacam que para executar uma revisão sistemática o “primeiro passo a ser dado é a definição de um protocolo de pesquisa”. A presente pesquisa se baseia nas diretrizes propostas por Kitchenham e Charters (2007, p. 6), cujas atividades de pesquisas são agrupadas em três fases: “planejamento, condução, relatório”; conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6 – Atividades do processo de execução da Revisão Sistemática



Fonte: Kitchenham e Charters (2007).

Outra ferramenta de pesquisa utilizada foi a pesquisa exploratória, por buscar auxiliar na formulação de questões ou problemas de pesquisa. Dessa forma, foram definidas perguntas

capazes de auxiliar na revisão sistemática e no enquadramento da tese; sendo elas: ‘como a ciência aberta é percebida na atualidade?’; ‘quais as principais definições de ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais utilizadas pelos autores?’; ‘quais autores são considerados fundamentais ao movimento de ciência aberta e acesso aberto à informação científica?’; ‘como os portais de periódicos são definidos?’; ‘qual a relevância de periódicos e portais de periódicos possuírem diretrizes explícitas relacionadas à ciência aberta, ao acesso aberto e aos direitos autorais?’; ‘foram localizadas outras pesquisas que tratam sobre as mesmas temáticas?’. Partiu-se do ponto no qual os artigos recuperados seriam capazes de responder essas perguntas, sendo essa hipótese confirmada ou refutada após efetiva execução da revisão sistemática.

Na segunda fase, denominada por Kitchenham e Charters (2007, p. 6) como fase de condução, foram definidas as estratégias de busca:

- a) Definição das bases de dados;
- b) Definição dos vocábulos de busca;
- c) Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos;
- d) Definição da forma de organização e classificação dos artigos recuperados.

As quatro bases de dados selecionadas foram: Scopus da Editora Elsevier; Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Scientific Electronic Library Online (SciELO); e, Web of Science (WoS).

A escolha se baseou em: a) a base de dados Scopus foi escolhida devido ao seu reconhecimento internacional, por ser uma base de dados multidisciplinar e por demonstrar grande potencial em abordar as temáticas estudadas, sendo considerada a principal base de dados da pesquisa por possuir substancial número de títulos de países periféricos indexados, se tornando uma base com amostra mais inclusiva; b) já a BRAPCI representa os jornais e eventos científicos nacionais, como o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, e também por manter a representatividade da área no país; c) a escolha da base de dados SciELO se deu devido à sua relevância, principalmente nacional, para as temáticas; d) por fim, a base de dados Web of Science foi escolhida por ser uma base de dados internacional, abrangente e por abordar estudos com temáticas próximas. Nesta pesquisa de tese reconhecemos a relevância nacional e internacional das quatro bases de dados pré-selecionadas. A partir da localização de artigos relevantes, elas serviram de substrato para construção do referencial teórico e especificamente para construção da subseção ‘Boas Práticas na Literatura’.

A segunda estratégia foi a escolha dos vocábulos de busca, definidos a partir de palavras que abrangem a temática da pesquisa. Para compor a estratégia de recuperação foram utilizados termos combinados pelo operador booleano ‘AND’, tendo sido utilizados os mesmos termos de

busca nas quatro bases de dados, quais sejam: ‘open access AND policies’; ‘open access AND periodic portal’; ‘open access AND copyright’; ‘open science AND policies’; ‘open science AND periodic portal’; ‘open science AND copyright’. Além desses, foram utilizados os mesmos termos em português ‘acesso aberto AND políticas’; ‘acesso aberto AND portal de periódicos’; ‘acesso aberto AND direitos autorais’; ‘ciência aberta AND políticas’; ‘ciência aberta AND portal de periódicos’; ‘ciência aberta AND direitos autorais’. Os artigos duplicados em diferentes bases de dados foram mantidos em cada base por entendermos que as representam. Porém, os artigos duplicados dentro da mesma base foram desconsiderados.

Ainda na fase de condução, os artigos recuperados precisaram atender aos critérios de inclusão: 1. estar disponível em acesso aberto; 2. adequar-se diretamente às temáticas pesquisadas (ciência aberta e/ou acesso aberto, direitos autorais, portais de periódicos), sendo a análise realizada a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave do artigo; 3. ser artigo científico.

Além de precisar passar pelos critérios de exclusão, não podendo ser: 1. artigos resumidos; 2. artigos com acesso pago/fechado; 3. artigos em duplicidade dentro da mesma base de dados; 4. artigos não relacionados diretamente às temáticas de estudo.

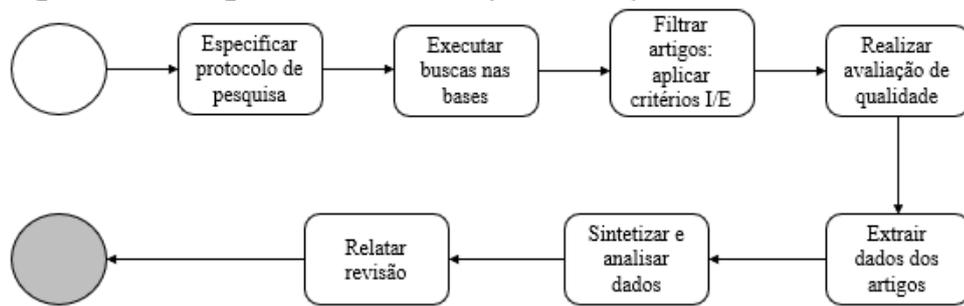
O fator tempo (ano de publicação dos artigos) não foi delimitado como um critério de inclusão/exclusão, tendo em vista que um dos objetivos é demonstrar o crescimento ano após ano das temáticas. Assim, os artigos que obedeceram aos critérios foram encaminhados à próxima fase: leitura na íntegra.

Os artigos lidos na íntegra foram classificados por cores, conforme a classificação criada pela autora: verde, azul, amarelo e vermelho. Sendo na cor verde os artigos que se relacionam diretamente com as temáticas; azul para os artigos que se relacionam em parte com a temática; amarelo para os artigos que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho para aqueles artigos que não se vinculam às temáticas de estudo. Vale ressaltar que os artigos classificados como verde e azul serviram de substrato para a construção da tese, sendo seus autores devidamente citados.

A pesquisa se iniciou em agosto de 2021 pela base de dados Scopus; em novembro foi analisada a base de dados Brapci; em dezembro de 2021 a Scielo; e, por fim, em janeiro de 2022 foi realizada análise na base de dados Web of Science. Os resultados das análises estão demonstrados na seção específica denominada ‘Resultados e Discussão’.

A revisão sistemática compreendeu etapas delimitadas na Figura 7.

Figura 7 – Fluxograma de atividades para execução da Revisão Sistemática



Fonte: Dermeval, Coelho e Bittencourt (2020).

Tanto a pesquisa bibliográfica como a pesquisa exploratória auxiliaram na construção da presente subseção que serviu como base para criação dos resultados e discussão e posterior alcance dos objetivos predefinidos.

3.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE MINERAÇÃO DE DADOS

A técnica de mineração de dados busca explorar estudos através da identificação de padrões e análises detalhadas, nesse caso em artigos científicos localizados por meio da revisão sistemática. Assim, a Mineração de Dados buscou apontar as principais temáticas abordadas pelos artigos analisados, sendo possível sua posterior caracterização, categorização e análise detalhada, além de contribuir com a construção do referencial teórico desta pesquisa.

Foram minerados dados, ou seja, títulos e resumos de artigos que atendessem aos critérios de inclusão e exclusão e que fossem qualificados nas cores verde ou azul, conforme classificação de cores criada pela autora, onde verde diz respeito aos artigos vinculados diretamente às temáticas de estudo; e azul àqueles artigos que se relacionam em partes com a temática.

Para a realização da mineração de dados foi utilizada a ferramenta de mineração de textos Sobek Text Mining³ desenvolvida pela Pós-Graduação em Informática na Educação da UFRGS, com intuito de apoiar aplicações educacionais.

3.3 IDENTIFICAÇÃO DE DIRETRIZES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

A Identificação de Diretrizes dos Portais de Periódicos será possível através de três

³ Como mencionam Reategui, Klemann, Epstein e Lorenzatti (2011, p. 5), “Mineração de texto é uma técnica da Ciência da Computação que permite a análise e identificação de informações relevantes em textos”.

diferentes ferramentas: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa documental. Na busca por aumentar o conhecimento sobre o tema; realizar análise detalhada nas páginas eletrônicas dos portais; realizar análise complementar à pesquisa bibliográfica, respectivamente.

Dessa forma, para que seja possível a localização e análise de diretrizes emitidas pelos portais de periódicos foram realizadas duas diferentes buscas: a primeira nos sítios eletrônicos dos portais; e, a segunda, via correio eletrônico, enviados à instituição apenas no caso em que não foram encontrados os documentos norteadores disponibilizados em seus sites.

Foi realizado levantamento dos portais de periódicos que possuem diretrizes e, com base nos documentos localizados, também foram analisados os textos que tratam sobre ciência aberta e direitos autorais; o que os documentos têm em comum; quais elementos, presentes na literatura, são abordados por esses documentos; e, em quais pontos são capazes de auxiliar na construção da proposta de um conjunto de recomendações para a elaboração e atualização de diretrizes/documentos norteadores destinados aos portais de periódicos e às universidades, em grau de recomendação.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

Para que seja possível caracterizar os portais de periódicos foi realizada pesquisa do tipo exploratória e descritiva, por proporcionar maior aproximação da pesquisadora com o tema e por ser capaz de localizar e descrever as características dos portais de periódicos analisados, respectivamente.

Para a definição dos portais de periódicos foi deliberado o *ranking* fornecido pela Web of Universities (Webometrics) no ano de 2020, conforme apêndice A.

O Webometrics Ranking of World Universities, segundo informações disponíveis em seu próprio *site*, é uma iniciativa do grupo de investigação Cybermetrics Lab pertencente ao Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), sendo uma das primeiras organizações de pesquisa europeia (WEBOMETRICS, 2021).

O Webometrics é um *ranking* de universidades publicado semestralmente, cuja finalidade é avaliar de maneira quantitativa os conteúdos disponíveis por instituições de ensino superior, se baseando em indicadores webométricos e bibliométricos.

O *ranking* realiza análise e fornece ranqueamento de todas as universidades de ‘classe mundial’, mas ressalta que “universidades de ‘classe mundial’ geralmente não são instituições pequenas ou muito especializadas”, deixando explícito que algumas instituições menores

podem não ter sido consideradas em sua constituição (WEBOMETRICS, 2021).

O objetivo principal do Webometrics (2021) é “promover a presença acadêmica na web, apoiando iniciativas de acesso aberto para aumentar significativamente a transparência do conhecimento científico e cultural gerado pelas universidades para toda a sociedade”.

Cabe ressaltar que, existem diversos *rankings* universitários, os quais destacamos:

- a) QS World University Rankings do Reino Unido: esse *ranking* leva em consideração seis fatores/métricas em sua avaliação;
- b) Academic Ranking of World Universities ou também conhecido como Shanghai Ranking: que leva em conta indicadores acadêmicos e de relevância e número de pesquisas publicadas das 800 universidades avaliadas;
- c) Times Higher Education (THE) World University Rankings: é um *ranking* publicado pelo Times Higher Education que realiza análise de mais de 1.600 universidades ao redor do mundo e considera 13 indicadores em seu ranqueamento.

O Webometrics foi escolhido, pois para a presente pesquisa nos parece um *ranking* mais completo, além de apoiar iniciativas de acesso aberto e utilizar análise de *links* para avaliação, ao contrário de outros *rankings* que utilizam análise de citação, ou seja, a análise ocorre em pesquisas bibliométricas. De acordo com o Webometrics (2021), a análise de *links* se baseia “não apenas nas citações bibliométricas, mas também no envolvimento de terceiros com atividades universitárias”.

Os portais de periódicos analisados estão atrelados às 100 universidades brasileiras melhor classificadas, segundo o *ranking* Webometrics, os quais terão seus documentos norteadores localizados para realização de três diferentes análises: aderência das diretrizes aos elementos localizados na literatura; análise das respostas da ferramenta de avaliação; adesão das diretrizes às seis categorias propostas; no intuito de verificar a presença dos elementos relacionados à ciência aberta e aos direitos autorais nas diretrizes dos portais de periódicos.

3.5 CATEGORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS LOCALIZADOS NAS DIRETRIZES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

As categorias foram criadas com base nos elementos localizados na literatura a partir da realização da pesquisa descritiva, por ser capaz de auxiliar na classificação dos documentos norteadores. Assim, consideramos: ciência aberta; acesso aberto; visibilidade/divulgação da produção científica; direitos autorais; ciclo de vida, que diz respeito às normas de ingresso e permanência de periódicos nos portais; e, estrutura dos portais de periódicos, que se vinculam

à composição e competências atribuídas à equipe editorial.

As seis categorias visam demonstrar o vínculo entre a literatura analisada, localizada através da revisão sistemática com o auxílio do *software* Zotero, e as diretrizes emitidas pelos portais de periódicos ou universidades a que estão atrelados.

3.6 PROPOSIÇÃO DE CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES

A Proposição de Conjunto de Recomendações se deu a partir da realização de pesquisa bibliográfica e exploratória, pois são capazes de permitir ao pesquisador maior cobertura do estudo e proporcionar maior flexibilidade no planejamento da pesquisa, respectivamente (GIL, 2007).

A falta de informações necessárias e padronização de informações básicas nas diretrizes/documentos norteadores e até mesmo a falta de diretrizes relacionadas à ciência aberta, ao acesso aberto e aos direitos autorais pelos portais de periódicos motivou o desenvolvimento da presente pesquisa. Sendo assim, esse trabalho buscou desvendar estratégias para solucionar tais problemáticas com vistas a apresentar diretrizes destinadas a portais de periódicos e a universidades, em grau de recomendação, para que possam elaborar ou atualizar suas diretrizes, contribuindo para a excelência no uso ético e legal da informação.

Com o intuito de contextualizar a pesquisa, buscamos responder a seguinte questão: As práticas de ciência aberta e direitos autorais norteiam ações, políticas, diretrizes e normas estabelecidas pelos portais de periódicos vinculados às universidades pré-selecionadas?

Partimos do princípio de que a falta de documentos que tratem sobre ciência aberta e direitos autorais colaborem para que o tema não seja amplamente disseminado e discutido internamente pelos portais de periódicos. Assim, acreditamos que os portais terminam por não estimular a ampla disseminação da informação de acordo com a ciência aberta.

3.7 PLANO DE GESTÃO DE DADOS

Os dados coletados no estudo estão descritos no presente ‘Plano de Gestão de Dados (PGD)’ e classificados conforme sua origem, tipo e formato. O tratamento dos dados gerados vai desde sua coleta até sua análise e posterior depósito em repositório multidisciplinar aberto (VEIGA; DIB; HENNING; NASCIMENTO; GUANAES; PENEDO; GUIMARÃES, 2022).

Quanto à origem dos dados:

Os dados provenientes da pesquisa foram dados observacionais transversais, pois foram levantados e analisados sem manipulação ou interferência da pesquisadora. Sendo assim, os dados gerados são provenientes de cinco diferentes fontes:

- a) Dados disponíveis com licenças ou *copyright* localizados nas páginas eletrônicas dos portais de periódicos – informações extraídas das páginas eletrônicas dos portais de periódicos que possibilitaram a realização de análises e definição do universo da pesquisa, mantidos em formato .xlsx;
- b) Artigos coletados a partir das quatro bases de dados pré-selecionadas (Scopus, Brapci, Scielo, Web of Science) – dados extraídos das bases de dados e organizados a partir da ferramenta Zotero, *software* livre que permite análise e gerenciamento de referências, para os quais foram aplicados critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, que auxiliaram na construção de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes e no enquadramento metodológico da pesquisa, a partir da organização dos dados em formato .xlsx;
- c) Mineração de textos – os dados que atenderam os critérios de inclusão e exclusão foram minerados a partir da utilização da ferramenta de mineração Sobek, sendo esses dados capazes de auxiliar na construção de diretrizes e do referencial teórico da pesquisa, pelo fato de possibilitarem a extração de conceitos. Os dados minerados foram disponibilizados em formato .docx;
- d) Ferramenta de avaliação (formulário) de coleta de dados e seus respectivos resultados – o formulário devidamente preenchido possibilitou o entendimento de algumas questões que não estavam disponíveis nas páginas eletrônicas dos portais, além de ser capaz de demonstrar o entendimento dos responsáveis pelos portais de periódicos. Os formulários preenchidos são disponibilizados em formato .xlsx;
- e) Diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos/instituições – os textos dos documentos foram capazes de auxiliar na construção do conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes para portais de periódicos científicos de universidades brasileiras. As informações estão disponibilizadas em formato .pdf.

Quanto ao tipo dos dados:

Os dados coletados são do tipo textuais e numéricos, pelo fato desta pesquisa tratar de análise de dados observacionais a partir de cinco diferentes fontes.

Quanto ao formato dos dados:

As características dos dados gerados a partir da presente pesquisa possuem três diferentes formatos: .docx, .xlsx, .pdf., por serem dados relativos à representação gráfica proveniente da mineração de textos, tabelas, artigos e documentos emitidos pelos portais de periódicos.

Os dados gerados foram disponibilizados na plataforma Zenodo⁴, repositório aberto multidisciplinar que permite compartilhar e citar dados de pesquisas. As informações foram extraídas a partir da definição do *ranking* fornecido pela Webometrics no ano de 2020, além dos artigos localizados nas quatro bases de dados, da ferramenta de avaliação disponibilizada em formato .xlsx; da mineração de textos disponibilizada em formato .docx; e, por fim, as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos disponibilizadas em único documento em formato .pdf.

O Zenodo cria uma página para cada dado gerado, porém, vincula todas em único espaço e oferece proteção através da Licença Creative Commons Attribution 4.0 International. A plataforma fornece a possibilidade de acompanhamento da quantidade de vezes em que os documentos são visualizados e da quantidade de *downloads* realizados.

⁴ <https://zenodo.org/record/7226585#.Y1Cj5XaZOHS>

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa se propôs a analisar os portais de periódicos vinculados às 100 universidades mais bem classificadas segundo o Ranking Webometrics do ano de 2020, conforme classificação demonstrada no Apêndice A. Após análise inicial, se constatou que 89 universidades possuem portais de periódicos próprios, relação disposta no Apêndice B. Assim, as 11 universidades que não possuem portais foram desconsideradas para efeito desta pesquisa (Apêndice C).

Foi estabelecido o mês de agosto de 2022 como data de corte, pois para otimização das análises o número de diretrizes precisa ser estático. Sendo assim, até essa data, foram localizados 30 documentos (Apêndice D), que são analisados detalhadamente.

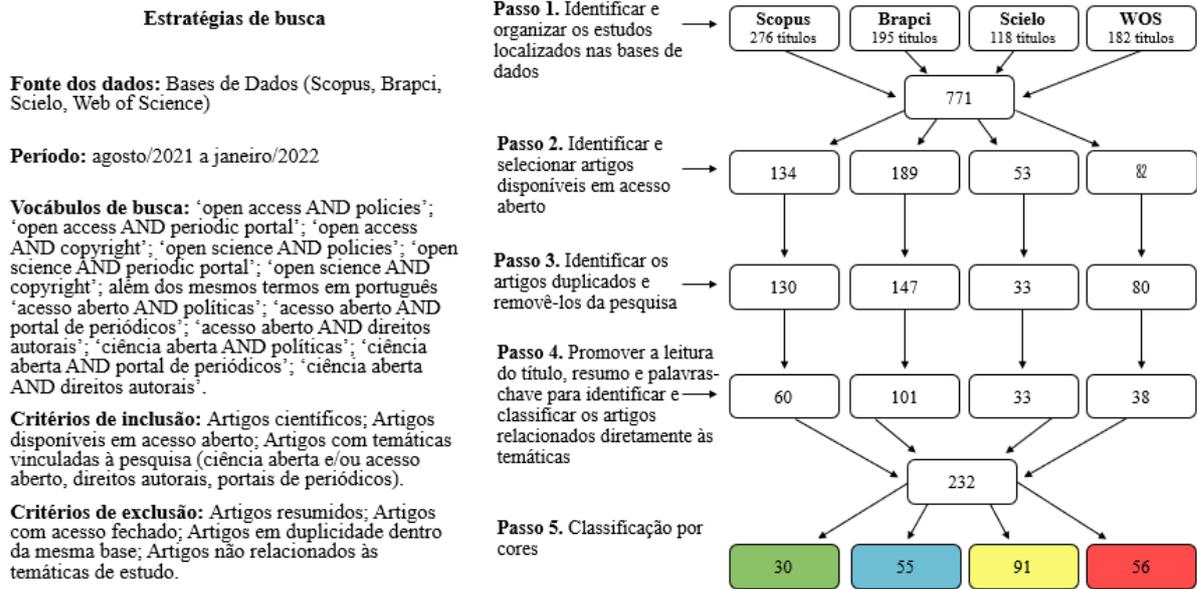
4.1 IDENTIFICAÇÃO NA LITERATURA DE ELEMENTOS E BOAS PRÁTICAS ÉTICAS E LEGAIS DA INFORMAÇÃO

Foram identificados na literatura elementos éticos e legais da informação no âmbito de ciência aberta e direitos autorais e levantadas boas práticas, nacionais e internacionais, a partir da realização de revisão sistemática, por acreditarmos que as boas práticas são capazes de demonstrar bons exemplos para auxiliar na construção ou atualização das diretrizes dos portais de periódicos.

A construção da Revisão Sistemática se baseou principalmente nos ensinamentos de Kitchenham e Charters (2007), Medeiros, Vieira, Braviano, Gonçalves (2015) e Dermeval, Coelho, Bittencourt (2020), em que se buscou realizar análises de conteúdo para seleção das contribuições mais relevantes. A Revisão Sistemática também auxiliou na construção do conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes destinadas a portais de periódicos, pois, acreditamos que os documentos levantados demonstram estudos relacionados às temáticas, além de elementos associados à comunicação científica e a boas práticas nacionais e internacionais.

Para a realização da revisão sistemática foram definidas as estratégias de buscas: bases de dados; vocábulos de pesquisa; critérios de inclusão e exclusão dos artigos. Os resultados obtidos podem ser conferidos na Figura 8.

Figura 8 – Estratégias de buscas



Fonte: Adaptado de Dermeval, Coelho e Bittencourt (2020).

Os artigos recuperados auxiliaram na busca pelas respostas das questões de pesquisa e serviram como substrato para construção do referencial teórico; além de possibilitar a criação e classificação por cores, aproximando os artigos à pesquisa.

A primeira análise ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2021, na base de dados Scopus. A escolha dessa base se deu devido ao seu reconhecimento internacional e por possibilitar o acesso a revistas científicas com revisão por pares. Os resultados obtidos após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão podem ser verificados na Tabela 2.

Tabela 2 – Buscas na Base de Dados Scopus

Termo de busca	Scopus			
	Resultado inicial	1º critério - disponível em acesso aberto	Artigos repetidos desconsiderados	2º critério - leitura título e palavras-chave
Open Access AND Policies	187	93	93	41
Open Access AND Periodic Portal	3	1	1	1
Open Access AND Copyright	32	19	17	11
Open Science AND Policies	48	18	18	6
Open Science AND Periodic Portal	0	0	0	0
Open Science AND Copyright	3	0	0	0
Acesso Aberto AND Políticas	3	3	1	1
Acesso Aberto AND Portal de Periódicos	0	0	0	0
Acesso Aberto AND Direitos Autorais	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Políticas	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Portal de Periódicos	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Direitos Autorais	0	0	0	0
Total	276	134	130	60

Fonte: Dados de Pesquisa (2021).

Conforme demonstrado na Tabela 2, as buscas realizadas na base de dados Scopus remetem a 276 artigos. Em posse dos artigos relevantes, foi aplicado o primeiro critério (estar disponível em acesso aberto) e esse número diminuiu para 134 artigos, sendo quatro artigos desclassificados por estarem repetidos na própria Scopus. Em seguida, foi aplicado nos 130 artigos aptos até o momento, o segundo critério (leitura do título e palavras-chave) em que se obteve 60 artigos como resultado.

Os 60 artigos foram lidos na íntegra e classificados por cores com o intuito de relacionar os artigos mais próximos as principais temáticas estudadas, sendo classificados como verde, azul, amarelo e vermelho. Os artigos em verde são aqueles que se relacionam diretamente com as temáticas e em vermelho representa os artigos que estão distantes. Também foram classificados por país do primeiro autor, para entendermos geograficamente onde está a maior concentração de artigos que abordam os temas; e, por fim, por ano de publicação, para analisarmos as tendências de alta ou declínio das temáticas.

A classificação por cores nessa base de dados nos mostra uma equidade entre os artigos classificados nas cores azul, amarelo e vermelho, com 17, 16 e 17 artigos, respectivamente. Temos ainda outros dez artigos classificados na cor verde, totalizando nosso universo de 60 artigos. A classificação é demonstrada na Tabela 3.

Tabela 3 – Classificação dos artigos por cores – Scopus

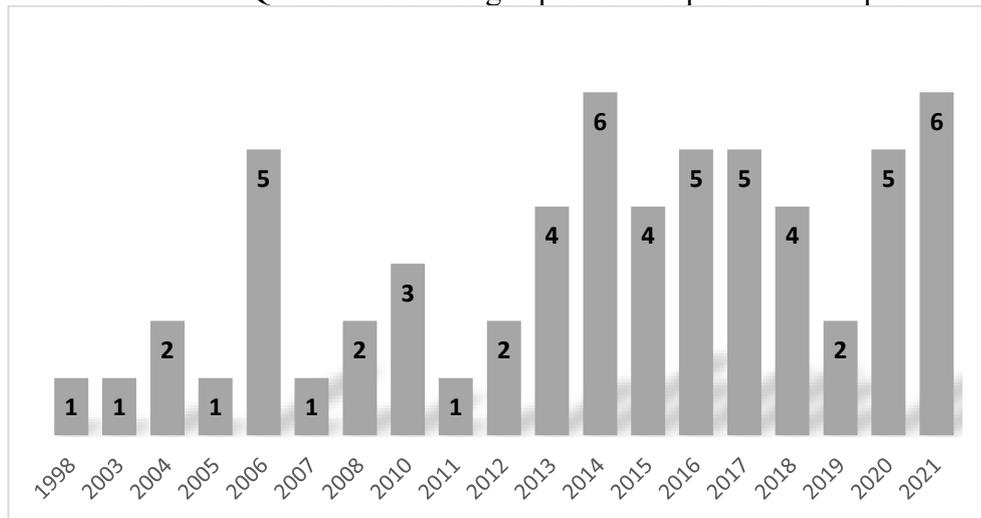
Cores	Quantidade	Percentual
Verde	10	17%
Azul	17	28%
Amarelo	16	27%
Vermelho	17	28%

Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Legenda: verde: artigos que se relacionam diretamente com as temáticas de estudo; azul: artigos que se relacionam em partes; amarelo: pesquisas que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho: artigos que não se vinculam com as temáticas de estudo.

Em relação ao ano de publicação dos artigos, as análises demonstram alta na quantidade de artigos que abordam as temáticas nos últimos anos, evidenciando um possível potencial de crescimento para os próximos anos, conforme indicado no Gráfico 1.

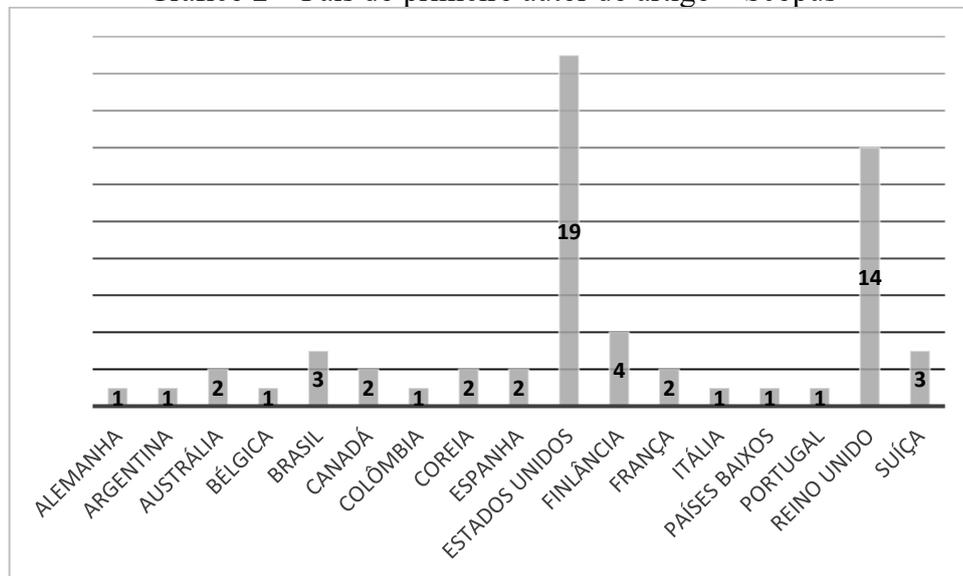
Gráfico 1 – Quantidade de artigos publicados por ano – Scopus



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

A terceira e última análise realizada na base de dados Scopus foi em relação ao país de origem do primeiro autor dos artigos, por acreditarmos que esse vínculo reflita na escolha da temática e principalmente na forma como ela é abordada. Em posse desses dados foi possível a elaboração do Gráfico 2.

Gráfico 2 – País do primeiro autor do artigo – Scopus



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Após análise, foi possível perceber que em torno de $\frac{1}{4}$ dos primeiros autores estão vinculados a Universidades dos Estados Unidos, sendo 19 do total de 60 artigos analisados. O Reino Unido possui 14 primeiros autores que abordaram as temáticas de estudo. E, por fim, o Brasil possui apenas três artigos que tratam das temáticas indexados na base de dados Scopus.

No decorrer dos meses de setembro a novembro de 2021 foram realizadas as mesmas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A escolha da BRAPCI se deu principalmente pelo fato desta base conter artigos da área da ciência da informação e por ser substancialmente brasileira, imprescindível para a análise da literatura realizada nesse momento. Os resultados podem ser analisados na Tabela 4.

Tabela 4 – Buscas na Base de Dados BRAPCI

Termo de busca	BRAPCI			
	Resultado inicial	1º critério – disponível em acesso aberto	Exclusão artigos repetidos	2º critério – leitura título e palavras-chave
Open Access AND Políticas	2	2	2	2
Open Access AND Periodic Portal	8	8	8	3
Open Access AND Copyright	24	24	24	23
Open Science AND Políticas	1	1	0	0
Open Science AND Periodic Portal	1	1	1	0
Open Science AND Copyright	11	11	2	2
Acesso Aberto AND Políticas	82	81	70	51
Acesso Aberto AND Portal de Periódicos	12	10	7	4
Acesso Aberto AND Direitos Autorais	21	20	11	7
Ciência Aberta AND Políticas	20	20	16	6
Ciência Aberta AND Portal de Periódicos	9	8	6	3
Ciência Aberta AND Direitos Autorais	4	3	0	0
Total	195	189	147	101

Fonte: Dados de Pesquisa (2021).

Inicialmente, foram localizados na BRAPCI 195 artigos que poderiam estar vinculados às principais temáticas de estudo. Após aplicação do primeiro critério (estar disponível em acesso aberto) obtivemos como resultado 189 artigos, demonstrando que a maior parte dos artigos dessa base se encontram disponíveis em acesso aberto.

Em seguida, foram analisados e desconsiderados 42 artigos por estarem repetidos dentro da própria base, resultando em 147 artigos aptos a serem analisados, aos quais foram aplicados o segundo critério (leitura do título e palavras-chave), com o intuito de localizar quais os artigos se vinculavam às temáticas e poderiam contribuir com o presente estudo. Como resultado, foram obtidos 101 artigos que até aquele momento pareciam estar de acordo com as temáticas.

Os 101 artigos foram lidos na íntegra, sendo 48 classificados em amarelo, 22 artigos classificados na cor azul, 19 artigos classificados em vermelho, e, por fim, 12 artigos na cor verde. A classificação por cores é demonstrada na Tabela 5.

Tabela 5 – Classificação dos artigos por cores – BRAPCI

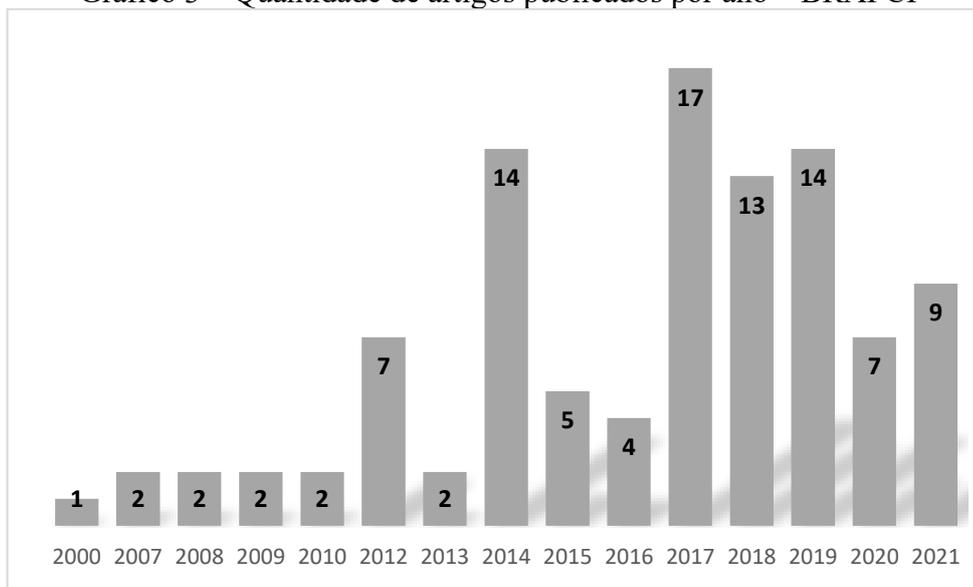
Cores	Quantidade	Percentual
Verde	12	12%
Azul	22	22%
Amarelo	48	47%
Vermelho	19	19%

Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Legenda: verde: artigos que se relacionam diretamente com as temáticas de estudo; azul: artigos que se relacionam em partes; amarelo: pesquisas que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho: artigos que não se vinculam com as temáticas de estudo.

Os 101 artigos localizados foram publicados entre os anos de 2000 e 2021, sendo possível verificar que houve uma alta significativa na quantidade de artigos nos últimos cinco anos, evidenciando tendência de alta da abordagem das temáticas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

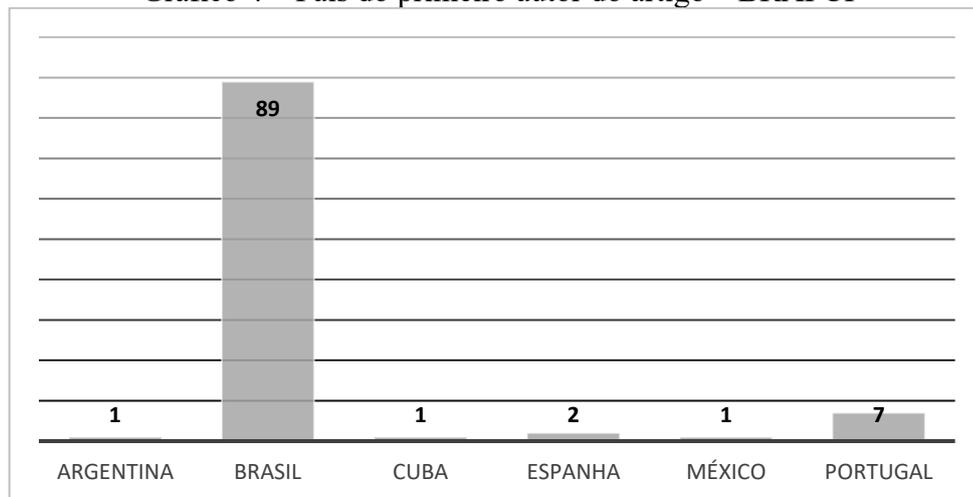
Gráfico 3 – Quantidade de artigos publicados por ano – BRAPCI



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

A produção intelectual da Base de Dados BRAPCI é substancialmente brasileira, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – País do primeiro autor do artigo – BRAPCI



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Após a análise do primeiro autor de cada artigo extraído da base de dados BRAPCI, concluímos que sua produção está concentrada no Brasil, pois 89 (90%) dos 101 artigos analisados possuem primeiros autores brasileiros. O segundo país com maior número de autores é Portugal, com sete artigos indexados nessa base.

Em dezembro de 2021, foram realizadas análises dos artigos disponíveis na Base de Dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Buscas na Base de Dados SciELO

Termo de busca	SciELO			
	Resultado inicial	1º critério - disponível em acesso aberto	Exclusão artigos repetidos	2º critério - leitura título e palavras-chave
Open Access AND Políticas	34	12	12	12
Open Access AND Periódico Portal	5	2	2	2
Open Access AND Copyright	14	11	9	9
Open Science AND Políticas	26	10	8	8
Open Science AND Periódico Portal	1	0	0	0
Open Science AND Copyright	3	2	0	0
Acesso Aberto AND Políticas	17	5	1	1
Acesso Aberto AND Portal de Periódicos	2	2	0	0
Acesso Aberto AND Direitos Autorais	4	3	0	0
Ciência Aberta AND Políticas	12	6	1	1
Ciência Aberta AND Portal de Periódicos	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Direitos Autorais	0	0	0	0
Total	118	53	33	33

Fonte: Dados de Pesquisa (2021).

Na base de dados Scielo foram localizados 118 artigos. Após aplicação do primeiro critério (estar disponível em acesso aberto), esse número reduziu para 53 artigos, sendo que 20 artigos estavam repetidos dentro da própria base e foram desconsiderados.

A aplicação do segundo critério (leitura do título e palavras-chave) se deu nos artigos 33 artigos localizados até aquele momento, os quais foram todos classificados como aparentemente vinculados às temáticas, tendo sido lidos na íntegra e classificados conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Classificação dos artigos por cores – Scielo

Cores	Quantidade	Percentual
Verde	4	12%
Azul	4	12%
Amarelo	13	40%
Vermelho	12	36%

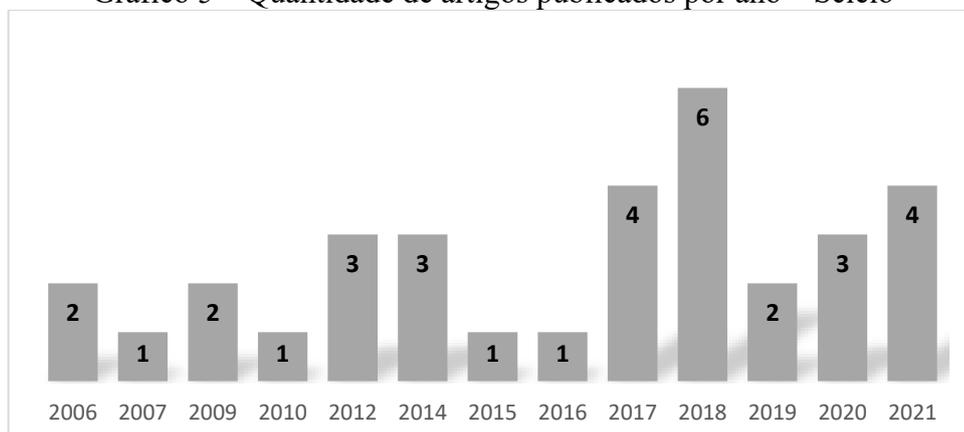
Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Legenda: verde: artigos que se relacionam diretamente com as temáticas de estudo; azul: artigos que se relacionam em partes; amarelo: pesquisas que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho: artigos que não se vinculam com as temáticas de estudo.

Os artigos classificados por cores na Scielo se subdividem em: quatro artigos na cor verde; outros quatro na cor azul; 12 artigos foram classificados em vermelho; e, 13 classificados como amarelos, totalizando 33 artigos.

O período de publicação dos artigos que estão indexados na base de dados Scielo varia entre 2006 e 2021, sendo 2017 e 2018 os anos com mais artigos, quatro e seis, respectivamente. Além disso, essa base demonstra que as temáticas seguem sendo abordadas, não possuindo nos últimos cinco anos tendência de queda. As informações podem ser verificadas no Gráfico 5.

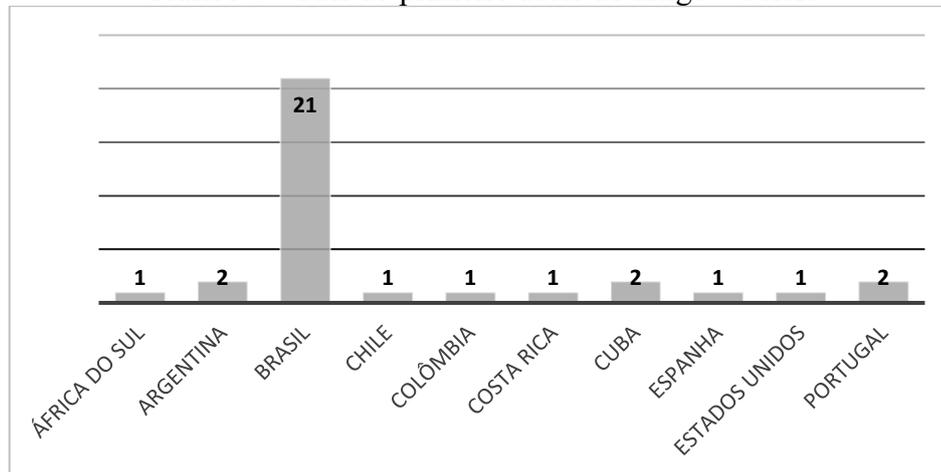
Gráfico 5 – Quantidade de artigos publicados por ano – Scielo



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Na base de dados Scielo os artigos em sua maioria também possuem primeiros autores brasileiros, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – País do primeiro autor do artigo – Scielo



Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Por fim, em janeiro de 2022, foi realizada a análise de dados na base de dados Web of Science (WoS) por entendermos que essa base é representativa na publicação de temas correlatos à tese. Fortunato (2019, p. 31) complementa citando que é uma “plataforma que contém citações científicas no intuito de auxiliar pesquisadores no desenvolvimento de suas pesquisas”.

Tabela 8 – Buscas na Base de Dados Web of Science (WoS)

Termo de busca	Web of Science			
	Resultado inicial	1º critério – disponível em acesso aberto	Exclusão artigos repetidos	2º critério – leitura título e palavras-chave
Open Access AND Políticas	145	55	55	25
Open Access AND Periodic Portal	3	0	0	0
Open Access AND Copyright	18	11	9	6
Open Science AND Políticas	16	16	16	7
Open Science AND Periodic Portal	0	0	0	0
Open Science AND Copyright	0	0	0	0
Acesso Aberto AND Políticas	0	0	0	0
Acesso Aberto AND Portal de Periódicos	0	0	0	0
Acesso Aberto AND Direitos Autorais	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Políticas	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Portal de Periódicos	0	0	0	0
Ciência Aberta AND Direitos Autorais	0	0	0	0
Total	182	82	80	38

Fonte: Dados de Pesquisa (2022).

Como resultado inicial foram localizados 182 artigos. Porém, após aplicação do primeiro critério (estar disponível em acesso aberto) esse número caiu para 82 artigos, sendo dois desconsiderados por estarem repetidos dentro da própria base de dados. Assim, até o momento temos 80 artigos possivelmente vinculados às temáticas de estudo.

Após submeter os artigos ao segundo critério (leitura do título e palavras-chave) restaram 38 artigos, os quais foram lidos na íntegra e classificados por cores, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Classificação dos artigos por cores – WoS

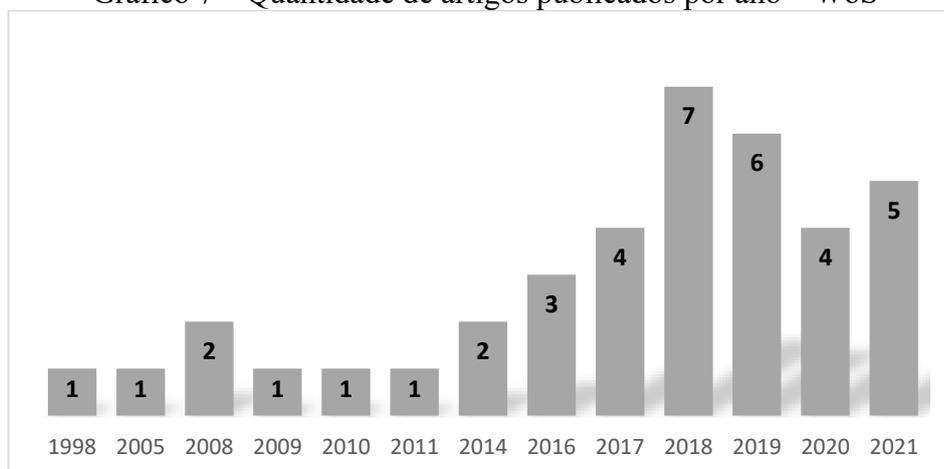
Cores	Quantidade	Percentual
Verde	3	8%
Azul	13	34%
Amarelo	14	37%
Vermelho	8	21%

Fonte: Dados de Pesquisa (2022).

Legenda: verde: artigos que se relacionam diretamente com as temáticas de estudo; azul: artigos que se relacionam em partes; amarelo: pesquisas que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho: artigos que não se vinculam com as temáticas de estudo.

Como demonstrado na Tabela 9, os 38 artigos localizados na Web of Science foram classificados em: três artigos em verde; oito na cor vermelha; 13 em azul; e, 14 artigos em amarelo, totalizando os artigos lidos na íntegra, cujas publicações ocorreram entre os anos de 1998 e 2021, cuja quantidade pode ser constatada na Gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantidade de artigos publicados por ano – WoS

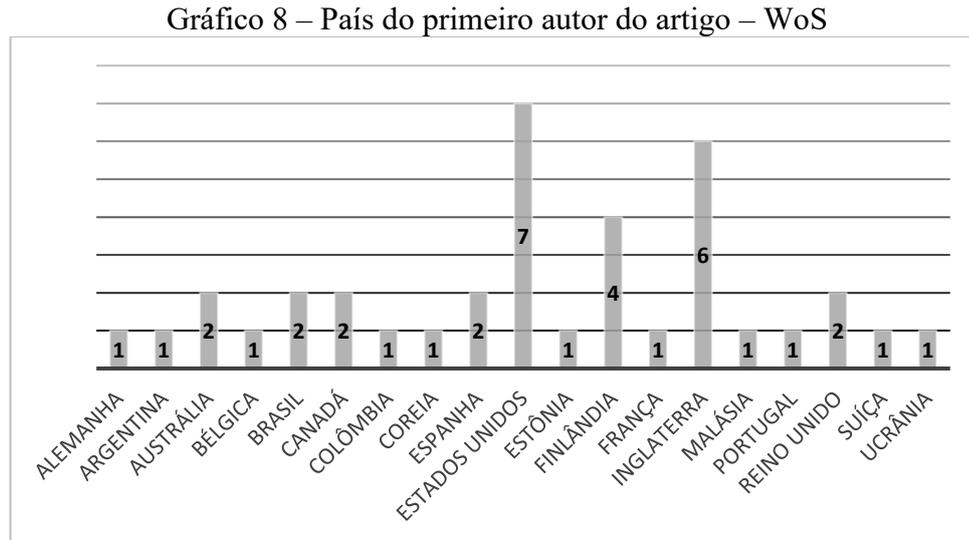


Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Assim como nas demais bases, ao analisarmos a quantidade de publicações, foi possível perceber certa tendência de alta na exploração dos temas, sendo essa percepção comprovada

pelo aumento do número de publicações nos últimos cinco anos, sendo que em 2018 e 2019 foram publicados sete e seis artigos relacionados às temáticas, respectivamente.

Na Web of Science foi possível analisar o país do primeiro autor, pelo fato de a base indexar artigos de diferentes países e até mesmo continentes. O resultado pode ser analisado no Gráfico 8.



Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Os 38 artigos analisados da Web of Science demonstram que os Estados Unidos recebem destaque na quantidade de artigos publicados sobre as temáticas estudadas, sendo o país que mais publicou, com sete publicações. Logo atrás, temos a Inglaterra com seis artigos publicados.

A Tabela 10 foi elaborada com o intuito de demonstrar a classificação por cores dos 232 artigos lidos na íntegra, separados por bases de dados.

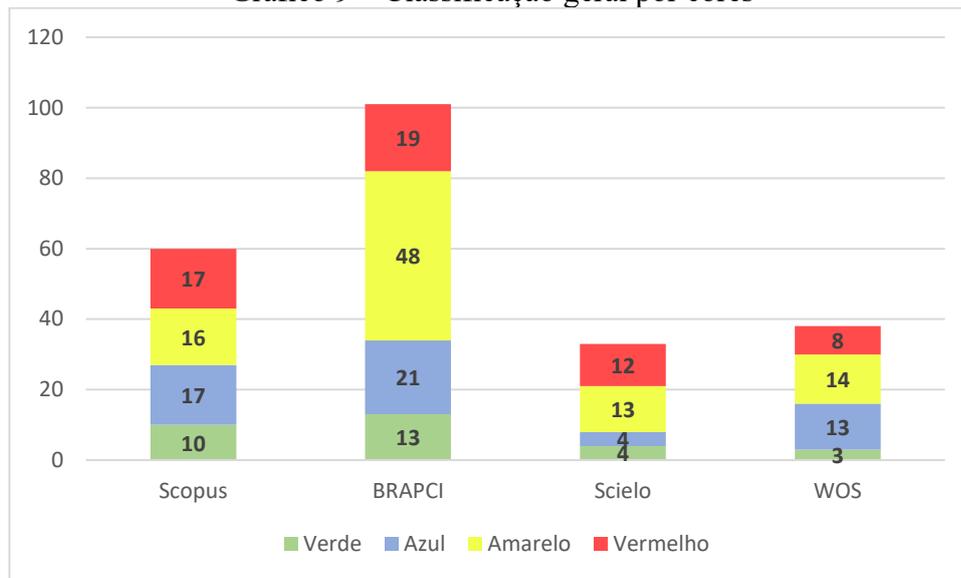
Tabela 10 – Classificação geral por cores

Cores/Base de Dados	Scopus	BRAPCI	Scielo	WoS
Verde	10	13	4	3
Azul	17	21	4	13
Amarelo	16	48	13	14
Vermelho	17	19	12	8
TOTAL	60	101	33	38

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Os dados relativos à Tabela 10 (classificação geral por cores) foram exportados para o Gráfico 9, para sua melhor visualização e análise.

Gráfico 9 – Classificação geral por cores



Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Legenda: verde: artigos que se relacionam diretamente com as temáticas de estudo; azul: artigos que se relacionam em partes; amarelo: pesquisas que abordam apenas algumas partes das temáticas estudadas; e, vermelho: artigos que não se vinculam com as temáticas de estudo.

A Revisão Sistemática foi de grande valia para o presente estudo sob diferentes aspectos, sendo eles: auxiliar na localização de estudos que tratam sobre temáticas relacionadas; possibilitar levantamento bibliográfico que auxiliasse na construção do referencial teórico; auxiliar na verificação do que está sendo tratado atualmente sobre os temas; demonstrar quais os elementos essenciais à comunicação científica, conforme a literatura; assessorar na comprovação da originalidade da tese; além de nos ajudar a enxergar como a ciência aberta é percebida na atualidade; demonstrar as principais definições utilizadas pelos autores, bem como os principais autores simpatizantes ao movimento; apresentar as principais definições sobre portais de periódicos e a importância de possuírem políticas explícitas; por fim, a revisão sistemática foi capaz de comprovar a originalidade da tese, requisito essencial em pesquisas de doutorado.

A ciência aberta é vista por grande parte dos estudiosos como o futuro da comunicação científica, tendo sido responsável por alterar a forma da escrita e disponibilização da publicação, tornando a ciência mais acessível, transparente e eficiente (SANTOS; JORGE; MACHADO, 2019) (PINHEIRO, 2014) (CASHIN; BAGG; RICHARDS; TOOMEY; MCAULEY, LEE, 2021).

A revisão sistemática demonstrou as definições comumente utilizadas pelos autores acerca dos temas, sendo elas:

Ciência Aberta:

Segundo Santos, Jorge e Machado (2019, p. 222), “o principal objetivo da ciência aberta é que o conhecimento gerado pela ciência deve ser acessível a todos, para que usem, reusem e distribuam sem que haja restrições”.

Para Fressoli e Arza (2017, p. 141), “a ciência aberta busca produzir conhecimento científico de forma colaborativa, disponibilizando gratuitamente os resultados de pesquisa. As práticas de ciência aberta permitem o compartilhamento de dados, publicações, metodologias e ferramentas de análises”.

De acordo com os autores Burgelman, Pascu, Szkuta, Schomberg, Karalopoulos, Repanas e Schouppe (2019, p. 1, tradução nossa) a ciência aberta “torna a ciência mais eficiente, confiável e responsiva aos desafios sociais”.

Segundo Zhu (2019, p. 41), “a ciência aberta não apoia apenas o conceito de publicação científica de artigos de pesquisa em acesso aberto, mas também amplia a prática aberta à publicação de conjunto de dados, fluxo de trabalho, métodos e assim por diante”.

Acesso aberto:

Para Silva e Weitzel (2017, p. 3), o “acesso aberto à literatura é digital, on-line, de forma gratuita e livre”.

Sousa, Sousa e Dias (2021, p. 139) mencionam que “o acesso aberto se caracteriza pela disponibilização gratuita, on-line e sem restrições a produção aos bens intelectuais”.

Peter Suber (2004) define “*open-access literature is digital, online, free of charge, and free of most copyright and licensing restrictions.*”

Para Labastida Juan e Iglesias Rebollo (2006, p. 5), o acesso aberto é a “*disponibilidad de un determinado contenido de forma gratuita y pública en la red, permitiendo la lectura, la descarga, copia, distribución, impresión, búsqueda o enlace a los textos completos, sin barreras económicas, legales o técnicas.*”

Direitos autorais:

Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 4) definem os direitos autorais como “um monopólio temporário concedido aos criadores de obras intelectuais, isto é, aos autores. A ideia subjacente é dar aos autores uma ferramenta para explorar sua produção intelectual e assim possam seguir criando”.

Segundo Baracat e Rigolin (2012, p. 351) “os direitos autorais têm o objetivo de regular a proteção da produção artística e literária”.

Hoorn e Van Der Graaf (2006, p. 2) definem que “os direitos autorais dizem respeito aos direitos exclusivos de publicar e distribuir uma obra; é um pacote de direitos, automaticamente atribuídos ao autor pela legislação na maioria dos países”.

Além das principais definições, a revisão sistemática demonstrou que Peter Suber e Stevan Harnad são considerados como autores fundamentais ao movimento de ciência aberta e acesso aberto à informação, talvez por terem sido precursores ao se posicionarem sobre questões antes pouco abordadas. Além disso, Suber possui alguns títulos destinados ao movimento de ciência aberta, apresentando colaborações importantes a esse movimento.

Os artigos localizados por meio da revisão sistemática também tratavam sobre portais de periódicos, os quais foram definidos por Gulka e Lucas (2017, p. 161), como um espaço que “dispõe, organiza e recupera periódicos científicos institucionais de forma rápida e segura, aliado à padronização das informações”. De acordo com Rodrigues e Fachin (2010, p. 34), o portal de periódicos “permite a integração, colaboração e personalização baseadas na utilização de recursos das TICs e da Web”.

A tendência observada é que a comunidade editorial responde positivamente à demanda da sociedade à abertura da informação, através da adoção de estratégias, como o licenciamento de obras, e da emissão de diretrizes explícitas. O estudo desenvolvido por Chilimo e Onyancha (2018, p. 6) demonstra que as “políticas de acesso aberto facilitam o livre acesso às publicações científicas e auxiliam diretamente os autores e pesquisadores na decisão de escolha de qual periódico enviarão seus manuscritos”, sendo também capazes de influenciar na escolha dos leitores.

De acordo com Feres, Silva, Bruno e Andrade (2021, p 18), os periódicos se adaptam aos “avanços e recursos tecnológicos para acesso e disseminação do conhecimento científico”, em que existe uma tendência de “adoção de políticas editoriais abertas e de licenciamento de conteúdo, representadas especificamente pelo Open Access e licenças Creative Commons”.

Por fim, através da realização da revisão sistemática, não foram localizadas pesquisas semelhantes, o que colabora para comprovar a originalidade do presente estudo, requisito essencial para pesquisa em nível de doutorado.

A partir do desenvolvimento da Revisão Sistemática se constatou que a ciência aberta é aceita por grande parte dos pesquisadores, principalmente em pesquisas científicas/acadêmicas. Os autores enxergam a ciência aberta, assim como o movimento de acesso aberto, como meio promissor de disseminação segura do conhecimento, sendo capaz de promover a divulgação mais eficaz da comunicação científica.

4.1.1 Boas Práticas na Literatura

A presente subseção busca apresentar exemplos de boas práticas localizados na literatura nacional e internacional, a partir da revisão sistemática, acerca de ciência aberta, acesso aberto à informação científica, direitos autorais e afins, com o intuito de utilizá-los como base para a proposta de conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes destinadas aos portais de periódicos, por se entender que os portais de periódicos precisam fornecer informações, seja através de diretrizes ou de qualquer documento norteador, aos periódicos científicos que indexam e como recomendações para as universidades pré-selecionadas na busca pela excelência no uso ético e legal da informação.

As boas práticas apresentadas a seguir se tratam, em sua grande maioria, de políticas destinadas a repositórios de materiais científicos, pelo fato de não existirem portais de periódicos em diversas partes do mundo, como é o caso da Europa, mas que podem ser utilizadas em nossas diretrizes destinadas a portais de periódicos, pelo fato de buscar regulamentar o uso da informação científica.

a) Directory of Open Access Journals (DOAJ)

Este diretório foi lançado em 2003 com objetivo de “aumentar globalmente a visibilidade, acessibilidade, reputação, uso e impacto de periódicos de pesquisas acadêmicas de qualidade, revisados por pares e de acesso aberto, independentemente da disciplina, geografia ou idioma”. O DOAJ criou práticas e padrões de publicações científicas abertas e por isso foi considerado como um exemplo de boas práticas.

O objetivo do DOAJ (2022) é “apoiar a transição do sistema de comunicação acadêmica e publicação em um modelo que atenda a ciência e a sociedade.” O Diretório auxilia os editores ao disponibilizarem informações que devem constar em seus *sites*; apresentam definições de como as revisões por pares devem ser realizadas; contribuem com informações sobre os direitos autorais e licenciamentos adotados por periódicos científicos; entre outros. As ações promovidas pelo DOAJ buscam oferecer suporte aos periódicos científicos para que eles consigam disponibilizar da melhor forma possível artigos em acesso aberto (DOAJ, 2022).

b) Universidade de Harvard

A iniciativa da Harvard foi considerada na presente pesquisa como uma boa prática por ter se tornado influência para outras instituições ao redor do mundo. A política de Harvard tornou como padrão o compartilhamento da produção científica de seu corpo docente,

incentivando assim a publicação em acesso aberto. Essa iniciativa teve grande aceitação do corpo docente, pois segundo Ariente (2017, p. 154) “houve menos de 5% do total que se recusaram a conceder a licença de seus trabalhos às Universidades”. O estudo considerou o corpo docente da própria Harvard, da Universidade da Califórnia e do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Em 2008, a Universidade votou por unanimidade para que sua produção científica fosse distribuída abertamente para fins não comerciais, por acreditar que a disponibilização aberta e gratuita aumenta o impacto e a audiência dos trabalhos (HARVARD LIBRARY, 2022).

A disponibilização da produção científica de maneira aberta pela Harvard, teve como consequência direta a redução de artigos publicados em plataformas pagas, fechadas; causando grande impacto no valor recebido pelas editoras comerciais (ARIENTE, 2017).

c) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)

A ANPAD lançou em 2010 o Manual de Boas Práticas da Publicação Científica, cujas informações foram atualizadas em 2017. O manual, apesar de ter sido criado para a área da administração, pode ser relevante para a presente pesquisa, e dessa forma foi considerado como uma boa prática por fornecer informações capazes de auxiliar os periódicos científicos a alcançarem melhores níveis de qualidade.

O documento busca fornecer orientações gerais aos autores, editores, revisores e instituições cujo benefício final é criar mecanismos que facilitem o acesso ao conhecimento. Porém, o manual destaca que não seguir suas recomendações não significa que a publicação científica não terá qualidade, mas, quando seguida, as soluções propostas costumam levar a um resultado satisfatório (ANPAD, 2017).

O objetivo do Manual ANPAD (2017, p. 1) é “ajudar os periódicos brasileiros a alcançarem elevados níveis de qualidade e desempenho e a ampliarem o seu impacto como fonte de pesquisa referencial nas áreas de administração e contabilidade”. Apesar de ser voltado para essas duas áreas, suas ideias principais podem ser aproveitadas em diferentes áreas do saber.

Ainda de acordo com o manual (2017, p. 1), as “Boas Práticas representam um conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica”. Assim, o manual julga importante que os portais de periódicos adotem os seguintes “preceitos de política de divulgação, de qualidade e de conduta ética”:

- a) Transparência: utilização de ferramentas que auxiliem na padronização, uniformidade e transparência nas informações disponibilizadas;

- b) Agilidade: cumprimento de prazos preestabelecidos;
- c) Acesso aberto: disponibilização de conteúdo on-line e sem custos;
- d) Originalidade: disponibilização de conteúdos originais, evitando a incidência de plágio;
- e) Ética na publicação: cumprimento de preceitos éticos e legais, não admitindo a incidência de plágio ou autoplágio;
- f) Padronização de informações: disponibilização de modelos a serem adotados pelos autores e informações quanto às licenças adotadas;
- g) Multiplicidade institucional e autoral: de modo a evitar que as publicações sejam vinculadas a poucas instituições;
- h) Conflitos de interesse: onde é entendido que não se deve publicar artigos de editores associados, mesmo que possua autoria compartilhada.

Esses preceitos buscam fazer com que a informação científica seja disponibilizada abertamente, sem custos, de maneira mais transparente possível e que seu uso ocorra dentro dos limites éticos e legais.

d) Diretrizes para Implementação de Políticas de Acesso Aberto, desenvolvidas pelo projeto Mediterranean Open Access Network (MedOANet)

As diretrizes e recomendações sobre como implementar políticas de acesso aberto foram desenvolvidas tendo seus primeiros passos em 2012 quando a Comissão Europeia recomendou o desenvolvimento de políticas para disponibilização aberta de investigações científicas.

A MedOANet possui como principal objetivo o desenvolvimento de políticas para instituições que realizam investigações científicas e para financiadores de ciência nos países do Mediterrâneo — França, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Turquia. As diretrizes foram consideradas como uma boa prática na busca pelo fortalecimento do acesso aberto, mesmo tendo sido criada especificamente para um grupo de países, devido sua relevância, posteriormente ficou conhecida mundialmente.

As diretrizes MedOANet buscam que melhores práticas e novidades sejam desenvolvidas e que o acesso aberto se torne prática padrão de disseminação da informação. A MedOANet leva em consideração a Recomendação e a Comunicação da Comissão Europeia sobre acesso, preservação e disseminação da informação científica firmadas em 2012; as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); as indicações da Science Europe e outras diretrizes e recomendações relevantes, por isso são consideradas mais abrangentes (DIRETRIZES MEDOANET, 2013).

Segundo o próprio documento, as Diretrizes MedOANet (2013, p. 3) buscam mais

especificamente:

- a) Apresentar os conceitos essenciais no que diz respeito ao acesso aberto;
- b) Sintetizar os passos principais no processo de desenvolvimento de uma política;
- c) Apresentar os componentes mais importantes de uma política institucional e de uma política de um financiador de ciência;
- d) Sugerir modelos de políticas para organizações que realizam investigação científica e financiam a ciência;
- e) Apresentar boas práticas de desenvolvimento de políticas de instituições que realizam investigações e financiadores.

As diretrizes MedOANet são consideradas importantes ferramentas no processo de criação de normativas por, entre outros motivos, levantar pontos relevantes a serem considerados no desenvolvimento de uma política de acesso aberto; mencionar que a política deve ser explícita sobre os conteúdos abrangentes; e, demonstrar um modelo ideal de documento, cujas informações relevantes para nosso contexto são abordadas na subseção ‘Proposta de conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes/documentos norteadores de ciência aberta e direitos autorais dos Portais de Periódicos’.

As próprias diretrizes demonstram que ainda é necessário continuar o trabalho iniciado no Mediterrâneo, por ser preciso prosseguir com o desenvolvimento de políticas próprias e atualizadas para os financiadores de ciência e para as instituições que realizam investigação científica (DIRETRIZES MEDOANET, 2013).

O projeto MedOANet foi criado para incentivar o acesso aberto principalmente nos países do Mediterrâneo. Contudo, apesar de não apresentarem diretrizes específicas para portais de periódicos, suas recomendações podem ser válidas para diferentes pesquisas, uma vez que buscam definir modelos de políticas para auxiliar as instituições a fortalecerem o movimento de acesso aberto e por isso foram consideradas boas práticas no presente estudo.

e) Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de Periódicos (DIRETRIZES TOP)

As Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de Periódicos – DIRETRIZES TOP [em inglês: Guidelines for Transparency and Openness Promotion (TOP)], buscam, de acordo com a Scielo (2018, p. 2) “orientar os periódicos na formulação de um plano de ação para a adoção progressiva de níveis de transparência dos diferentes conteúdos”, por isso sua relevância para o contexto atual.

Segundo a OSF/COS (2018, p. 1), o objetivo das diretrizes TOP é “aumentar a transparência da ciência publicada” e, conseqüentemente, promover maior abertura e

reprodutibilidade através da divulgação das pesquisas.

As Diretrizes TOP foram publicadas na revista Science em 2015, tendo sido fruto de um *workshop* realizado no ano de 2014. As diretrizes possuem oito diferentes critérios, cada um possui três níveis, com crescente rigor. Assim, os periódicos científicos podem definir qual(is) do(s) critério(s) deseja(m) adotar, bem como seu respectivo nível (DUDZIAK, 2018).

Indica-se que os oito critérios sejam considerados nas políticas de gestão da transparência, referenciamento o acesso aos dados, códigos e materiais utilizados em pesquisas. Assim, as diretrizes são capazes de promover alinhamento às práticas de ciência aberta, como exemplificado no Quadro 3.

Quadro 3 – Critérios de transparência

Critério	Descrição
1. Padronização de citações	Esse critério menciona a necessidade de citação dos autores nos textos e suas respectivas referências ao final do estudo, sendo essa atividade vista como rotineira, uma vez que esse padrão já é comumente adotado. Assim, conforme Dudziak (2018, p. 1) “o nível 1 recomenda os padrões de citação, o nível 2 exige a adesão aos padrões de citação e o nível 3 exige e reforça a adesão aos padrões de citação”;
2. Transparência de dados	Esses critérios buscam maximização, acessibilidade e reutilização dos dados através de sua disponibilização aberta e transparente em repositórios confiáveis. De acordo com Sudziak (2018, p. 1) conceitualmente esses critérios são diferentes, mas são apresentados juntos, pois “os princípios do processo são semelhantes para cada um. No entanto, uma revista poderia adotar diferentes níveis para cada um, com pequenas modificações dos modelos”;
3. Transparência de metadados analíticos (códigos)	
4. Transparência dos materiais de pesquisa	
5. Transparência do projeto e análise	Nesse critério é indicado que os periódicos identifiquem padrões para elaboração de projetos de pesquisas. Dudziak (2018, p. 2) complementa que os “padrões para relatar o desenho e a análise da pesquisa devem maximizar a transparência sobre o processo de pesquisa e minimizar o potencial para relatos vagos ou incompletos da metodologia”;
6. Pré-registro dos estudos	Esses critérios tratam sobre registros prévios à publicação, devendo os autores mencionar aos periódicos a existência de registros de estudos ou planos de trabalhos. Dudziak (2018, p. 2) resume que “O pré-registro de estudos é um meio de tornar a pesquisa mais detectável, mesmo que não seja publicada” e o “pré-registro de planos de análise pode substituir o pré-registro de estudos”;
7. Pré-registro de planos de análise	
8. Replicação	Os periódicos devem estimular ou desestimular à submissão de estudos de replicação. Dudziak (2018, p. 2) complementa ao informar que “embora não seja formalmente um padrão de transparência para os autores, esta seção trata das diretrizes da revista para a consideração de replicações independentes para publicação”. Assim, esse deveria ser um dos critérios comumente adotado.

Fonte: Adaptado de OSF/COS (2018); Dudziak (2018).

Os periódicos podem adotar um ou mais critérios, sendo que cada um possui três diferentes níveis de implementação que refletem o nível de transparência que os periódicos exigem dos autores. Sendo que no nível 1, o critério é informado; no nível 2 é exigido; e, no nível 3 o critério deve ser comprovado (SCIELO, 2018) (OSF/COS, 2018).

As Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de Periódicos foram consideradas boas práticas por buscar aumentar a transparência das publicações científicas ao definir critérios que podem ser adotados, em diferentes níveis, pelos periódicos em suas políticas. Assim, as Diretrizes TOP buscam apoiar a aplicação dos dados de pesquisa dentro dos periódicos científicos, sendo bastante úteis também aos portais de periódicos.

f) Open Access Policy Alignment Strategies for European Union Research (PASTEUR4OA)

A Comissão Europeia adotou o projeto PASTEUR4OA como prática de disseminação da informação por propor que as universidades criem diretrizes/políticas voltadas à promoção do acesso aberto nas instituições, tendo desenvolvido em setembro de 2015 um modelo de política destinada a repositórios científicos, mas que é capaz de auxiliar instituições a desenvolverem e implementarem suas próprias políticas de acesso aberto. O projeto recomenda que as políticas criadas sigam as diretrizes propostas pelo acesso aberto em sua via verde, onde os artigos são depositados em repositórios abertos (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015).

Tsoukala e Angelaki (2015) destacam que as políticas criadas pelas universidades devem requerer acesso aberto imediato aos artigos científicos sempre que possível, levando em consideração exceções justificadas para a não abertura dos dados, variando esse prazo de embargo de 6 a 12 meses, dependendo da área do saber. Os autores ressaltam (2015, p. 10) que “os metadados dos artigos deverão ser imediatamente disponíveis, pois eles não podem ser objeto de embargo”.

Ainda segundo Tsoukala e Angelaki (2015, p. 5), “a aprovação formal do acesso aberto através de uma política institucional permite que as instituições possam fazer parte do ecossistema acadêmico e de investigação”, além de citar os benefícios de possuir uma política de acesso aberto tanto para as instituições quanto para os investigadores.

Os benefícios para as instituições variam basicamente entre: a) reunir, preservar e divulgar sua produção científica; b) possibilitar a indexação e o rastreamento da produção; c) possibilitar o monitoramento das visitas e análise dos indicadores; d) fornecer canais de

comunicação e possível colaboração internacional. Já os benefícios para os investigadores se relacionam fundamentalmente ao aumento da visibilidade, do número de citações, da utilização e do impacto de suas investigações (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015).

g) Programa Horizonte 2020

Destaca-se também como boa prática o Programa Horizonte 2020 pertencente à União Europeia. O programa surge em decorrência do esforço da União Europeia para que o acesso aberto se torne uma prática padrão de disseminação de investigações resultantes de financiamentos públicos, sendo destinada a repositórios, mas que podem colaborar com diretrizes emitidas por portais de periódicos.

O Programa prega que todos os beneficiários de financiamento público devem, obrigatoriamente, conceder acesso aberto às publicações científicas relativas aos resultados de pesquisa financiadas com verba pública (FOSTER, 2014).

Ainda segundo Foster (2014), o “Horizonte 2020 busca a disponibilização em acesso aberto a todas as publicações científicas com revisão por pares, depositando-as em repositórios”, sendo possível os autores escolherem entre o autoarquivamento (via verde) ou a publicação em acesso aberto (via dourada). Porém, se ressalta que os artigos devem, necessariamente, ser disponibilizados em repositórios, até mesmo quando utilizado a via dourada (FOSTER, 2014).

De acordo com a Comissão Europeia, em comunicação oficial (2012, p. 2), em síntese o Programa busca:

- a) Definir o acesso aberto como princípio geral através da disponibilização aberta de publicações científicas, seja por meio da via verde ou da via dourada;
- b) Promover o acesso aberto aos dados de investigação científica;
- c) Desenvolver e apoiar sistemas que permitam partilhar informações interoperáveis, ou seja, sistemas capazes de se comunicar de forma transparente com outros sistemas, em nível mundial;
- d) Auxiliar os investigadores a cumprirem obrigações relativas ao acesso aberto;

Assim, a meta estipulada pelo Programa é que o acesso aberto seja um princípio geral para pesquisas financiadas com verba pública, além de buscarem a disponibilização de dados abertos de pesquisa, como meta futura e ambiciosa (COMISSÃO EUROPEIA, 2012).

O Horizonte 2020 menciona que devem ser promovidas e incentivadas outras práticas de ciência aberta, por enxergá-las como o futuro da disseminação da informação. Além de assegurar o acesso aberto através do princípio tão aberto quanto possível, tão fechado quanto

necessário (FOSTER, 2014).

h) COAlition S ou Plano S

O Plano S foi lançado pela Science Europe que atua na busca pelo fortalecimento do acesso aberto, tendo sido criado em setembro de 2018 na tentativa de “expandir o acesso aberto na comunicação científica” por instituições de pesquisas vinculadas a 17 países, sendo sua grande maioria países europeus (COALITION S, 2021).

O conceito central do Plano S é que pesquisas financiadas com verbas públicas tenham seus resultados divulgados a partir de 2020 em revistas ou plataformas abertas, de modo que quaisquer interessados tenham acesso on-line e gratuito (COALITION S, 2021). O plano se concentra em estabelecer que os resultados de pesquisa sejam disponibilizados abertamente, não especificando a forma de execução (SCHILTZ, 2018). O Plano S prega que, independentemente do tipo de investigação, os resultados sejam disponibilizados de maneira aberta e transparente no ambiente digital (VIEIRA, 2018).

De acordo com Vieira (2018, p. 1), a iniciativa acelerará “a transição para o Acesso Aberto e Ciência Aberta”, sendo constituído por um princípio fundamental e outros dez adicionais que apresentam orientações para sua implementação. Para Schiltz (2018, p. 1), os membros do plano assumem o compromisso de honrar o princípio fundamental: “Até 2020 as publicações científicas que resultem de investigação financiada por fundos públicos de conselhos de investigação nacionais e europeus, devem ser publicadas em acesso aberto”.

Ainda segundo Vieira (2018, p. 1), os membros podem se basear nos dez princípios adicionais que orientam sua implementação:

1. Os autores retêm o *copyright* das suas publicações sem restrições;
2. As entidades financiadoras irão estabelecer critérios sobre as características a que as revistas e plataformas em Acesso Aberto devem obedecer;
3. As entidades financiadoras irão disponibilizar suporte para a identificação das revistas e plataformas de publicação mais adequadas;
4. Quando aplicável, as taxas de publicação em Acesso Aberto são asseguradas pelos financiadores ou universidades, não pelos investigadores;
5. Quando as taxas de publicação em Acesso Aberto são aplicadas, o seu financiamento é padronizado e limitado;
6. As entidades financiadoras solicitarão às universidades, organizações de investigação e bibliotecas que alinhem a suas políticas e estratégias, principalmente para garantir a transparência;
7. Estes princípios são aplicados a todos os tipos de publicações científicas, no entanto o Acesso Aberto para monografias e livros podem ir além de 1 de janeiro de 2020;
8. É reconhecida a importância dos repositórios de publicações em Acesso Aberto, tendo em conta a sua função de arquivo a longo prazo e o seu potencial de inovação editorial;
9. O modelo “híbrido” de publicação não é compatível com os princípios acima;
10. As entidades financiadoras irão monitorizar o cumprimento da publicação em

Acesso Aberto.

De acordo com Estelle, Jago e Wise (2021, p. 12), o Plano S visa medir o progresso do acesso aberto, até mesmo pelo fato do número de artigos disponibilizados em acesso aberto ter aumentado em periódicos híbridos em 2020, revertendo a queda ocorrida em anos anteriores. O relatório destaca que as publicações em acesso aberto cresceram de 22% em 2016 para 27% no ano de 2020, demonstrando que publicações disponibilizadas em acesso aberto vêm crescendo anualmente (ESTELLE; JAGO; WISE, 2021).

Marques (2021, p. 4) explica ainda que “o Plano S não foi muito bem aceito pelos autores”, apesar de possuir ideia central relevante para o momento, por acreditarem que ele limita a liberdade de escolha de onde publicar suas criações, por exemplo. Assim, sua implementação foi adiada de 2020 para 2021, além de ter sofrido nesse período uma série de restrições, sendo uma delas a possibilidade de publicação em qualquer periódico, abrangendo os periódicos pagos (MARQUES, 2021).

i) AmeliCA

A AmeliCA é uma iniciativa que busca construir um sistema de comunicação para periódicos da América Latina, seguindo os preceitos da ciência aberta. O projeto surgiu em agosto de 2019 na busca por fortalecer o modelo de publicação aberta da comunicação científica. Apresenta-se como um modelo sustentável de gestão editorial em Acesso Aberto para as periódicos científicos em nível mundial que buscam a divulgação científica (AMELICA CONOCIMIENTO ABIERTO, 2022).

O projeto AmeliCA é mantido pela associação sem fins lucrativos denominada AmeliCA Conocimiento Abierto vinculada à UNESCO, ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a outras instituições, integrando como participantes instituições, associações e periódicos que apoiam o acesso aberto.

A AmeliCA Conocimiento Abierto (2022, p. 1) promove que o “processo de comunicação científica em cada uma das fases ocorra de forma aberta e colaborativa, tanto em nível dos processos e instrumentos de trabalho, como dos resultados intermediários e finais do processo de investigação”.

De acordo com Cuartas, Uribe-Tirado, Restrepo-Quintero, Ochoa-Gutiérrez, Pallares, Gómez-Molina, Suárez-Tamayo e Calle (2019, p. 2), o projeto “propõe construir uma infraestrutura da academia e para a academia”. Assim, o projeto busca “gerar mecanismos abertos nos processos de construção dos próprios indicadores”.

j) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

A UNESCO atua como Agência das Nações Unidas (ONU) e é a organização global legítima habilitada a construir uma visão coerente da Ciência Aberta. Assim, em 2021, os 193 países membros da UNESCO aprovaram na 40ª sessão da conferência algumas recomendações sobre ciência aberta, onde concordaram em cumprir padrões comuns para auxiliar no desenvolvimento da ciência aberta. Como resultado, surgiu um projeto de Recomendações sobre Ciência Aberta da UNESCO (UNESCO, 2021).

O projeto busca que o conhecimento científico seja disseminado como forma a não deixar ninguém para trás, para que as barreiras, principalmente financeiras, deixem de existir, pois acredita que o acesso à ciência faz parte do progresso científico (UNESCO, 2021). Em suas recomendações a UNESCO (2021) reconhece que

a Ciência Aberta não deve apenas promover o compartilhamento, mas também promover a inclusão de conhecimento a grupos tradicionalmente sub-representados ou excluídos e contribuir para reduzir as desigualdades no acesso ao desenvolvimento científico, infraestruturas e capacidades entre diferentes países e regiões.

O principal objetivo das Recomendações criadas pela UNESCO (2021) é “fornecer uma estrutura internacional para a política e prática da Ciência Aberta que reconheça as diferenças disciplinares e regionais nas perspectivas da Ciência Aberta”. Para isso, primeiramente se busca promover o entendimento comum do termo ciência aberta e após disseminá-lo na sociedade.

A organização acredita que a ciência aberta é capaz de tornar a ciência mais justa e inclusiva por possibilitar, entre outras coisas, a cooperação científica internacional. Ainda segundo a UNESCO, nos dois últimos anos houve uma grande queda de publicações bloqueadas em razão do acesso ser pago. Em média, as publicações em acesso fechado costumavam totalizar 70%, porém esse número caiu cerca de 30% do total de publicações, estando essa queda ligada principalmente à grande parte das publicações tratarem sobre Covid-19, pelo fato de estudos vinculados a essa temática necessitarem de abertura mundial, demonstrando que a ciência pode ser mais aberta (UNESCO, 2021).

k) Acordos Transformativos ou Acordos de Compensação

Os acordos transformativos surgem em meio a escassez de recursos financeiros que enfrentamos, de modo que fica inviável para diversos países, principalmente aqueles em desenvolvimento, como o Brasil, pagar taxas para publicar artigos. Assim, os acordos se destinam a periódicos abertos ou híbridos que permitam o pagamento de taxas às editoras que,

por sua vez, liberam os pesquisadores a publicarem em periódicos, estando alinhados com a iniciativa Plano S que está disposta a apoiar os acordos, ou seja, pagar as APCs em periódicos híbridos, até o final de 2024 (ALENCAR; BARBOSA, 2022).

Ainda segundo Alencar e Barbosa (2022, p. 3), os acordos transformativos, ou acordos de compensação, são considerados como um “termo abrangente que engloba uma série de contratos, desde licenças de assinaturas tradicionais que concedem descontos em taxas de publicação ou *vouchers* até acordos que permitem publicação de acesso aberto”, comumente presentes em periódicos de formato híbrido, que são aquelas revistas por assinatura que oferecem a opção de publicar artigos em acesso aberto. Cabe ressaltar que, ainda que os conteúdos estejam disponíveis de maneira aberta na Internet não significa que não incidirá custos sobre as publicações, e sim que os custos não serão arcados pelos leitores.

De acordo com a Efficiency and Standards for Open Access Article Charges (ESAC), em 2022 existiam mais de 300 acordos, sendo negociados em mais de 30 países. Como por exemplo, o Project Deal da Springer Nature da Alemanha, destinado à aproximadamente 1.900 periódicos e cerca de 9.500 artigos no ano de 2020; e, o Consórcio Colômbia da Elsevier, que possui como beneficiários cerca de 60 instituições de ensino, permitindo acesso às coleções e contando com mais de 150 artigos disponíveis em periódicos híbridos no ano de 2022 (EFFICIENCY AND STANDARDS FOR ARTICLE CHARGES, 2023).

Por fim, os acordos transformativos buscam redirecionar as taxas cobradas pelos periódicos, de modo que passem a cobrir os custos de publicação de revistas em acesso aberto, podendo ser considerado como um caminho inicial para a transição para o acesso aberto (ALENCAR; BARBOSA, 2022).

O Quadro 4 demonstra um resumo das boas práticas citadas no presente estudo.

Quadro 4 – Resumo boas práticas localizadas na literatura

Boa Prática	Data Lançamento	Destinação	Finalidade
Directory of Open Access Journals (DOAJ)	2003	Periódicos Científicos	Busca aumentar a visibilidade de periódicos científicos através da criação de práticas abertas
Universidade de Harvard	2008	Docentes da universidade	Busca que seja padrão o compartilhamento aberto da produção científica de seu corpo docente, por acreditar que o acesso aberto seja capaz de aumentar a visibilidade e o reconhecimento dos trabalhos

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)	2010	Autores, editores, revisores e instituições	Criar mecanismos que facilitem o acesso ao conhecimento, além de auxiliar os periódicos a alcançarem elevados níveis de qualidade e maior desempenho
Diretrizes para Implementação de Políticas de Acesso Aberto, desenvolvidas pelo projeto Mediterranean Open Access Network (MedOANet)	2012	Instituições que realizam investigação científica e para financiadores de ciência	Buscam o desenvolvimento do acesso aberto ao disponibilizar informações concisas para o desenvolvimento de políticas e que novas práticas e novidades relativas ao acesso aberto sejam desenvolvidas. Inicialmente foram criadas para os países do Mediterrâneo, posteriormente ficaram conhecidas em nível mundial
Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de Periódicos (DIRETRIZES TOP)	2015	Periódicos Científicos	As diretrizes buscam promover maior abertura e reprodutibilidade através da divulgação das pesquisas. Para isso, indicam que os periódicos adotem em suas políticas determinados critérios
Open Access Policy Alignment Strategies for European Union Research (PASTEUR4OA)	2015	Universidades	Auxiliar as universidades a desenvolverem e implementarem políticas próprias de acesso aberto em sua via verde, onde se indica o depósito em repositórios abertos da produção científica
Programa Horizonte 2020	2014	Destinado a pesquisas europeias financiadas com verba pública	Busca melhorar o acesso à informação científica produzida na Europa com financiamento público. Assim, busca a disponibilização em acesso aberto a todas as publicações científicas produzidas com verbas públicas
COAlition S ou Plano S	2018	Instituições de pesquisa	Busca expandir o acesso aberto, de modo que as pesquisas financiadas com verba pública tenham seus resultados divulgados em periódicos ou plataformas abertas para que quaisquer interessados tenham acesso on-line e gratuito às informações
AmeliCA	2019	Periódicos Científicos da América Latina	Busca por fortalecer o modelo de publicação aberta da comunicação científica
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	2021	193 países membros	Propõe a disseminação aberta da informação científica, para isso, busca promover a ciência aberta por acreditar que ela seja capaz de tornar a ciência mais inclusiva
Acordos Transformativos ou Acordos de Compensação	2021	Periódicos abertos ou híbridos	Busca aumentar a quantidade de artigos em acesso aberto através de mudanças nas cobranças de taxas de processamento ou APCs

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além das iniciativas supracitadas, que foram julgadas como bons exemplos de boas práticas, destacamos também a iniciativa europeia OpenAIRE, uma infraestrutura participativa

de acesso aberto para gerir publicações científicas; e, o projeto Scientific Electronic Library Online (SciELO), implementado em 1997, que possui como principal objetivo o aumento da visibilidade e do acesso de publicações científicas brasileiras, além de disponibilizar livros em acesso aberto (CUNHA, 2018).

As iniciativas mencionadas são apenas alguns exemplos de ações consideradas importantes para nosso contexto. Contudo, percebe-se que as temáticas estão em alta e constantemente surgem atos diversos com o intuito de fortalecer a ciência aberta, o acesso aberto, os direitos autorais, e outros movimentos de grande relevância para a comunicação da ciência.

4.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE MINERAÇÃO DE DADOS

A mineração de dados serviu para demonstrar, ainda que de forma básica, as principais temáticas abordadas pelos artigos localizados, sendo informações relevantes para a construção do referencial teórico e capazes de proporcionar uma ideia geral do que está sendo tratado nos últimos anos em relação aos temas correlatos à tese.

Através da elaboração da mineração de dados foi possível classificar e explorar os artigos de acordo com suas principais temáticas de estudo. Foram minerados os dados referentes aos 30 artigos classificados na revisão sistemática na cor verde, por serem artigos que se relacionam diretamente com as temáticas; e, os 55 artigos classificados como azul, por se relacionarem em parte com as principais temáticas de estudo.

Os resultados obtidos são demonstrados na Tabela 11, de acordo com os termos de busca e cores (verde e azul), e, na sequência, são apresentados os principais termos associados a cada base de dados. Em média, cada artigo possui seis temáticas consideradas como principais. Contudo, o número de itens abordados não se relaciona com a quantidade de artigos localizados em cada base.

Tabela 11 – Mineração de Dados

Termo	Quantidade	
	Verde	Azul
Disseminação da informação	5	10
Políticas	16	20
Políticas de acesso aberto	2	-
Acesso aberto	14	22
Autores	3	4
Cores do acesso aberto	2	1
Dados abertos	-	7
Movimento de Acesso Aberto	-	4
Ciência aberta	-	4
Direitos autorais	9	13
Licenças Creative Commons	3	5
Portais de Periódicos	1	-
Repositórios	-	7

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao analisarmos a base de dados Scopus, independentemente de os artigos terem sido classificados nas cores verde ou azul, notamos certa tendência dos estudos se relacionarem a ‘políticas de ciência aberta e acesso aberto’. Como por exemplo, no estudo intitulado ‘Open Access in Special Education: A Review of Journal and Publisher Policies’, Fleming e Cook (2021) elaboraram uma revisão das políticas de 51 revistas e cinco editoras de revistas de educação especial; já no estudo intitulado ‘Evaluating the impact of open access policies on research institutions’ os autores Huang, Neylon, Hosking, Montgomery, Wilson, Ozaygen, Brookes-Kenworthy (2020) buscam avaliar impacto das políticas de acesso aberto às instituições de pesquisa; e, por fim, Brandão, Moreira e Tanqueiro (2021), no estudo denominado ‘Open access policies: History, promises and tensions’, dissertam sobre o crescimento do movimento de acesso aberto em convergência com a ciência aberta e ciência cidadã.

A tendência dos artigos publicados pela BRAPCI é sua vinculação com a temática ‘disseminação da informação’. Nesse sentido, destaca-se o estudo elaborado por Santos, Jorge e Machado (2019, p. 222) intitulado ‘Análise da tendência das políticas editoriais frente ao compartilhamento de dados pelos pesquisadores do INCQS’ onde há explanação sobre o compartilhamento de dados, estando relacionado ao uso, reuso e distribuição da informação científica, ou seja, a disseminação da informação. Os autores definem o compartilhamento como “algo distribuído entre os membros de um grupo”; outro estudo que trata da temática foi elaborado por Pinheiro (2014), no qual a autora apresenta uma abordagem conceitual de livre acesso à informação científica e conecta a disseminação científica ao movimento de acesso aberto ao apresentar as transformações da comunicação científica em decorrência da livre

circulação da informação; por fim, também se destaca o estudo de Gulka e Lucas (2017), intitulado ‘Presença digital em portais de periódicos: proposta de análise’, em que as autoras defendem que a disseminação dos periódicos contribuem com a expansão da comunicação científica e que o acesso aberto favorece a divulgação da informação.

Na Scielo percebemos que a temática ‘políticas’ é a mais encontrada, estando os artigos relacionados a políticas de ciência aberta, acesso aberto e/ou políticas editoriais. Nesse sentido, Sánchez-Tarragó, Caballero-Rivero, Trzesniak, Domínguez, Santos, Fernández-Molina (2016) elaboraram um estudo sobre políticas e estratégias definidas pelos comitês editoriais de 516 periódicos latino-americanos. As análises envolveram o favorecimento do uso e reuso em acesso aberto da produção científica, além da verificação de suas políticas e quais estratégias são utilizadas pelos periódicos na disseminação da informação científica em acesso aberto; Muriel-Torrado e Pinto (2018) em seu texto intitulado ‘Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis?’ visam identificar as políticas de acesso de estudos listados na BRAPCI, e para isso foram analisadas 52 revistas entre o período de 2015 e 2017, onde se concluiu que 94% delas apresentam uma seção denominada ‘políticas de acesso livre’, ou similar, e que nesse local os periódicos definem suas políticas, ainda que de forma sintética; por fim, destacamos o estudo realizado por Chilimo e Onyancha (2018, p. 1), em que os autores investigam as políticas de acesso aberto de estudos indexados na Library and Information Science (LIS) entre os anos de 2003 e 2013, com o intuito de analisar se as políticas facilitam o acesso aberto às publicações. Nesse mesmo estudo, os autores conceituam o acesso aberto como “uma iniciativa que defende o acesso gratuito e online à literatura científica”, essencial à propagação da informação científica.

Na base de dados Web of Science foram analisados estudos que abordam a temática ‘acesso aberto’. Laakso (2014), em seu estudo intitulado ‘Green open access policies of scholarly journal publishers: A study of what, when, and where self-archiving is allowed’, nos oferece algumas contribuições relevantes sobre o acesso aberto. O autor enfatiza que o acesso aberto é capaz de disponibilizar textos livremente, no sentido de isenção de cobranças de taxas, e com acesso irrestrito; Laakso e Lindman (2016, p. 1) definem o acesso aberto como “acesso gratuito e irrestrito a publicações de pesquisas revisadas por pares”, e defendem a temática por ser capaz de desbloquear o poder da publicação eletrônica ao fornecer acesso gratuito a textos completos, com potencial de beneficiar o progresso da ciência; por fim, Laakso e Polonioli (2018), no estudo denominado ‘Open access in ethics research: na analysis of open access availability and author self-archiving behaviour in light of journal copyright restrictions’,

defendem que o debate em torno do acesso aberto é importante e complexo e que nas últimas décadas o acesso a publicações científicas tem começado a evoluir rapidamente e que cada vez mais periódicos passaram a disponibilizar estudos de forma gratuita e on-line.

A mineração de dados serviu para demonstrar as principais temáticas abordadas pelos estudos localizados a partir da revisão sistemática, aproximando-os do presente estudo e servindo para auxiliar na construção do referencial teórico.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Para realização do estudo foram identificados quais portais de periódicos, vinculados às universidades, possuem diretrizes ou quaisquer tipos de documentos norteadores que embasem o uso ético e legal da informação científica.

Assim, a coleta e análise de dados foi iniciada efetivamente com vistas a identificar as diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos, sendo dividida em quatro etapas distintas, detalhadas a seguir:

- a) Na primeira etapa se analisou quantas universidades, das 100 inicialmente definidas, possuem portais de periódicos vinculados. Após essa análise se percebeu que nosso universo de estudo passou a ser de 89 portais de periódicos vinculados às universidades, cujo resultado é demonstrado no Apêndice B da tese;
- b) Na segunda etapa foram acessadas as 89 páginas eletrônicas dos portais de periódicos na busca por documentos (diretrizes, políticas, portarias, normativas, cartilhas, instruções ou outros) que abordam a comunicação científica ao tratar das temáticas: ciência aberta; acesso aberto ou livre acesso; direitos autorais, com o intuito de localizar quais portais possuem documentos reguladores disponíveis. Esses dados foram classificados em uma planilha de Excel para posterior análise;
- c) Na terceira etapa foi entrado em contato via correio eletrônico com os responsáveis pelos 89 portais e solicitado se possuem diretrizes, normativas ou documentos que abordem os temas, no intuito de levantar informações complementares. Ao todo foram localizados 30 documentos, seja através da análise das páginas ou do contato via e-mail, os quais foram salvos para posterior análise;
- d) Na quarta etapa foi novamente entrado em contato com os responsáveis dos portais, apenas aqueles 30 portais que possuem documentos que abordam sobre os temas, e solicitado o preenchimento da ferramenta de avaliação (*checklist*). As respostas

demonstram o entendimento dos responsáveis e como os portais enxergam os elementos atrelados à comunicação científica.

A análise dos 89 portais de periódicos vinculados às universidades pré-selecionadas trouxe os resultados apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Resultado das análises realizadas

Resultados	Quantidade
Portais de Periódicos que possuem diretrizes/documentos norteadores	30
Responsáveis que retornaram o contato e informaram que não possuem documentos pré-aprovados	28
Não foram localizados documentos nas páginas dos portais e responsáveis não retornaram as tentativas de contato	17
Portais com diretrizes em construção até a data de corte (agosto de 2022)	14

Fonte: Dados de Pesquisa (2022).

As 30 diretrizes localizadas tratam da comunicação científica destinadas aos portais de periódicos e são posteriormente analisadas na íntegra, as quais serviram de substrato para construção da proposta de conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes/documentos norteadores destinadas aos portais de periódicos. Cabe ressaltar que, os documentos analisados foram aprovados pelos próprios portais ou por órgão diverso da universidade a que o portal se vincula.

Da nossa amostra, dos 28 portais de periódicos que não possuem diretrizes ou quaisquer documentos norteadores predefinidos que tratam sobre temas correlatos à pesquisa, citamos a Unisinos, UFAM, IFSP, entre outros.

Apesar de diversas tentativas, 17 portais de periódicos não retornaram nosso contato e não possuem documentos que tratam da comunicação científica em suas páginas eletrônicas, tendo esses portais sido desconsiderados de nossa pesquisa, como exemplo citamos a UFMT, UFPel, UNIFACS.

Até a data de corte, 14 portais de periódicos informaram que suas diretrizes/documentos norteadores se encontram em fase de construção ou aprovação, são eles a UDESC, UFAL, UFV, entre outros.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

As diretrizes, normativas e demais documentos foram buscados e localizados nos portais de periódicos e através de contato com os responsáveis via correio eletrônico. Esses documentos buscam auxiliar o processo de comunicação científica, cujo foco principal é aumentar a visibilidade da produção científica. Cabe ressaltar que, existem informações diferentes disponíveis nos *sites* dos Portais e, talvez, até mais atuais, porém, nosso objeto são os documentos emitidos e aprovados pelos Portais ou órgãos vinculados às Universidades.

As diretrizes/documentos norteadores pertencentes aos portais de periódicos foram analisadas, caracterizadas e posteriormente categorizadas de acordo com os elementos propostos na presente pesquisa.

Assim, a partir da localização dos 30 documentos foram realizadas três análises distintas. A primeira análise demonstrou a aderência das diretrizes aos elementos vinculados aos periódicos científicos e aos portais de periódicos, localizados na literatura; a segunda análise se deu a partir das respostas recebidas da ferramenta de avaliação, o *checklist*; a terceira análise demonstrou a adesão das diretrizes às seis categorias propostas (ciência aberta; acesso aberto; visibilidade; direito autoral; ciclo de vida dos periódicos científicos; e, estrutura do portal de periódicos) com base nos elementos essenciais, cujos resultados demonstramos na subseção 4.5 denominada ‘Categorização dos principais elementos presentes nas diretrizes/documentos norteadores dos Portais de Periódicos’.

Conforme supracitado, a primeira análise se deu a partir classificação das diretrizes com base nos elementos vinculados aos periódicos científicos e aos portais de periódicos. Assim, a análise engloba a apreciação desses elementos nas 30 diretrizes localizadas, como apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Classificação das diretrizes de acordo com elementos

	Atribuição de Autoria	Licenças Creative Commons	Ética na Publicação	DOI	Transparência	Periodicidade	Revisão por Pares	Taxa de Processamento	Tratamento de Dados e Metadados
PUC MINAS		X		X	X	X	X		X
PUCRS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UNB	X	X			X	X	X		X
UNIFOR		X							
USP									X
UNEMAT				X		X	X		
UERN				X		X			
UNISUL					X	X	X		
UNICAMP			X	X	X	X			X
UNESP	X				X				
UFLA	X				X		X		X
UFMG				X	X	X			
UFOP						X	X		
UFPE	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFSC		X		X		X			X
UFSM						X	X		X
UNIFESP				X	X				
UFES				X		X	X		
UNIRIO						X			
UFMA				X		X			
UFMS	X					X			
UNIPAMPA			X		X	X	X		X
UFPA			X	X	X	X	X	X	X
UFPR		X	X			X	X		
UFPI	X				X		X		X
UFRN		X	X	X		X	X		X
UFRGS	X			X	X	X	X	X	X
UFF					X	X			
UFRPE						X	X	X	
UTFPR		X		X	X	X	X		X
TOTAL	8	9	7	15	16	24	18	5	15

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como demonstrado no Quadro 5, os elementos que estão diretamente relacionados aos periódicos e aos portais de periódicos são abordados em todo ou em partes pelas 30 diretrizes analisadas. Demonstrando a relevância dessas informações para a comunicação científica. Cabe ressaltar que, os elementos estarão presentes na proposta de conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes/documentos norteadores, subseção 4.7 desta pesquisa.

Também foi realizada análise a partir das respostas da ferramenta de avaliação, disponível no Apêndice F. A ferramenta foi encaminhada aos 30 portais que possuem diretrizes/documentos norteadores aprovados, tendo retornado 23 respostas. Dessa forma, com base nas respostas dos *checklists* foi possível perceber que a principal função dos portais de

periódicos é a disseminação da produção científica gerada na universidade a que o portal se vincula, tendo 94% dos participantes informado que o portal é um espaço que busca propagar a informação científica de maneira aberta à sociedade.

Grande parte dos responsáveis (94%) informaram que existe preocupação em garantir que os direitos autorais sejam cumpridos, assim como as licenças de uso. Nesse quesito, o que nos chamou atenção foi o fato de dois portais de periódicos (17%) responderem que ‘não’ ao indicador 11 – “existe preocupação em garantir os direitos dos leitores”, a princípio, demonstrando que não existe preocupação com o leitor. Essa informação demonstra que, na prática a grande parte dos portais de periódicos, em torno de 83%, buscam disseminar sua produção científica abertamente e ao mesmo tempo criar mecanismos de proteção aos autores e condições favoráveis aos leitores, isso se articula principalmente através da disponibilização aberta e gratuita das obras e mediante incentivo de utilização de licenças de uso que favoreçam a disseminação da informação científica.

Outra informação relevante extraída a partir das 23 respostas da ferramenta de avaliação foi que cerca de 69% dos portais não definem qual licença deve ser utilizada, sendo a responsabilidade transferida ao periódico científico. Porém, os portais exigem a adoção de uma licença de uso do tipo Creative Commons.

O processo de avaliação dos trabalhos também foi alvo de nossa análise, onde 81% dos participantes informaram que os portais que atuam indicam que a avaliação dos periódicos deve ocorrer por meio do processo de revisão por pares; o restante, 19%, mencionaram que a decisão fica a critério do periódico científico.

Também foi verificado que aproximadamente 62% dos portais de periódicos indicam o depósito das obras em formato digital no repositório institucional, como mecanismo de preservação da memória institucional.

A qualidade e a segurança oferecida aos periódicos indexados pelos portais foram pontos levantados pelo *checklist*, onde se percebeu que 83% dos portais mencionam que buscam indexar periódicos com qualidade e, em contrapartida, 72% oferecem segurança às publicações disponibilizadas por eles. A questão da qualidade se materializa quando os portais solicitam aos periódicos que o processo de avaliação dos trabalhos ocorra por meio de revisão por pares, por exemplo. E, a segurança se refere às normas criadas pelos portais ou à indicação de licenças de uso, por exemplo.

Com base na análise das diretrizes/documentos norteadores e na categorização realizada, os portais de periódicos foram questionados quanto ao ciclo de vida dos periódicos científicos indexados, ou seja, se os portais definem os critérios de inclusão, permanência e

exclusão ou descontinuidade desses periódicos. Obtivemos como resposta que em torno de 85% dos portais estabelecem previamente critérios de inclusão e permanência, porém, esse número é inferior quando se trata de definir quais fatores acarretarão a exclusão ou descontinuidade dos periódicos junto aos portais, apresentando como resposta que 61% dos portais que os definem.

Os portais analisados, em sua totalidade, normatizam previamente os procedimentos que devem ser seguidos pelos periódicos e 90% deles informam que acompanham a aplicabilidade das políticas em vigor, seja por meio da análise das páginas dos periódicos e/ou do acompanhamento de documentos emitidos pelos periódicos, pois os portais ressaltam a necessidade de monitoramento das normas fixadas.

Por fim, os responsáveis foram consultados quanto à possibilidade de autoarquivamento das obras não revisadas, onde existe a possibilidade de o portal indicar o depósito dos *preprints* em repositórios abertos antes do processo de avaliação e publicação dos estudos. Porém, essa prática é utilizada por apenas 10% dos portais de periódicos. Destacamos a informação recebida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que provavelmente adotará com brevidade a prática de depositar os *preprints*, pois a discussão se encontra em fase final.

Os documentos analisados pertencem a portais de periódicos que nasceram digitais, aprovados após o surgimento do Open Journal Systems (OJS), quando o avanço da tecnologia possibilitou a inserção de vários periódicos em único portal, assim, esses documentos são relativamente novos, tendo sido aprovado nos últimos dez anos.

O ano de 2021 recebe destaque, pois possui sete diretrizes aprovadas; e, o ano de 2022, apesar de possuir apenas duas diretrizes aprovadas até a data de corte desta pesquisa (agosto de 2022), outros 14 portais de periódicos informaram que estavam com suas diretrizes em fase de construção, o que demonstra a tendência de alta de regulamentação das temáticas por parte dos portais.

Partindo do ponto de que o ambiente digital pode proporcionar novas formas de acesso e disseminação da informação, possivelmente existam informações nesses documentos que necessitem de análise e atualização. Assim, no intuito de classificar as diretrizes localizadas, foram criadas categorias, as quais serviram de base para realização de análise detalhadas dos documentos.

4.5 CATEGORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS PRESENTES NAS DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

As diretrizes/documentos norteadores analisados foram categorizados de acordo com os

elementos fundamentais à comunicação científica segundo indicado na literatura, propostos na presente pesquisa a partir de seis categorias criadas: ciência aberta; acesso aberto; visibilidade; direito autoral; ciclo de vida dos periódicos; e, estrutura do portal de periódicos.

A categoria a) ‘ciência aberta’ engloba diretrizes/documentos norteadores que buscam a disponibilização dos dados científicos da pesquisa, não apenas a divulgação do resultado em si, mas dos dados e metadados gerados do decorrer da pesquisa científica, apesar de entendermos que o conceito é ainda mais abrangente; b) ‘acesso aberto’ diz respeito aos documentos que apresentem definições sobre o acesso aberto e/ou documentos que busquem disseminar sua produção científica abertamente à sociedade; c) ‘visibilidade’ engloba diretrizes que busquem facilitar a divulgação de pesquisas indexadas pelos portais; d) ‘direito autoral’ engloba documentos que apresentam definições sobre o tema e/ou auxiliam no processo de comunicação científica; e) ‘ciclo de vida dos periódicos científicos’ diz respeito às diretrizes que definem normas para criação, permanência e descontinuidade e/ou exclusão de periódicos nos portais de periódicos; f) ‘estrutura do portal de periódicos’ diz respeito aos documentos que definem a composição e as competências da equipe editorial.

Em síntese, das 30 diretrizes localizadas, duas delas mencionam a ciência aberta; 24 delas tratam do acesso aberto à informação científica; 25 documentos abordam questões relativas à visibilidade; 15 tratam dos direitos pertencentes aos autores; 20 diretrizes mencionam o ciclo de vida dos periódicos junto ao portal; e, 27 diretrizes/documentos norteadores tratam sobre a estrutura dos portais de periódicos, abordando as responsabilidades e atribuições dos órgãos envolvidos na gestão. As diretrizes se enquadram em mais de uma categoria e por isso os números não refletem a quantidade de documentos localizados, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 – Classificação das diretrizes por categorias

	Ciência Aberta	Acesso Aberto	Visibilidade	Direito Autoral	Ciclo de Vida dos Periódicos Científicos	Estrutura do Portal de Periódicos
PUC MINAS		x	x	x	x	x
PUCRS	x	x		x		x
UNB		x	x	x		x
UNIFOR				x		
USP		x	x	x		x
UNEMAT		x	x	x		x
UERN		x			x	x
UNISUL			x		x	x
UNICAMP		x	x	x		x

UNESP		x	x	x		x
UFLA		x	x	x		x
UFMG			x	x	x	x
UFOP		x	x		x	x
UFPE		x	x	x	x	x
UFSC		x	x		x	x
UFSM		x	x		x	x
UNIFESP		x	x		x	x
UFES			x		x	x
UNIRIO		x	x		x	x
UFMA		x	x		x	x
UFMS			x	x		x
UNIPAMPA		x	x		x	x
UFPA		x	x		x	x
UFPR	x	x	x	x	x	x
UFPI		x	x	x		
UFRN		x	x		x	x
UFRGS		x	x		x	
UFF					x	x
UFRPE		x			x	x
UTFPR		x	x	x	x	x
TOTAL	2	24	25	15	20	27

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

a) categoria ciência aberta:

Faz parte dessa categoria apenas duas diretrizes das 30 analisadas. Embora não seja um tema tratado de um modo geral é um posicionamento institucional de relevância. Os dois documentos que tratam o tema de maneira explícita são pertencentes à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A diretriz do Portal da PUCRS, aprovada em 2021, define que para que o periódico seja qualificado no Portal é necessário que haja adoção de práticas de ciência aberta em sua concepção, sendo uma das principais exigências aos autores na submissão de artigos. O Manual cita ainda que os manuscritos devem estar em conformidade com as boas práticas de ciência aberta, devendo ser informado na submissão o alinhamento da pesquisa e a conformidade com a ciência aberta e solicita que o Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta, que deve ser submetido como arquivo suplementar ao manuscrito, deverá ser compartilhado com os editores e pareceristas. Por fim, o Manual de Indexação: um guia para os editores (2020, p. 36) solicita que “os periódicos devem atualizar a política editorial e informar os autores sobre

a importância da adoção das práticas de ciência aberta”.

A Resolução do Portal da UFRN aprovada em 2021 considera as iniciativas de ciência aberta, e para isso busca implementar ações que garantam a representação e a disseminação da produção técnico-científica institucional.

b) categoria acesso aberto:

Essa categoria é composta por 24 documentos, do total de 30 diretrizes analisadas, que buscam a disseminação da informação de maneira aberta e/ou que definem o acesso aberto em seus documentos norteadores, por entender sua relevância à comunicação científica. Nessa categoria se destacam cinco documentos que mencionam sobre a cobrança de taxas de processamento ou APCs no processo de aceite de artigos, sendo os portais vinculados à: PUCRS, UFPA, UFPE, UFRGS e UFRPE.

O Portal da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS) se encaixa nessa categoria por definir o acesso aberto informando que se baseia no Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); na Declaração de Berlim, na busca pelo fortalecimento do acesso aberto; além de se basear na filosofia do OJS, que busca oferecer acesso gratuito a publicações científicas. Assim, o documento busca reunir em um único ambiente os periódicos produzidos na instituição e oferecer acesso aberto, amplo e irrestrito a todo seu conteúdo, garantindo maior visibilidade às pesquisas.

Já o Portal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) aprovou o documento denominado ‘Manual de Indexação: um guia para os editores’, o qual define que as revistas devem respeitar as condutas éticas e o acesso aberto à informação científica seguindo os padrões que garantam a autoria, uso e citação dos dados. Menciona que os periódicos devem estar disponíveis em acesso aberto, pois assim os textos completos estarão disponíveis para a sociedade gratuitamente. Em relação à cobrança de taxas pelos periódicos aos autores, a PUCRS solicita que seja realizada menção explícita quanto à cobrança de valores, caso existam, e informem em qual momento serão aplicadas taxas (taxas do processo editorial, taxas de processamento do artigo, taxas por página, taxas por cor).

A Universidade de Brasília (UnB) aprovou em 2015 a ‘Política de Gestão do Portal de Periódicos’ que busca oferecer ampla visibilidade e acessibilidade ao conteúdo em formato digital da instituição, por acreditar que a reunião da produção científica em único ambiente fortalece a filosofia do acesso aberto ao ser capaz de conceder acesso em nível global. O portal se fundamenta no Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Aberto, o qual, se baseia na

Declaração de Berlim, pelo fato dela nortear ações em favor do acesso aberto à informação científica. De um modo geral, o Portal busca oferecer acesso aberto, amplo e irrestrito a todo seu conteúdo.

O Portal da Universidade do Estado de Mato Grosso, “Carlos Alberto Reyes Maldonado” (UNEMAT), aprovou sua Resolução em 2021 na busca pela promoção do acesso público e gratuito de sua produção científica.

Considerando a necessidade de livre acesso à informação científica e de aumento da visibilidade da produção científica, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) aprovou em abril de 2017 a Resolução nº 22 que cria e aprova o Regulamento do Programa de Periódicos Eletrônicos, o qual busca disponibilizar sua produção de maneira aberta no ambiente digital.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) busca reunir todos os periódicos em ambiente único e segue os preceitos do acesso aberto com objetivo de apoiar a qualificação e visibilidade das produções acadêmicas. A deliberação busca a livre disponibilização da produção intelectual e científica de todos os que estiverem vinculados à Universidade — docentes, discentes e demais pesquisadores — a qualquer interessado, de forma on-line e gratuita.

O Portal da Universidade Estadual Paulista (UNESP) possui documento atualizado, aprovado em 2021, a Resolução de nº 08 que institui a Política de Acesso Aberto à Produção Intelectual, apresentando como principal objetivo o favorecimento do acesso público, gratuito e aberto a conteúdos produzidos na Universidade, por acreditar que universidades públicas têm função de armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto ao público global as suas obras.

A Resolução do Portal da Universidade Federal de Lavras (UFLA) garante acesso livre e transparente à produção intelectual, para torná-las amplamente disponíveis e acessíveis. O Portal funciona em plataforma desenvolvida em *software* livre, em consonância com os princípios do acesso aberto.

O Portal de Periódicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui dois guias de orientações, sendo que o primeiro deles, aprovado em 2021, fornece orientações para que os periódicos consigam atender aos critérios para indexação no Directory of Open Access Journals (DOAJ), pois o DOAJ indexa revistas de acesso aberto e fazer parte dele tem sido um bom indicativo, e o segundo oferece orientações destinada às equipes editoriais. Assim, o Portal incentiva que os periódicos devem estar disponíveis em acesso aberto. De um modo geral, os guias buscam a disseminação da produção científica da UFPE de maneira aberta e gratuita no

ambiente digital. Em relação à aplicação de taxas, a UFPE solicita que o periódico informe se há cobrança de alguma taxa para publicação, devendo se manifestar mesmo que não existam taxas.

O Regulamento do Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) busca apoiar e promover o acesso livre à informação científica gerada na Universidade. O Regimento ressalta que hospeda somente revistas de conteúdo científico e de acesso livre da UFSM.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) aprovou recentemente, em janeiro de 2022, o Regimento de seu Portal de Periódicos. O Portal se define como uma biblioteca de periódicos de acesso aberto que busca a internacionalização do diálogo científico e acadêmico com a sociedade, seu principal objetivo é se tornar um espaço público reconhecido nacional e internacionalmente com a finalidade de publicar a produção em acesso aberto, com vistas à promoção de sua produção científica.

As Diretrizes do Portal de Periódicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) surgem como resposta a uma demanda da comunidade acadêmica, constituindo-se em um recurso digital que busca reunir e tornar acessível em espaço único e aberto a produção científica da Universidade.

De acordo com a Resolução do Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), aprovada em 2019, o Portal tem como finalidade a reunião e disponibilização em um único ambiente institucional digital de acesso aberto os periódicos científicos produzidos na Universidade, tendo um espaço gerenciado pelo Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPGI), com apoio técnico do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

A Política de Gestão do Portal de Periódicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), aprovada em 2017, busca disseminação ampla e acesso irrestrito ao conhecimento, contribuindo com a missão da universidade de gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber. Em relação à taxa de processamento, a Universidade (2017, p. 4) menciona que “a gratuidade na publicação e no acesso implica não ser admissível a cobrança por assinaturas ou a venda de patrocínios”.

A Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) tem como principal objetivo a reunião da produção científica da Universidade, além de buscar disseminá-la seguindo as premissas do acesso aberto, por acreditar que disponibilizar obras abertamente aumentem sua visibilidade.

O Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(UFRN) se denomina um diretório de periódicos acadêmico-científicos que visa integrar e disponibilizar publicações em único ambiente com acesso livre e irrestrito à informação científica, utilizando para isso a ferramenta Open Journal Systems (OJS).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul aprovou em novembro de 2017 um documento denominado ‘Princípios Norteadores da Política Editorial – Periódicos UFRGS’, onde considera a tendência mundial de acesso e compartilhamento da informação e a possibilidade de acesso às obras de forma aberta no ambiente digital. Assim, o documento busca apoiar, auxiliar e oferecer incentivos às revistas hospedadas pelo Portal. A UFRGS enfatiza que a cobrança de taxa não é impeditiva para que periódicos participem do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP), mas em caso de recursos limitados, será dada prioridade a periódicos que não recebem apoio financeiro.

O Portal de Periódicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) oferece à comunidade acesso livre à informação de qualidade num ambiente de alta visibilidade, dotado de ferramentas que facilitem sua gestão e manutenção. O documento do portal estabelece que “não será permitida a cobrança de valores para quaisquer atividades da revista, ou seja: submissão, avaliação, gerenciamento e acesso” (2016, p. 4).

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) aprovou a Deliberação nº 04 em março de 2015 com objetivo de reunir, organizar e disseminar a produção científica da Instituição. O Portal de Periódicos da UTFPR, segundo o documento, é desenvolvido em consonância com o Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica, prevendo que os periódicos devem disponibilizar abertamente sua produção científica à sociedade.

Alguns portais de periódicos mencionam que incentivam o acesso aberto à produção científica, mas não entram em detalhes quanto à criação de diretrizes de incentivo ou definições sobre o tema, como é o caso do Portal de Periódicos vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma iniciativa que busca oferecer suporte aos periódicos da Universidade em acesso aberto; da Resolução do Portal da Universidade de São Paulo (USP) que busca a disseminação e acessibilidade das suas obras pela comunidade; os Portais de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Piauí (UFPI) informam através de suas normativas que utilizam o Sistema de Editoração de Revistas (SEER), por ser um *software* promotor da política de acesso livre.

A maioria dos portais — 24 deles — citam em suas diretrizes/documentos norteadores, ainda que de forma superficial, prezando que a produção científica ali registrada seja disponibilizada abertamente à sociedade.

c) categoria visibilidade:

A presente categoria abrange os 25 documentos, das 30 diretrizes analisadas, que apontam mecanismos com vistas à facilitação da comunicação científica, buscando auxiliar na ampliação da visibilidade das obras e na promoção dos portais de periódicos.

A legislação do Portal vinculado à PUC MINAS acredita que a implantação do Portal permitiu ampliar a comunicação científica, proporcionando maior visibilidade às publicações periódicas ligadas à Instituição.

A Política de Gestão da UnB proporciona recursos necessários à gestão da comunicação científica, cuja inserção no Portal é livre para qualquer periódico acadêmico institucionalmente ligado à Universidade.

Os Portais vinculados à USP e à UNESP buscam ampliar a visibilidade, disseminação científica, acessibilidade e difusão dos resultados da produção científica como meio de preservação da memória institucional.

A UNEMAT aprovou em dezembro de 2021 a Resolução nº 73 que dispõe sobre periódicos científicos. O documento busca estabelecer os processos de internacionalização dos periódicos indexados no Portal da Universidade, na busca pela divulgação da produção e do conhecimento científico.

A Instrução Normativa aprovada pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), dispõe sobre a criação do Portal de Periódicos. O Portal busca reunir publicações científicas em um único local de forma on-line, possibilitando maior visibilidade nacional e internacional e acesso à produção científica da Instituição. O Portal atua de maneira exclusiva na comunicação científica da universidade, cujo objetivo é incentivar a divulgação científica por área do conhecimento nos diferentes níveis de ensino.

Considerando a necessidade de aprimorar a qualidade e a visibilidade das publicações científicas o Portal da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aprovou em 2021 a Política de Periódicos Científicos, a qual busca garantir o armazenamento e a segurança dos dados disponíveis no Portal, além de contribuir com mecanismos que facilitem a comunicação científica das obras editadas na Universidade.

O Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) visa se tornar o centro aglutinador de disseminação e preservação da produção científica da Instituição, além de possuir como principal meta a divulgação e hospedagem dos periódicos científicos vinculados à UFOP. Os objetivos do Portal se relacionam ao aumento da visibilidade e à promoção da produção científica; ao desenvolvimento de ações que auxiliem na divulgação

de suas obras; e, à promoção do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos da UFPE menciona que a comunicação científica permite que a obra seja colocada ao alcance do público, seja em formato físico ou digital, conforme o autor desejar.

O Portal de Periódicos da UFSC busca implementar ações de disseminação e acessibilidade da produção científica, além de contribuir com a visibilidade nacional e internacional dos periódicos indexados, visando à qualidade, segurança e preservação da informação científica.

O principal objetivo do Portal de Periódicos da UFSM é incentivar a comunicação científica da Universidade e oferecer visibilidade nacional e internacional aos periódicos, através de sua reunião em único ambiente.

A UNIFESP, através de seu portal de periódicos, busca reunir em único local todas as publicações periódicas científico-acadêmicas da Universidade com a finalidade de promover a divulgação irrestrita destas publicações perante a sociedade, editores e autores.

A Instrução Normativa aprovada em 2022 pelo Portal de Periódicos da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES) define como seu principal objetivo a organização da produção científica vinculada à Universidade, na tentativa de torná-la acessível à comunidade nacional e internacional.

As diretrizes do Portal da UNIRIO estabelecem ações na busca pela disseminação nacional e internacional da informação científica de maneira excelente. Para isso, utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), por auxiliar no processo de editoração e ser capaz de conferir maior visibilidade à produção.

O Portal de Revistas Eletrônicas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) tem como objetivo reunir as revistas da Instituição, conduzindo a política de inserção dos periódicos no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), por contribuir com a democratização do acesso à informação científica, além de contribuir para qualificação das revistas.

O principal objetivo do Portal de Periódicos da Universidade Federal do Pará (UFPA) é garantir visibilidade e reconhecimento da comunidade científica nacional dos periódicos editados pela Universidade. Para isso, busca garantir a qualidade das revistas publicadas em seu portal através de processo de avaliação por pares e revisão contínua.

A Biblioteca de Periódicos da UFPR tem como objetivo garantir a disseminação, acessibilidade e visibilidade dos periódicos científicos institucionais da Universidade, para isso reúne em único ambiente e disponibiliza, por meio de catálogo eletrônico, sua produção

científica.

A Resolução dos Repositórios Digitais da UFRN pressupõe que a comunicação científica é capaz de aumentar sua visibilidade, acessibilidade e, conseqüentemente, seu reconhecimento; por isso busca apoiar a disseminação da produção científica institucional.

A UFRGS menciona que o aumento da comunicação científica fez com que surgisse a necessidade de uma estratégia de publicação de periódicos e da implementação de regras básicas, definidas por uma política editorial específica.

Mesmo citando de forma sucinta, alguns portais de periódicos mencionam sobre a comunicação científica, como, por exemplo: a Política Institucional da UNICAMP que tem por finalidade dar ampla visibilidade e transparência a toda a produção científica, favorecendo o intercâmbio de ideias e a avaliação interna e externa dos trabalhos; já o Portal da UFMA faz menção à utilização do *software* Open Journal Systems (OJS), responsável por oferecer capacitação aos editores de periódicos na busca pela comunicação da informação; a UNIPAMPA busca dar visibilidade a publicação científica editada na Universidade através de sua divulgação, para isso, reúne em espaço único todas as publicações da Instituição; um dos objetivos do Portal da UFLA é realizar divulgação de toda e qualquer produção intelectual gerada na Universidade, ressalvando os casos de embargo previstos em Lei; a resolução da UFPI busca contribuir com a preservação e ampliação da visibilidade e acesso à produção científica da Universidade; a Política Editorial de Periódicos Científicos da UTFPR se destaca por fomentar o desenvolvimento dos títulos da Instituição, além de buscar ampliar a credibilidade e a visibilidade das publicações.

Das trinta diretrizes previamente localizadas, vinte e cinco fazem parte desta categoria, tendo em vista que mencionam de maneira sucinta e outras mais detalhadamente, que buscam disseminar sua produção científica, principalmente por acreditar que a tendência é que aumentando a visibilidade de suas obras receberão maior reconhecimento por elas.

d) categoria direito autoral:

A categoria denominada direito autoral compreende 15 das 30 diretrizes analisadas e pretende demonstrar documentos que se preocupam em explicitar os direitos pertencentes aos autores, tendo em vista sua relevância. Essa categoria engloba periódicos científicos indexados pelos portais de periódicos vinculados às universidades pré-selecionadas, com publicação de autores de múltiplas instituições.

Ainda nessa categoria foram encontrados documentos norteadores que normatizam especificamente em qual tipo de licença o periódico deve registrar suas obras.

Na busca por oferecer proteção aos autores, alguns portais de periódicos, como os vinculados às universidades PUC MINAS e a UnB, indicam a adoção de licenças Creative Commons, porém, ressaltam que existe a possibilidade de adoção de outro tipo de licença, desde que esta também siga a filosofia do acesso aberto. O documento expedido pela UnB menciona que, caso o periódico não defina a licença a ser utilizada, o próprio Portal se reservará o direito de realizar o licenciamento, utilizando a licença Creative Commons mais restritiva.

O Portal da PUCRS define que as questões relativas ao direito autoral serão definidas pelos próprios periódicos científicos. Porém, salienta que não devem sobrepor aos termos da licença predefinida ou da Lei de Direitos Autorais; e define que os periódicos estão livres para escolherem a licença que irão adotar, sendo preciso apenas estar claramente divulgado em sua página eletrônica.

A Universidade de Fortaleza (UNIFOR), através de seu Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) lançou em 2021 a cartilha denominada ‘Conhecendo a Lei de Direitos Autorais’, com ela os autores e leitores podem conhecer um pouco melhor a lei de direitos autorais na prática. Apesar de não ser uma normativa explícita, esse documento faz parte da nossa análise por se tratar de uma cartilha informativa.

O Portal da Universidade de São Paulo (USP) define em Resolução que o direito autoral se mantém com o autor, não sendo necessário a cedência à Universidade. De modo que os autores permanecem com os direitos morais e patrimoniais de suas obras.

A UNICAMP menciona em sua Deliberação que, apesar de buscar a livre disponibilização da informação científica, assegura todos os direitos e obrigações relacionados ao direito autoral e embargos previstos na legislação de direitos autorais vigente, ou seja, na Lei de nº 9.610 de fevereiro de 1998.

A UNESP reconhece e respeita os direitos autorais, sendo eles direitos morais ou patrimoniais. A resolução prevê que os autores deverão ceder à Universidade, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras, durante o prazo de vigência dos direitos autorais. A cessão ocorrerá em caráter permanente e irrevogável, permanecendo com os autores todos os direitos morais e os usos comerciais das obras.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) busca garantir que os artigos respeitem as normas vigentes, de modo a oferecer proteção aos autores contra utilização indevida de suas obras, como o plágio.

O Portal de Periódicos da UFPE possui um guia de orientações para as equipes editoriais quanto ao uso das Licenças Creative Commons, nele é definido que o periódico científico deve informar detalhadamente as permissões dos leitores, autores e das próprias revistas, além de

citar que as revistas devem evitar a frase “todos os direitos reservados”, por não ser apropriado ao acesso aberto. O guia apresenta alguns conceitos vinculados à Lei de Direitos Autorais, como os direitos morais e patrimoniais, além de informações relativas às licenças Creative Commons, sua origem e tipos. Por fim, o documento apresenta como deve ser escolhida uma licença CC adequada para determinado tipo de obra.

A Política Editorial da Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) assegura o direito autoral às obras publicadas em formato impresso e digital. E salienta que “os autores/organizadores farão a cessão de direitos autorais patrimoniais de forma não onerosa para a Universidade”.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) estabeleceu em 2016 a Política Institucional de Informação Teórico-Científica. Apesar de não tratar especificamente do Portal de Periódicos, e sim do Repositório Institucional, disponibiliza a produção científica institucional e reserva os direitos dos autores em consonância com a Lei nº 9.610/1998, que rege os direitos autorais e que lhes são conexos.

A Deliberação da UTFPR solicita aos autores o direito sobre a primeira publicação. O Portal recomenda o uso de Licenças Creative Commons do tipo CC-BY por conceder créditos ao autor, mas ao mesmo tempo permitir que terceiros copiem e distribuam obras a partir do conteúdo original.

Na presente categoria alguns portais também citam de forma resumida os direitos pertencentes aos autores, como o Portal associado à Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), que menciona apenas que os autores devem ceder os direitos autorais da publicação à Universidade; a UFLA informa que busca oferecer proteção aos autores em obediência às normas, respeitando a privacidade e o sigilo comercial e destaca que respeitará o prazo estabelecido pela política de restrições de direitos autorais; e, a UFPR que define em suas diretrizes aprovadas em 2013 que os periódicos devem utilizar licenças do tipo Creative Commons.

Nessa categoria tivemos 15 documentos que ao menos mencionaram a temática, num total de 30 diretrizes/documentos norteadores. A Cartilha de Direitos Autorais emitida pela UNIFOR, apesar de não se destina a portais de periódicos, recebe destaque por buscar demonstrar possibilidades de uso de obras de terceiros.

e) categoria ciclo de vida dos periódicos científicos:

Fazem parte dessa categoria 20 documentos norteadores que apresentam regras quanto à criação, manutenção e descontinuidade e/ou exclusão de periódicos indexados pelos portais.

As normas relacionadas ao ingresso dos periódicos nos portais dizem respeito às regras básicas predefinidas que os periódicos precisam obedecer para serem aceitos, como possuir normativas sobre acesso aberto, direitos autorais, ética, entre outros; as regras de permanência são aquelas que os periódicos precisam alcançar para permanecerem ativos no portal, como manter a periodicidade em suas publicações; quando os periódicos não atenderem aos critérios podem ser descontinuados ou até excluídos de maneira definitiva pelo portal de periódicos.

Os portais vinculados à PUC MINAS, à UERN, à UFOP e à UNIFESP definem normas para criação, manutenção e descontinuidade e/ou exclusão de periódicos científicos hospedados em seus portais. Dentre as recomendações, a PUC MINAS solicita que os periódicos informem o processo de revisão por pares utilizados para avaliação de artigos.

A Instrução Normativa aprovada pela UNISUL define critérios para criação e inclusão de periódicos no Portal, os quais devem obedecer a critérios, como: definição da política editorial do periódico; definição do processo de avaliação dos textos; definição das metas a serem alcançadas pelo periódico, entre outras. Nessa mesma linha, o Regimento da UFSM apresenta critérios de inclusão, permanência e exclusão de periódicos de seu portal, dependendo de prévia e expressa apreciação do Comitê Editorial do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui um documento específico denominado ‘Critérios de Relevância para Entrada e Permanência de periódicos no Portal de Periódicos da UFMG’, tendo sido aprovado em 2021. O documento estabelece quais critérios os periódicos precisam possuir para que sejam aceitos pelo Portal, estando vinculados a pertencimento (ser editado por ou em parceria com membros da instituição), centralidade (necessidade de execução de todo fluxo editorial) e relevância (atendimento aos critérios de classificação).

O guia da UFPE apresenta uma série de critérios para cadastramento de periódicos em seu Portal; assim como a forma como as revistas devem estar configuradas para que sejam aceitas, como, por exemplo, a necessidade de informar como ocorre o processo de avaliação por pares e a necessidade de informar claramente os direitos pertencentes aos autores.

As atividades do Portal de Periódicos da UFSC são definidas e padronizadas em documento denominado ‘Diretrizes do Portal de Periódicos da UFSC’, datado de 2016. Nele são apresentadas a estrutura do Portal, os critérios específicos para ingresso e permanência de periódicos científicos sob seu domínio. Destaca-se o fato de a UFSC possuir vinculada à sua estrutura uma incubadora de periódicos.

O documento aprovado pela UFES define a estrutura organizacional e estabelece normas de funcionamento do Portal, além de sugerir providências quanto à política de criação,

funcionamento, estruturação e manutenção dos periódicos científicos publicados no âmbito da Universidade. O Regimento define padrões de melhorias a periódicos existentes e padrões mínimos exigidos para aceite de periódicos novos.

As diretrizes apresentadas pela UNIRIO definem os critérios para ingresso e exclusão de periódicos no portal, onde menciona que a proposta de inclusão aprovada pelo Centro Acadêmico ou órgão equivalente ou superior será encaminhada à Coordenação do Portal para verificar adequação às Diretrizes do Portal. A exclusão de periódicos pode se dar de duas formas: a pedido do editor responsável ou por desconformidade com as Diretrizes do Portal.

A UFMA cita em sua Resolução os critérios de inclusão e permanência de periódicos no Portal, estipulando que a inclusão de periódicos novos será apreciada pelo Conselho Gestor do Portal.

O Regimento da UNIPAMPA versa sobre os procedimentos para criação, funcionamento, estruturação, manutenção e qualificação do Portal, além de definir que os periódicos científicos devem necessariamente utilizar a técnica de avaliação por pares em sistema duplo cego, por conferirem maior grau de confiabilidade em suas publicações.

O Portal de Periódicos da UFPA possui documento denominado ‘Requisitos de inclusão e permanência de revistas científicas’ onde são expostos os critérios a serem atendidos pelos periódicos, como por exemplo: possuir como editor um professor do quadro da UFPA; publicar, no mínimo 16 (dezesesseis) artigos inéditos por ano; manter no mínimo periodicidade de publicação semestral e mantê-la regular, entre outros.

As diretrizes aprovadas pelo Portal de Periódicos da UFPR definem critérios para ingresso e permanência dos periódicos institucionais, baseados nos critérios do Qualis, SciELO, CAPES e demais indicadores.

O documento aprovado pelo Portal da UFRN menciona os critérios mínimos de inclusão e permanência dos periódicos no Portal. Além disso, consideramos como ponto positivo, o fato de as Diretrizes do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN (2021, p. 2) mencionarem uma incubadora de periódicos com objetivo de “apoiar, orientar e estimular a construção, manutenção ou recuperação dos periódicos”.

A Política do Portal de Periódicos Científicos UFRGS estabelece critérios para ingresso e permanência de periódicos no Portal, sendo eles: necessidade de possuir caráter científico; contar com pareceristas externos oriundos de instituições de nacionais e estrangeiras; indicar o tipo de licença de uso dos artigos e direitos autorais, entre outros. O documento informa ainda que as solicitações serão avaliadas pela Comissão Assessora de Periódicos (COMAP), cabendo recurso por parte do Editor-chefe.

A Instrução Normativa aprovada em 2021 pela Universidade Federal Fluminense (UFF) busca aprovar questões substancialmente administrativas na tentativa de estruturar e padronizar os serviços e as informações do Portal de Periódicos da Universidade. O documento abarca questões relativas à criação e permanência de periódicos no Portal e oferece informações para que os periódicos indexados estejam padronizados.

A Política do Portal de Periódicos da UFRPE oferece aos periódicos indexados informações gerais quanto à entrada e permanência no Portal; além de estipular padrões mínimos de qualidade exigidos aos periódicos para entrada no Portal.

A Deliberação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é considerada uma normativa administrativa pelo fato de, entre outros motivos, normatizar a denominada ‘Diretrizes para Autores’; definir o formato dos artigos; definir o processo de avaliação por pares; além de informar os critérios de aceitação e manutenção de periódicos científicos.

De 30 documentos da nossa amostra 20 fazem parte dessa categoria, pois citam a estrutura administrativa vinculada aos critérios de criação, permanência e descontinuidade e/ou exclusão de periódicos indexados pelos portais.

f) categoria estrutura do Portal de Periódicos:

Essa categoria representa 27 diretrizes, das 30 analisadas, que apresentam a estrutura do portal de periódicos ao definir as atribuições e competências necessárias dos órgãos envolvidos na gestão do portal e dos periódicos científicos.

Na PUC MINAS, o Núcleo de Apoio aos Periódicos da Editora PUC Minas (NAP) é a unidade responsável pela elaboração das diretrizes e procedimentos. Além dele, existe a Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi que abriga os periódicos; o setor de Revisão e Diagramação, responsável pelo atendimento dos periódicos hospedados no Portal; e os Editores dos periódicos que são responsáveis pela política de cada revista.

O Manual de Indexação da PUCRS menciona que os periódicos devem ser constituídos por comitê editorial, conselho editorial, conselhos de periódicos ou outras denominações; além de possuir um comitê de ética responsável pela resolução de conflitos de interesse e estabelecimento de critérios de autoria.

A UnB estabelece que cada um dos atores envolvidos com o Portal de Periódicos da universidade tem suas responsabilidades específicas. Cabe ao Serviço de Gerenciamento da Informação Digital (GID) a incumbência de indexar o periódico no Portal, treinar a equipe editorial e dar o apoio necessário à sua gestão e manutenção; e ao Editor a responsabilidade de conservar o periódico ativo, mantendo sua periodicidade e dentro das normas ABNT ou

equivalentes internacionais.

A Resolução da USP divide as responsabilidades entre o Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) incumbido de estabelecer e validar normas; as Bibliotecas do SIBi, responsáveis pelo registro, edição e revisão da produção intelectual; e, a Coordenação pelo Departamento Técnico do SIBi responsável pela geração de dados e indicadores sobre a produção intelectual da USP.

A UNEMAT detalha as responsabilidades das funções dos setores envolvidos, sendo o Conselho editorial ou Conselho científico a instância máxima deliberativa; o Comitê científico responsável pela avaliação dos textos recebidos; o Gestor do portal de periódicos responsável pelo gerenciamento do acesso às revistas; o Editor gerente incumbido de configurar a revista; os Leitores de Prova (Revisores) aqueles que analisam e emitem parecer sobre o manuscrito; os Diagramadores aqueles que padronizam o documento de acordo com o *template* da revista.

A Resolução da UERN menciona que os Periódicos Eletrônicos devem possuir Editor-chefe, responsável pela garantia da periodicidade, pela editoração e pela publicação do periódico; Suporte Técnico, responsabilidade da Unidade de Processamento de Dados (UPD). Além de definir que os Periódicos Eletrônicos da UERN serão administrados pelo Setor de Periódicos da Universidade vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) e terão como instância decisória o Comitê Institucional de Pesquisa e Inovação (CIPI).

A estrutura proposta pelos portais de periódicos vinculados à UNISUL, à UFSM e à UNIPAMPA são equivalentes, sendo divididas em Comitê Executivo (ou Comitê Gestor, conforme nomenclatura adotada pela UNIPAMPA) como autoridade máxima do portal, responsável pela formulação de estratégias; Comitê Gestor ou Editorial, responsável pela incorporação de conteúdos junto ao portal; Coordenação do Portal, cuja principal atribuição é o gerenciamento do Portal; Suporte Técnico com responsabilidade de prestar apoio a gestão; por fim, aos Editores (ou Comissão Editorial, conforme nomenclatura adotada pela UNIPAMPA) cabe a responsabilidade pela editoração e publicação do periódico no Portal.

A UNICAMP divide as responsabilidades entre o Comitê Gestor e a Equipe de Apoio, responsáveis respectivamente pelo ingresso, validação e permanência dos periódicos; e pela manutenção técnica e atividades operacionais, com objetivo de garantir o funcionamento do Portal.

A UNESP define as atribuições e competências de sua estrutura de governança relativa à produção intelectual da Universidade, sendo dividida em: Comitê Gestor de Acesso Aberto (CGAA), responsável pela supervisão e acompanhamento da execução da política; Grupo Gestor do Repositório Institucional Unesp (GGRI), responsável pela coordenação e gestão; e,

Núcleos de Acesso Aberto (NAAs), sendo a instância local responsável pela promoção, difusão e acompanhamento da política. Os setores atuam de forma articulada e complementar com objetivo de promover o acesso à informação.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) institui o Comitê Gestor, órgão responsável por organizar, fortalecer e aprimorar as ações relativas ao portal de periódicos. O Comitê possui função consultiva e deliberativa, integrado por cinco membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, permitida recondução.

A UFOP define em seu Regulamento a estrutura do Portal de Periódicos, sendo dividido em Coordenação do Portal, Suporte Técnico e Editores. A Coordenação é responsável pela parte estratégica do Portal; o Suporte Técnico tem como responsabilidade a manutenção da infraestrutura do Portal; os Editores, por sua vez, são responsáveis pela configuração dos periódicos, entre outras atividades.

A estrutura do Portal de Periódicos UFSC é composta por Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD), que é a sua instância deliberativa, consultiva e de supervisão, responsável por aprovar diretrizes, normas e procedimentos para plena gestão do Portal. Sendo composto por 13 membros provenientes da: Biblioteca Universitária; Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação; Editora Universitária; Pró-Reitoria de Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa; Grandes áreas do conhecimento e Editor de periódico científico do Portal, com mandato de dois anos, permitida a recondução por mais períodos, conforme demanda.

A estrutura do Portal da UNIFESP se divide em Comissão Gestora, Comissão Executiva e Suporte Técnico. A Comissão Gestora é um órgão deliberativo, responsável pela estratégia, evolução; já a Comissão Executiva é responsável pelo funcionamento e execução dos trabalhos de operacionalização do Portal de Periódicos da Universidade; o Suporte Técnico atua como órgão que auxilia as comissões executiva e gestora, conforme sua necessidade. Os membros participantes são escolhidos e indicados entre seus pares e informados ao Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa (CPGPq).

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) define em seu Regimento a estrutura do Portal de Periódicos dividida entre: a Coordenação do Comitê Gestor do Portal e dos Periódicos, responsável por assuntos estratégicos que visem a operacionalização; os Representantes dos Editores dos Periódicos da UFES que executam a manutenção e desenvolvimento do Portal; e, o Suporte Técnico que presta apoio à gestão do Portal.

A estrutura do Portal de Periódicos da UNIRIO se divide em: Conselho Editorial do

Portal como órgão superior; Coordenação do Portal responsável pelo seu gerenciamento; Suporte Técnico cuja principal atribuição é prestar assessoramento às unidades do portal; a Editoria de cada periódico, estando sob sua responsabilidade atividades relacionadas à editoração e publicação de periódicos.

A UFMA em sua Resolução estabelece a divisão do Portal entre Conselho Gestor e Núcleo Integrado de Bibliotecas, responsável pela elaboração de diretrizes do Portal e responsável pela criação e manutenção de periódicos do Portal, respectivamente. Nessa mesma linha, a UFPA divide sua estrutura em Comitê Gestor e Coordenação Geral do Portal de Periódicos, responsáveis pela coordenação do Portal e pela manutenção, respectivamente.

Estrutura do Portal de Periódicos da UFMS é dividida entre a Coordenação do Portal de Periódicos executada pela direção da Biblioteca Central cuja principal atribuição é o gerenciamento dos portais; Editores com responsabilidade de gerenciar os conteúdos dos periódicos; Gestão da Tecnologia da Informação com responsabilidade de assessorar a coordenação.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui grupos envolvidos na gestão e operacionalização da Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade. Sendo o Conselho a instância superior; o Sistema de Bibliotecas responsável pelo gerenciamento operacional do portal; e o Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL) responsável pela gestão da tecnologia da informação. Outros portais de periódicos, como UFES, UNIRIO e USP, possuem divisão semelhante, porém, com outras nomenclaturas.

A Comissão Gestora do Portal de Periódicos da UFRN é composta por: Biblioteca Central Zila Mamede (Presidente); Pró-Reitoria de Pesquisa; Pró-Reitoria de Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Extensão; Editora da UFRN; Departamento de Ciência da Informação; Superintendência de Tecnologia da Informação; e Secretaria de Inclusão e Acessibilidade; que operam em articulação com os editores de periódicos científicos para o bom funcionamento do Portal.

O Portal da UFF define a responsabilidade do Editor e da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), sendo responsável por manter os periódicos atualizados, padronizados e seguir as boas práticas de editoração científica; e responsável por manter a infraestrutura de TI, respectivamente.

A UTFPR divide sua operacionalização entre Comitê Gestor, Editor e Conselho Editorial, Editora, Sistema de Bibliotecas, Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação. Que atuam em consonância na busca pelo desenvolvimento editorial.

Alguns portais são mais sucintos, porém, ainda assim se enquadram nessa categoria,

como o Portal vinculado à UFLA que define a equipe técnica, composta por bibliotecários, assistentes em administração e técnicos em informática, e suas responsabilidades no processo recebimento, armazenamento e divulgação científica; já o Portal da UFPE define o Conselho Editorial como órgão responsável pelo acompanhamento de ações do Portal, sendo necessário que seus membros sejam de instituições diversas. De toda forma, fazem parte dessa categoria 27 documentos, do nosso universo de 30 diretrizes analisadas.

A categorização foi criada a partir dos principais elementos localizados na literatura e colaborou diretamente com a análise dos documentos emitidos pelos portais de periódicos, sendo capaz de auxiliar na proposta de conjunto de recomendações destinados aos portais de periódicos quando forem criar e/ou atualizar seus documentos reguladores, com vistas a oferecer acesso às obras indexadas ao mesmo tempo em que oferecem proteção aos autores.

4.6 PROPOSTA DE CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES PARA DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES DE CIÊNCIA ABERTA E DIREITOS AUTORAIS DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS

Os portais de periódicos funcionam como instituições capazes de acolher e estabelecer critérios, características, elementos éticos e legais aos periódicos científicos que estão sob sua competência. Sendo assim, a presente proposta de conjunto de recomendações para elaboração e atualização de diretrizes contém aspectos éticos e legais que sustentem a ciência aberta, o acesso aberto e os direitos autorais, a serem seguidas pelas normativas dos portais de periódicos, em sua totalidade ou em partes e pelas universidades em grau de recomendação.

A proposta de conjunto de recomendações foi dividida em cinco partes relacionadas aos elementos fundamentais à comunicação científica, segundo a literatura; e, sua constância nas 30 diretrizes analisadas (Quadros 5 e 6), por entender que esses critérios devam estar presente nos documentos criados ou atualizados a partir do presente estudo. Cabe ressaltar que, alguns elementos podem constar em mais de uma parte, ficando também a critério do portal de periódicos a decisão quanto à forma de abordagem.

1. Parte introdutória da diretriz do portal ou da universidade:

Na parte inicial ou introdutória de uma diretriz/documento norteador do portal de periódicos deve ser apresentado o próprio portal e a universidade que se vincula, além de serem definidos elementos-chave relacionados aos objetivos e cobertura temática do Portal;

plataformas de editoração, como SEER; área(s) do conhecimento e demais especificidades dos periódicos indexados; definição do processo de avaliação adotado pelo portal; normas vigentes. Recomenda-se que essas informações estejam definidas na parte introdutória das diretrizes, pois serão capazes de definir procedimentos básicos dos portais de periódicos.

Objetivo e cobertura temática do portal de periódicos são elementos integrantes da parte introdutória do documento, por se relacionar com a missão e a área de abrangência do portal de periódicos, respectivamente. Os objetivos definidos nas diretrizes dizem respeito à essência dos portais de periódicos, como fornecer acesso aberto a obras produzidas pela comunidade acadêmica, sendo capaz de oferecer ampla visibilidade, acessibilidade, segurança, difusão dos resultados de pesquisa, qualificação dos periódicos, preservação da memória institucional, disseminação nacional e internacional das obras e, conseqüentemente, capaz de elevar a reputação da instituição junto à sociedade.

Os portais de periódicos precisam definir através de suas diretrizes as ferramentas que serão utilizadas no gerenciamento dos periódicos. Foi constatado que o sistema mais utilizado é o *software* Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP) do Canadá e customizado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por possuir como principal objetivo a organização da informação científica através do gerenciamento e automação do processo editorial de periódicos na busca pela melhoria da qualidade, sendo capaz de auxiliar no processo de editoração científica (IBICT, 2022).

Conforme supracitado, é importante que na parte inicial do documento norteador do portal de periódicos seja(m) informada(s) a(s) área(s) do conhecimento nas quais o portal aceita periódicos para indexar. Essa informação é relevante principalmente para novos periódicos que desejam solicitar ingresso ao portal, sendo também de grande valia para os usuários, pois poderão realizar pesquisas em portais que sejam vinculados às suas áreas de interesse.

O processo de avaliação adotado deve ser definido na diretriz do portal de periódicos, para que os editores científicos saibam quais procedimentos de avaliação e seleção os artigos serão submetidos, como por exemplo, revisão às cegas realizadas por pares (duplo ou triplo), devendo ser uma regra explícita, podendo essa regra ser definida pelo portal ou o próprio portal pode deixar a critério do periódico, sendo necessário que seja especificado no documento regulamentador. De acordo com Malički, Aalbersberg, Bouter e ter Riet (2019) também é necessário que seja informado o local onde serão depositadas as erratas, ou seja, os estudos alterados após publicação e as retratações, quando necessárias. A possibilidade de retratação em estudos tem sido cada vez mais discutida, pois se constitui como mecanismo indispensável

que busca evitar propagação de informações enganosas, descobertas posteriormente à publicação (SANTOS-D'AMORIM; CORREIA; MIRANDA; SANTA-CRUZ, 2021).

A diretriz deve divulgar normas já vigentes pelos portais, como o formato do *layout* que os periódicos devem seguir; as normas de citações e referências, que pode ser ABNT ou equivalentes internacionais utilizadas de apresentação dos artigos; além de exigir que os periódicos científicos informem em suas páginas eletrônicas o International Standard Serial Number (ISSN), número de oito dígitos utilizado internacionalmente para identificação única de periódicos científicos. Devendo informar sobre a presença dos periódicos nos indicadores nacionais e/ou internacionais onde estejam indexados e/ou avaliados.

Indica-se que na parte introdutória de uma diretriz de portal de periódicos conste pelo menos as informações definidas pelo presente modelo. Porém, por não se tratar de um modelo fechado, podem surgir novos itens, conforme a necessidade do portal ou da própria instituição.

2. Estrutura do Portal de Periódicos:

A estrutura do Portal de Periódicos diz respeito à estrutura que auxilia no funcionamento do portal, bem como do periódico científico. Devido sua relevância, até mesmo por definir a atuação dos grupos envolvido na gestão e operacionalização do portal, ela deve ser informada de maneira explícita no documento norteador. A estrutura do portal permite demonstrar as atribuições e competências de cada área do portal, auxiliando os periódicos indexados e os usuários do portal a saber a quem recorrer em casos necessários.

Devido sua complexidade, o Portal de Periódicos pode ser composto, quando for possível por, pelo menos, a seguinte estrutura: Comitê Gestor, Comitê Editorial, Suporte Técnico. Além disso, deve ser informada na diretriz reguladora as atribuições e competências de cada uma das unidades.

a) Comitê Gestor:

Órgão deliberativo responsável pela formulação de estratégias de crescimento e visibilidade do Portal de Periódicos, por meio da aprovação de diretrizes, normas e procedimentos. Constitui-se como última instância do portal, sendo autoridade máxima quando se trata de conteúdo, estrutura, funcionamento e organização do portal de periódicos.

Suas principais responsabilidades são:

- Alinhar o desenvolvimento do portal ao plano estratégico da universidade;
- Promover ampla divulgação do portal perante a universidade e a sociedade;
- Promover estrutura favorável aos periódicos indexados;

- Definir diretrizes sugerindo ações para sua adesão e aprimoramento;
- Estabelecer critérios de criação e permanência de periódicos no portal;
- Aprovar ou rejeitar propostas de inclusão ou exclusão de periódicos;
- Designar comissões, sempre que necessário;
- Buscar fontes de financiamento para manter o portal em pleno funcionamento;
- Definir calendários de reuniões e realizar convocações;
- Atuar como instância máxima no portal de periódicos;
- Emitir relatórios de métricas anuais e análises do portal e disponibilizá-los à comunidade.

Os membros que compõem esse comitê deverão ser selecionados entre os membros das pró-reitorias vinculadas, escolhidos e indicados por seus pares, com mandato de pelo menos um ano, permitida recondução. A lista dos membros deve ser encaminhada pelas unidades ao Comitê Gestor para homologação em reunião ordinária. O Comitê se reunirá pelo menos duas vezes ao ano para tratar de questões relacionadas ao pleno funcionamento do Portal.

b) Comitê Editorial:

Órgão consultivo responsável pela operacionalização do portal de periódicos. É responsável pela disseminação e acompanhamento do cumprimento das ações e diretrizes aprovadas pelo Comitê Gestor. Suas principais atividades estão relacionadas a:

- Propor ao Comitê Gestor implementação de diretrizes;
- Acompanhar e divulgar diretrizes aprovadas pelo Comitê Gestor;
- Propor ações aos periódicos que visem ao cumprimento de diretrizes aprovadas;
- Propor ações que visem à divulgação do portal de periódicos perante a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo;
- Garantir disseminação, acessibilidade, indexação e visibilidade dos periódicos científicos;
- Propor ações de melhoria aos periódicos científicos;
- Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos periódicos;
- Realizar análise e aprovação de inclusão e exclusão de periódicos e encaminhá-las ao Comitê Gestor para aprovação final;
- Promover orientações aos editores, por meio do planejamento de cursos de capacitação;
- Apoiar a incubadora de periódicos, quando existir;

- Assistir os editores quanto ao uso de ferramentas;
- Emitir relatórios anuais e análises dos periódicos e encaminhá-los ao Comitê Gestor.

Os membros do Comitê Editorial podem ser escolhidos entre os responsáveis pelos periódicos científicos. As reuniões do Comitê Editorial deverão acontecer sempre antes e após as reuniões do Comitê Gestor; antes para que sejam encaminhadas demandas e após para que sejam apresentadas as questões tratadas pelo Comitê Gestor. Portanto, o Comitê Editorial deverá se reunir pelo menos quatro vezes ao ano, conforme calendário de reuniões do Comitê Gestor.

c) Suporte Técnico:

O suporte técnico será prestado ao comitê gestor e ao comitê editorial, aos periódicos científicos indexados e aos usuários do portal, sempre que necessário. Sua principal responsabilidade é auxiliar no gerenciamento e divulgação dos periódicos à comunidade, entre elas:

- Assessorar o Comitê Gestor e o Editorial na infraestrutura para o funcionamento do portal;
- Criar *layout* padrão para o portal de periódicos e para os periódicos indexados;
- Realizar atualizações do portal e dos periódicos indexados;
- Garantir armazenamento, *backup* e segurança dos dados dos periódicos;
- Assessorar na migração para obras eletrônicas, sempre que necessário;
- Propor treinamentos e acompanhar a instalação e manutenção de *softwares*;
- Administrar acessos a *softwares*;
- Verificar permissões de uso;
- Incluir e excluir periódicos do portal, conforme aprovação do Comitê Gestor;
- Esclarecer dúvidas quanto à utilização de ferramentas, sempre que surgirem.

Os membros titular e suplente do suporte técnico deverão ser indicados e aprovados pelo Comitê Gestor a partir dos membros do setor de tecnologia da informação, ou setor equivalente da universidade.

As três divisões aqui indicadas — comitê gestor, comitê editorial, suporte técnico — são divisões mínimas necessárias para uma boa execução dos portais de periódicos, podendo surgir outras, conforme especificidade do portal ou da universidade a que se vincula.

3. Ciclo de vida dos periódicos científicos no Portal:

Para que o Portal de Periódicos indexe periódicos de qualidade, que ofereça segurança às publicações e cuja área de conhecimento esteja de acordo com as áreas aceitas pelo portal, é necessário que a política reguladora estabeleça cuidadosamente critérios para ingresso e permanência de periódicos. Para isso, a presente proposta define critérios mínimos que devem ser adotados pelas diretrizes dos portais de periódicos:

a) Critérios de ingresso:

Os critérios de ingresso de periódicos novos no Portal dizem respeito a regras que os periódicos devem cumprir para que o portal concorde em os indexar, devendo ser normas predefinidas estipuladas na diretriz do portal. Assim, periódicos que não alcançarem os critérios poderão ter suas candidaturas de ingresso negada pelo portal.

Para solicitar ingresso junto ao portal, os periódicos precisam providenciar as seguintes informações:

- Área de concentração do periódico;
- Objetivos do periódico;
- Informar o público-alvo do periódico;
- Manter periodicidade declarada;
- Informar número mínimo de artigos publicados por ano;
- Idiomas aceitos na submissão de trabalhos;
- Diretrizes de submissão dos trabalhos;
- Diretrizes de aceite dos trabalhos;
- Critérios de avaliação de trabalhos;
- Formas de apresentação dos trabalhos;
- Normas ABNT ou equivalentes internacionais aceitas em trabalhos;
- Possuir número de identificação única (ISSN);
- Informar o Digital Object Identifier (DOI), quando os artigos possuírem;
- Informar a política editorial;
- Política de ciência aberta;
- Política de acesso aberto;
- Política de direitos autorais;
- Indicar uso de contrato de cessão de direitos autorais;
- Indicação do tipo de licença de uso;

- Política de ética;
- Cronograma de implementação;
- Previsão orçamentária;
- Dispor de editor responsável pelo periódico;
- Informar comissão editorial.

É importante que o portal indique em sua diretriz quais os critérios exigidos para que os periódicos sejam aceitos, o fluxo de aprovação de novas revistas e o órgão responsável pela análise e aprovação. É relevante que o portal de periódicos evite concorrência desnecessária entre revistas da mesma área, devendo o aceite ou recusa do periódico ser um processo transparente por parte do portal.

As informações aqui presentes são vistas, pela seguinte proposta, como informações mínimas necessárias para que os periódicos submetam sua intenção de ingresso junto ao portal, podendo os próprios portais definirem outras, conforme suas especificidades. Em posse dessas informações, os portais de periódicos estarão aptos a analisarem e aceitarem, ou não, a entrada de novos periódicos.

b) Critérios de permanência:

Os critérios de permanência que os periódicos precisam alcançar para continuarem ativos nos portais de periódicos precisam minimamente atender:

- Manter ativos os critérios que possibilitaram sua entrada no portal;
- Manter pontualidade nas publicações;
- Manter atualizados os dados dos periódicos;
- Seguir políticas criadas pelos portais que o indexam.

Caso as diretrizes dos portais de periódicos sofram alterações deverá ser estipulado prazo para que os periódicos se adequem às novas regras, sendo necessário constar de maneira explícita este prazo no documento aprovado pelo Portal de Periódicos.

A partir dos critérios de inclusão e permanência definidos pelo portal, os periódicos que não seguirem poderão ser descontinuados ou excluídos do portal.

Uma possibilidade seria o portal de periódicos possuir uma incubadora de periódicos vinculada à sua estrutura. A incubadora funciona como um espaço responsável por estimular a construção, crescimento, fortalecimento e recuperação de periódicos. Farão parte da incubadora periódicos criados a menos de dois anos, porém que cumpram requisitos de ingresso no portal e periódicos anteriormente aceitos que passaram a não cumprir os critérios. Essa prática é

adotada por alguns portais, como por exemplo o portal vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que o denomina como espaço pré-portal, e ao portal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assim, se propõe nesse modelo que essa boa prática seja adotada por demais portais de periódicos.

As diretrizes dos portais de periódicos podem apresentar critérios diversos, conforme natureza específica de cada portal ou instituição a que se vincula.

4. Elementos Éticos e Legais do Portal de Periódicos:

Os elementos éticos e legais devem constar nas diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos, e constituem-se em elementos-chave para sustentar a ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais.

As Diretrizes TOP destinadas à disseminação aberta e transparente de informações científicas, devido sua relevância para a reprodutibilidade da pesquisa, foram distribuídas nas políticas propostas. Da mesma forma, os tópicos propostos por Malički, Aalbersberg, Bouter e ter Riet (2019) determinados a partir da análise de uma amostra representativa de revistas científicas que indicam instruções aos autores sobre transparência e integridade de pesquisa. Sendo assim, a presente proposta indica conter nas diretrizes dos portais de periódicos ao menos os seguintes elementos:

a) Política de ciência aberta:

O presente modelo propõe que seja inserida nas diretrizes dos periódicos menção à ciência aberta, bem como, as formas de disponibilização da informação científica através do ambiente digital. Sendo assim, indica-se que os portais atualizem seus documentos com o intuito de informar aos editores e autores a importância da adoção das práticas de ciência aberta. Sendo elas:

- Condições de aceitação de trabalhos;
- Condições de aceitação de trabalhos depositados previamente em repositórios *preprints*;
- Local onde os trabalhos poderão ser autoarquivados, quando o portal ou universidade possuir;
- Local onde os dados e metadados poderão ser depositados, denominado por onde, segundo Malički, Aalbersberg, Bouter e ter Riet (2019) como ‘compartilhamento de dados’;

- Diretrizes sobre gerenciamento de dados científicos;
- Plano de gestão de dados;
- Disponibilização de projetos como forma de divulgação da pesquisa e maximização da transparência, proposta pelas Diretrizes TOP (OSF/COS, 2018);
- Pré-registro de estudos, também proposta pelas Diretrizes TOP, como forma de tornar a pesquisa mais viável, mesmo que a pesquisa não seja publicada, como forma de aumentar a probabilidade de descoberta da pesquisa não divulgada (OSF/COS, 2018);
- Pré-registro de planos de análise, em substituição ao pré-registro de estudo, também como forma de tornar a pesquisa mais viável (OSF/COS, 2018);
- Possibilidade de reuso e reprodutibilidade de informações, como forma de confirmar a pesquisa científica e ao mesmo tempo disseminá-la na sociedade (OSF/COS, 2018).

Por se tratar de uma temática relativamente nova, menos de 10% dos documentos analisadas tratam especificamente sobre a temática ciência aberta. Se considerarmos sua relevância, principalmente quando se trata de obras disponíveis a terceiros abertamente no ambiente digital, esse número é bastante baixo. Sendo assim, indicamos que os portais de periódicos façam adesão ao movimento de ciência aberta e que explorem suas práticas.

b) Política de acesso aberto:

A política de acesso aberto do portal deve buscar fornecer acesso aberto, amplo, irrestrito, gratuito a textos completos produzidos pela comunidade acadêmica, com intuito de potencializar o intercâmbio de informações, tanto nacional quanto internacionalmente, e aumentar a visibilidade da pesquisa e da própria universidade a que se vincula. Porém, existe a possibilidade de os portais de periódicos hospedarem periódicos com acesso pago e/ou com alguns tipos de restrições, tais como periódicos vinculados à indústria farmacêutica, sendo hospedados por plataformas como a Web of Science e igualmente presentes nos portais de periódicos vinculados a universidades.

As diretrizes precisam fazer menção que o portal de periódicos busca a livre disponibilização a qualquer interessado de textos completos produzidos no âmbito da universidade. Sendo assim, deve relacionar os pressupostos que fundamentam o portal de periódicos:

- Conhecimento é visto como bem público, devendo estar acessível a toda sociedade

de forma aberta e gratuita;

- O acesso aberto possibilita aumento da visibilidade e credibilidade da instituição;
- O acesso aberto é capaz de promover o debate científico e o intercâmbio de informações;
- O depósito das obras em repositórios abertos auxilia na preservação da memória institucional;
- A maior visibilidade das obras favorece a preservação dos direitos autorais;
- A transparência de dados, métodos e materiais de pesquisa definidos pelas Diretrizes TOP, em que se propõe a disponibilização aberta para fins de reprodução ou replicação dos trabalhos (OSF/COS, 2018).

Devendo esses elementos serem seguidos pelos periódicos sob jurisdição do portal acompanhar os pressupostos mínimos apresentados por esse modelo de diretrizes, mesmo esse não se constituindo como um modelo fechado, por existir possibilidade de os portais de periódicos incluírem pressupostos diversos, conforme especificidade do portal ou da universidade a que está vinculado.

c) Política de direito autoral:

As diretrizes dos portais de periódicos devem mencionar que reconhecem e respeitam os direitos autorais de maneira explícita, para caso necessário, cobrar ações dos periódicos nesse sentido.

Os portais de periódicos precisam levar em consideração a proteção oferecida pela Lei de Direitos Autorais e se posicionar quanto:

- Opções de licenças Creative Commons recomendadas;
- Informação quanto ao período de embargo, se tiver;
- Plágio, devendo o portal mencionar as atribuições dos editores, as ações que visam proteger os autores e o *software* especializado utilizado, quando for o caso;
- Menção quanto à cobrança de taxas. Caso sejam cobradas taxas, devem ser informadas em quais atividades especificamente elas serão cobradas;
- Definição de padrões de citação. Segundo as Diretrizes TOP todos os dados provenientes de pesquisas precisam ser devidamente citados e referenciados ao final do texto (OSF/COS, 2018);
- Declaração de conflito de interesses, onde, segundo Malički, Aalbersberg, Bouter e ter Riet (2019), os autores precisam declarar dados de financiamento, financeiros ou

subsídios.

Cabe ressaltar que os termos de direito autoral não podem contradizer aos termos das licenças de uso adotadas, devendo estar claramente definidos nas diretrizes/documentos norteadores do portal de periódicos.

Furnival, Almeida e Silva (2015) e Pimenta, Silva e Guimarães (2016) indicam a necessidade de reconhecimento e transparência quanto às questões vinculadas aos direitos dos autores, corroborando a relevância da proposição dessa categoria.

d) Ética na comunicação científica:

A questão ética deve constar nas diretrizes emitidas pelos portais de periódicos ou órgãos diversos da universidade a que se vincula, tendo em vista que são pontos que devem ser levados em consideração pelos editores ao aceitarem obras para serem publicadas pelos periódicos científicos. Assim, devem ser observados os seguintes aspectos:

- Definição de padrões éticos, de acordo com a ANPAD (2017) e com Malički, Aalbersberg, Bouter e ter Riet (2019) existe a necessidade de verificar se Comissão de Ética em Publicação (COPE), ou similares, foi mencionada ou recomendada aos autores;
- Ética na pesquisa e sua relação com os Comitês de Ética existentes;
- Ética na publicação e sua relação direta com a autoria das obras, ordem etc.;
- Códigos de ética deontológicos, para profissões que possuem.

A questão ética é um elemento fundamental que deve ser claramente definido pelas diretrizes dos portais de periódicos, por ser capaz de atuar em impasses relacionados a conflitos de interesses; disputas de autoria; entre outros.

e) Elementos técnicos administrativos:

Os documentos dos portais devem abordar acerca dos elementos localizados na literatura, denominados como ‘elementos técnicos administrativos’, devido sua relevância, sendo eles:

- Digital Object Identifier (DOI), por se tratar da identificação única do periódico, essa informação precisa estar explícita;
- Transparência na comunicação científica;
- Periodicidade, devendo ser estipulada e cumprida pelos periódicos científicos;
- Revisão por pares, podendo ser duplo ou triplo cega ou outra modalidade, devendo

o portal de periódicos definir quais tipos de revisão aceita que os periódicos realizem;

- Taxas de processamento de artigos (APCs), deve ser definido pelo portal os critérios de aceite, ou não, de cobrança de taxas;
- Tratamento dos dados e metadados, para fins de recuperação da informação científica.
- Política de proteção de dados, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as demais regras previstas pela instituição a que se vincula (BRASIL, 2018).

As diretrizes/documentos norteadores emitidos pelos portais de periódicos devem ser capazes de abordar os temas aqui propostos, além de definir limitações de estudo, se manifestarem em relação ao aceite e publicação de estudos com resultados nulos e quanto às ações éticas adotadas pelo portal.

Os elementos propostos se referem a um rol exemplificativo, podendo surgir outros, ou não serem considerados em sua totalidade, conforme especificidades dos portais, como por exemplo: cabe aos portais de periódicos a decisão de indexar periódicos que não sejam de acesso aberto, caso assim desejem.

5. Princípios ético-legais dos Portais de Periódicos:

Considerando o movimento de ciência aberta e suas práticas; a necessidade de acesso da informação científica; a importância do ambiente digital como meio propagador da comunicação científica; a necessidade de constante otimização dos portais de periódicos na busca pela disseminação aberta e gratuita da informação, surgiram mecanismos capazes de auxiliar na regulamentação, mesmo que indiretamente, da comunicação científica no ambiente digital.

As diretrizes aqui propostas estão pensadas para auxiliar os portais de periódicos a criarem documentos que colaborem com a divulgação da comunicação científica e ao mesmo tempo que forneçam orientações gerais aos periódicos indexados.

Os ‘princípios éticos e legais dos portais de periódicos’ se basearão em elementos éticos e legais fundamentais e nos demais elementos relacionados à comunicação científica, tendo sido apresentados no referencial teórico e buscados nas 30 diretrizes analisadas.

Os elementos éticos e legais se relacionam com a postura que se espera que os indivíduos possuam no manejo da informação científica, sendo fundamentais à comunicação científica e indicados que estejam presentes nas diretrizes dos portais de periódicos, sendo eles:

atribuição de autoria; direito autoral; licenças Creative Commons; ética na comunicação científica; ciência aberta; acesso aberto.

A **atribuição de autoria** se relaciona ao uso ético e legal da informação científica, devendo ser reconhecidas como autores as pessoas que participaram de maneira substancial do planejamento, concepção, análise dos dados ou nas demais fases da pesquisa. Nesse sentido, o artigo 15 § 1º da Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998) expõe: “Não se considera co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra”. A atribuição de autoria enfrenta diversos desafios relacionados à própria autoria, principalmente quando se trata de obras coletivas, mesmo a LDA assegurando os direitos individuais em obras coletivas (BRASIL, 1998); a honestidade acadêmica, relativo ao uso de obras por terceiros; aos direitos autorais, onde os autores indicados como criadores estão devidamente protegidos pela lei (FERNANDES; FERNANDES; GOLDIM, 2008).

O **direito autoral** considerado como elemento fundamental, por regulamentar os direitos pertencentes aos autores de obras científicas, artísticas ou literárias, possuem natureza dúplice, pois decorre dois tipos de direitos: os morais e os patrimoniais. Os direitos morais buscam proteger o vínculo entre autor e obra, estando diretamente relacionado à autoria. E, os direitos patrimoniais se vinculam à exploração econômica da obra pelos autores, segundo art. 41 da LDA (BRASIL, 1998) esses direitos “perduram por 70 anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento” (ALGARVE, 2018).

Outro elemento associado ao uso ético e legal da informação que é indicado que seja considerado nas diretrizes são as **licenças Creative Commons**, por permitirem que os autores compartilhem uns direitos e reservem outros, sendo fundamentais à comunicação científica. As licenças Creative Commons atuam na interseção entre a disponibilização da obra ao público e a preservação dos direitos autorais, concedendo maior flexibilidade às obras sob seis diferentes possibilidades de cadastro, a critério do autor (CREATIVE COMMONS, 2022).

A **ética na comunicação científica**, também considerada um elemento fundamental na presente pesquisa, deve ser observada pelos portais de periódicos em seus documentos por possuir relação direta com a ética na pesquisa que se trata de ações éticas que vão desde a escolha do tema até a divulgação dos resultados pelos autores, e utilização da informação por terceiros; com a ética na publicação científica e sua relação com a autoria; e, com os códigos de ética deontológicos, ou seja, com os códigos de éticas de diferentes profissões, como: código deontológico dos médicos, farmacêuticos, advogados, entre outros, que promovem orientações aos exercícios das atividades de diferentes profissões. Assim, se indica que as diretrizes dos portais ofereçam orientações as questões éticas e os códigos deontológicos as áreas que os

possuem, por se tratar de conjunto de regras preestabelecidas que devem ser seguidas pelos profissionais de determinadas áreas (FERNANDES; FERNANDES; GOLDIM, 2008).

O movimento de **ciência aberta** em conjunto com as facilidades do ambiente digital foi capaz de alterar a comunicação científica como um todo. Nos elementos fundamentais colaborou com novas formas de autoria, possibilitando obras com autoria colaborativa; afetou o direito autoral por buscar, entre outras coisas, que a informação tenha maior alcance, necessitando de diferentes mecanismos de proteção capazes de abarcar o alcance da comunicação; colaborou com o surgimento e fortalecimento das licenças Creative Commons; da ética na pesquisa; da revisão por pares, por proporcionar novas formas de avaliação da produção científica, tendo impactado diretamente na qualidade das publicações. Além disso, a ciência aberta promove diversas práticas, dentre elas, o acesso aberto.

O **acesso aberto** também faz parte do nosso rol de elementos éticos e legais fundamentais à comunicação científica, por buscar a disponibilização on-line e gratuita a qualquer interessado dos resultados de pesquisas científicas, com ou sem revisão por pares. Sendo concretizado através de duas principais vias: verde: disponibilização de estudos em repositórios abertos, revisados ou não; dourada: publicação dos artigos em periódicos de acesso aberto (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015). Assim, se constitui como elemento necessário nas diretrizes dos portais de periódicos.

O Quadro 7 apresenta de maneira resumida o conjunto de recomendações do que deve constar em cada parte das diretrizes/documentos norteadores dos portais de periódicos.

Quadro 7 – Resumo conjunto de recomendações

Introdução das diretrizes	Apresentação do portal e da universidade que está vinculado; definição dos elementos-chave vinculados aos objetivos e cobertura temática do Portal; ferramentas que serão utilizadas no gerenciamento dos periódicos indexados; área(s) do conhecimento e demais especificidades dos periódicos; definição do processo de avaliação adotado pelo portal; informação quanto as normas vigentes.
Estrutura do Portal de Periódicos	Indica-se que os portais de periódicos sejam compostos, quando for possível por, pelo menos, a seguinte estrutura: Comitê Gestor, Comitê Editorial, Suporte Técnico. Também que sejam informadas as atribuições e competências de cada uma das unidades.
Ciclo de vida dos periódicos científicos no Portal	Indica-se que sejam preestabelecidos pelos portais de periódicos critérios para ingresso e permanência de periódicos, sendo devidamente informados em suas diretrizes.

Elementos Éticos e Legais do Portal de Periódicos	Recomenda-se que nas diretrizes dos portais de periódicos sejam informadas: política de ciência aberta; política de acesso aberto; política de direito autoral; ética na comunicação científica; elementos técnicos administrativos, estando esses vinculados ao DOI, à transparência, à periodicidade, a APCs ou taxas cobradas.
Princípios ético-legais dos Portais de Periódicos	Esses princípios estão baseados em elementos éticos e legais fundamentais e nos demais elementos relacionados à comunicação científica, sendo eles: atribuição de autoria; direito autoral; licenças Creative Commons; ética na comunicação científica; ciência aberta; acesso aberto.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os critérios apresentados a seguir se relacionam com a comunicação científica, mais especificamente com os periódicos científicos, igualmente indicados que sejam observados pelas diretrizes dos portais de periódicos, sendo os seguintes elementos: Digital Object Identifier (DOI); transparência na comunicação científica; periodicidade; revisão por pares; taxas de processamento de artigos (APCs); tratamento de dados e metadados científicos.

O **Digital Object Identifier (DOI)** se constitui como um padrão de números e letras capaz de identificar publicações científicas de forma única no ambiente digital ou fora dele, sendo mais comum sua utilização virtual. O DOI concede às publicações científicas singularidade e aos periódicos confere agilidade e facilidade na localização dos artigos disponibilizados (WEBER, 2012). Assim, por criar mecanismos que facilitem o fluxo da comunicação científica, bem como segurança às obras, o DOI foi considerado um elemento vinculado à comunicação científica e indicado que seja levado em consideração nas diretrizes dos portais de periódicos.

A **transparência na comunicação científica** segue critérios estabelecidos pelo Committee on Publication Ethics (COPE), em conjunto com o Directory of Open Access Journals (DOAJ), a Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA) e a World Association of Medical Editors (WAME), a partir dos quais se destacam os seguintes parâmetros: a) ética na publicação: devendo os periódicos criarem mecanismos que reforcem a necessidade de condutas éticas; b) política de acesso: periódicos são responsáveis por informar se o acesso às publicações é aberto ou se está sujeito a cobranças; c) direitos de autoria e licenciamento: necessária a definição e elaboração de instruções aos autores. De maneira geral, a transparência na comunicação científica diz respeito à conduta dos periódicos científicos e à instituição de regras explícitas, de modo a facilitar seu acesso (COSTA, 2022).

A **periodicidade** dos periódicos científicos se refere ao intervalo de tempo que os

fascículos são publicados, estando relacionado à credibilidade e à transparência dos periódicos perante os usuários e o portal de periódicos. A SciELO apresenta orientações, separadas por áreas do conhecimento, relativa à periodicidade mínima e desejada que os periódicos precisam divulgar seus números e ao fluxo contínuo. Uma vez definida a periodicidade da publicação, os periódicos precisam manter a regularidade, sem sofrer atrasos, sob pena de responsabilização (SCIELO, 2022). Indicamos que esse elemento esteja presente nos documentos norteadores dos portais de periódicos.

O processo de **revisão por pares** se trata da avaliação da produção científica por especialistas nas áreas, se caracteriza como importante ferramenta de controle de qualidade associada ao uso ético e legal da informação. Esse tipo de revisão tem aumentado em decorrência do movimento de ciência aberta e sua adoção pelos periódicos científicos, por contribuir com a qualidade das pesquisas. De acordo com Foster (2021), dentre as práticas de ciência aberta está a revisão por pares aberta. De acordo com Nassi-Calò (2015, p. 1), a revisão por pares se caracteriza como “a etapa mais importante do processo de publicação de resultados” por ser capaz de conferir qualidade e confiabilidade à comunicação científica. Portanto, se orienta que esse elemento esteja presente nas diretrizes dos portais de periódicos, e que seja informado qual tipo de revisão por pares é indicada pelo portal, usualmente podendo variar entre revisão por pares simples, duplo ou triplo cega.

As **taxas de processamento de artigos (APCs)** dizem respeito aos custos relativos às publicações científicas, comumente repassados aos autores. Em decorrência do ambiente digital e do acesso aberto à informação científica, as APCs se tornaram a principal receita dos periódicos, em que geralmente são taxas pagas após o aceite e antes da publicação dos artigos, porém, o periódico pode definir o momento da cobrança (PRÍNCIPE, 2019). A disponibilização aberta da informação e a cobrança de taxas de processamento por periódicos científicos não são excludentes, sendo permitido que periódicos científicos atuem das duas formas. As cobranças relativas às publicações devem ser informadas previamente. De toda forma, cabe ao portal de periódicos definir em seus documentos norteadores se aceita indexar periódicos que cobrem taxas relativas às publicações, o Portal de Periódicos da UFRPE (2016, p. 4) não indexa periódicos que repassem taxas aos autores e expõe em sua política que “não será permitida a cobrança de valores para quaisquer atividades da revista, ou seja: submissão, avaliação, gerenciamento e acesso”.

O **tratamento dos dados e metadados**, bem como sua disponibilização correta, é capaz de auxiliar na preservação e recuperação da informação dos dados de pesquisas científicas, sendo um importante elemento vinculado à comunicação científica. Existem outros tipos de

metadados relacionados às pesquisas, como aqueles decorrentes do preenchimento de informações de cadastros. Assim, indica-se que os portais de periódicos elaborem estratégias para promover a segurança dos dados científicos, assim como a interoperabilidade dos metadados, para fins de recuperação da informação.

As diretrizes apresentadas sugerem os principais critérios a serem adotados e adaptados à realidade dos portais de periódicos de acordo com tipo, característica e contexto institucional com base nos elementos éticos e legais fundamentais à comunicação científica. Não sendo um modelo fechado, dessa forma mais informações podem ser incluídas e exploradas, conforme necessidade específica do portal de periódico e da instituição a qual se vincula.

As diretrizes propostas se destinam diretamente aos portais de periódicos quando criarem ou atualizarem seus documentos reguladores relativos à comunicação científica, devendo também ser levado em consideração políticas institucionais. Além disso, recomenda-se que as instituições possuam políticas que apoiem a adoção de princípios éticos e legais e que as mantenham atualizadas. Sendo assim, as diretrizes aqui apresentadas podem servir como recomendação de quais elementos devem constar nas políticas institucionais.

Importante que as diretrizes aprovadas pelos portais sejam capazes de fornecer informações padronizadas, de fácil entendimento e localização, buscando garantir controle, segurança e preservação digital da produção científica gerada pela comunidade acadêmica, podendo se basear em regras nacionais e internacionais vinculadas à atribuição de autoria e aos detentores da titularidade dos direitos autorais.

As diretrizes propostas estão pensadas para auxiliar os portais de periódicos, tendo em vista que apenas em torno de 34%, do total de 89 portais, possuem documentos norteadores aprovadas até agosto de 2022. Desse modo, propomos que as diretrizes criadas ou atualizadas a partir da presente data estejam em consonância com o conjunto de recomendações para diretrizes/documentos norteadores de ciência aberta e direitos autorais dos portais de periódicos e baseadas em políticas institucionais, tendo em vista suas possíveis particularidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou investigar e analisar as diretrizes de ciência aberta e direitos autorais aprovadas por portais de periódicos ou por universidades vinculadas a eles, a partir da proposição de elementos inerentes à comunicação científica localizados na literatura, para verificar se as ações dos portais convergem para estimular o uso ético e legal de sua produção científica. Acredita-se que o objetivo foi alcançado, pois foram apontados elementos presentes na literatura, bem como foi analisada a presença de tais elementos nas diretrizes localizadas.

Inicialmente foram analisados os 89 portais de periódicos com intuito de localizar diretrizes, instruções normativas, políticas ou quaisquer documentos norteadores que forneçam normas ou indicações relativas à ciência aberta, acesso aberto e/ou direitos autorais aos periódicos científicos que estão sob sua jurisdição.

Como resultado, foram localizados 30 documentos norteadores, capazes de fornecer instruções aos periódicos científicos. Os documentos foram analisados minuciosamente com base nos elementos éticos e legais fundamentais à comunicação científica, propostos na pesquisa, e serviram de substrato para formulação da proposta de conjunto de recomendações para elaboração e/ou atualização de diretrizes sobre ciência aberta e direitos autorais.

Desde o início da pesquisa, um dos principais desafios foi a localização de documentos norteadores dos portais de periódicos, tendo em vista que grande parte dos portais não disponibilizam os documentos em suas páginas eletrônicas, ficando condicionado ao envio via correio eletrônico.

Alguns documentos norteadores localizados apresentaram pontos fortes que foram utilizados de base para o conjunto de recomendações. Além disso, a análise nos possibilitou compreensão das principais carências apresentadas pelos portais. Assim, as recomendações aqui sugeridas serão capazes de colaborar com informações para criação ou atualização de documentos existentes na busca pela disseminação e uso da informação seguindo preceitos éticos e legais aos portais de periódicos e às instituições em nível de recomendação.

O cenário atual nos possibilitou concluir que grande parte dos portais de periódicos (59) não possuem diretrizes preestabelecidas que forneçam instruções destinadas aos periódicos indexados, deixando à incumbência do periódico científico a adequação as normas existentes, como ABNT 6021:2015, ABNT NBR 6028:2021 ou equivalentes internacionais, que, em suma, definem regras aos periódicos científicos.

Por serem, de certa forma, temas atuais para os portais de periódicos, porém, totalmente relevantes quando se trata de disponibilização da informação aberta e gratuita no ambiente

digital, alguns portais de periódicos estão se adequando e produzindo normas atualizadas, como os portais vinculados à UFES e à UNIFESP que aprovaram suas políticas no ano de 2022; já os portais vinculados às universidades UFF, UFMG, UFPE, UFRN e UNEMAT tiveram seus documentos norteadores aprovados no ano de 2021.

Em relação aos documentos aprovados em 2021, destacam-se: a resolução aprovada pela UFMG, que busca melhorar a visibilidade e a qualidade das publicações indexadas em seu Portal; o guia emitido pela UFPE, que menciona que o periódico deve informar detalhadamente as permissões dos leitores, dos autores e das revistas e instrui como deve ser escolhida a licença adequada para determinado tipo de obra; e, por fim, o documento do portal vinculado à UNEMAT que busca estabelecer os processos de internacionalização dos periódicos indexados.

Outros 14 portais de periódicos, dos 59 que não possuem diretrizes definidas, informaram que estão em fase de elaboração ou aprovação de seus documentos reguladores, até a data de corte, agosto de 2022, estando vinculados às universidades FURB, UDESC, UEG, UEL, UEM, UFAL, UFBA, UFGD, UFPB, UFRRJ, UFS, UFSCAR, UFU, UFV. Essa informação mais uma vez corrobora o entendimento de que as temáticas estão cada vez mais sendo levadas em consideração pelos portais de periódicos, devido sua relevância, entre outras questões, para a disseminação aberta e protegida da informação científica.

Uma grande conquista para a pesquisa foi a localização de boas práticas disponibilizadas por meio da literatura e apresentadas na subseção 4.1.1 da presente pesquisa, por serem capazes de evidenciar bons exemplos que incentivam à divulgação aberta e protegida de obras e aproximá-las à nossa realidade. Como o projeto PASTEUR4OA, por apoiar o acesso aberto como uma prática científica e propor que universidades criem suas próprias diretrizes voltadas à promoção do acesso aberto (TSOUKALA; ANGELAKI, 2015). Nessa mesma linha, as diretrizes MedOANet, que buscam fortalecer o acesso aberto por meio do desenvolvimento de políticas, inicialmente voltadas aos países do Mediterrâneo, tendo recebido posterior reconhecimento mundial (DIRETRIZES MEDOANET, 2013).

O Programa Horizonte 2020 e as Diretrizes para Promoção da Transparência e Abertura nas Políticas e Práticas de Periódicos (Diretrizes TOP), também foram consideradas como boas práticas, pelo fato de o Programa propor a disponibilização aberta de publicações científicas geradas a partir de verbas públicas, por acreditar que o investimento público precisa retornar à sociedade; e, das Diretrizes TOP buscarem o aumento da transparência das publicações científicas, ao definir oito critérios que devem ser adotados pelos periódicos científicos (FOSTER, 2014) (OSF/COS, 2018).

A partir de diversas frentes, como a análise das boas práticas localizadas na literatura e

da análise das diretrizes dos portais de periódicos, concluiu-se que a adesão ao movimento de ciência aberta é uma tendência incentivada por diferentes práticas, como o projeto UNESCO, que busca a disseminação do conhecimento sem barreiras, como forma de não deixar ninguém para trás, pois acredita que o acesso à ciência é parte integrante do progresso científico (UNESCO, 2021). E, a iniciativa DOAJ que apoia a visibilidade e acessibilidade de periódicos através de sua disponibilização aberta no ambiente digital, seguindo preceitos éticos e respeitando os direitos pertencentes aos autores ou titulares de obras (DOAJ, 2022).

Os dados coletados, descritos no plano de gestão de dados, e as investigações realizadas serviram como base no entendimento das carências apresentadas pelos portais de periódicos e como atuam na proteção aos direitos dos autores frente à ciência aberta; se pertencem à modalidade de acesso aberto; e, se utilizam e disseminam licenças de uso, cuja finalidade principal é facilitar o compartilhamento das obras no ambiente digital.

A forma como a comunicação científica está cada vez mais disponível, principalmente em decorrência do ambiente digital, da abertura da informação científica, da disponibilização de dados e metadados de pesquisas e de todas as facilidades advindas por intermédio do meio digital, necessitam de regulamentações mais claras. Nessa perspectiva, foi criado o conjunto de recomendações, com intuito de facilitar a criação ou atualização das diretrizes dos portais de periódicos, sendo essa a principal contribuição da pesquisa aos portais de periódicos e, conseqüentemente, aos periódicos científicos.

Desse modo, as recomendações serão capazes de auxiliar os editores científicos no processo editorial, também os portais de periódicos com informações relevantes do que deve conter em suas diretrizes ou quaisquer tipos de documentos norteadores para serem capazes de fornecer informações claras e relevantes aos periódicos que indexam e poderão servir às instituições como aconselhamento contendo informações relevantes para políticas diversas.

O estudo se baseou em diferentes matérias: na literatura; nas boas práticas encontradas na literatura; na mineração de dados executada nos artigos localizados; na identificação e análise das diretrizes/documentos norteadores localizados; na caracterização dos conteúdos localizados; assim como na categorização dos elementos presentes nas diretrizes localizadas; além de se basear no entendimento dos responsáveis pelos portais sobre os temas correlatos à tese, através das respostas recebidas na ferramenta de avaliação; na revisão sistemática elaborada; entre outros. Com base nessas matérias, foi proposto um conjunto de recomendações para elaboração ou atualização de diretrizes sobre ciência aberta e direitos autorais.

Até a data de corte desta pesquisa — agosto de 2022 —, cerca de 15% do total de portais de periódicos analisados estava em fase de construção ou aprovação de suas diretrizes,

demonstrando que os portais entendem a necessidade de regulamentação na busca pela ampla disseminação da informação científica, seguindo preceitos éticos e legais.

As diretrizes serão capazes de servir como guia de recomendações para elaboração de diretrizes e como ferramenta (*checklist*) para analisar se foram atendidos preceitos éticos e legais na disseminação da informação científica destinadas aos portais de periódicos e às instituições como recomendações. Dessa forma, finaliza-se a pesquisa com a indicação que as diretrizes dos portais de periódicos sejam atualizadas sob duas perspectivas: periodicamente, a critério do portal de periódicos e/ou universidade; e que sejam obrigatoriamente atualizadas sempre que houver alteração na Lei de Direitos Autorais, por estarem diretamente vinculadas a ela.

A proposta de um conjunto de recomendações para diretrizes de portais de periódicos científicos de universidades brasileiras foi possibilitada por diversas frentes, dentre elas, a localização e análise de 30 documentos aprovados por portais de periódicos, provenientes da amostra de 89 portais vinculados a universidades.

Quando a pesquisa foi iniciada, acreditava-se que o número de diretrizes aprovadas destinadas a editores científicos seria maior, devido sua relevância para a promoção da produção científica. Entretanto, o número de políticas reduzida demonstra que as temáticas são pouco abordadas pelos portais, porém, apesar de não ter impossibilitado a realização da pesquisa esse foi o maior desafio encontrado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Morgana Ramos. **Conhecendo a Lei de Direitos Autorais (LDA)**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, Núcleo de Tecnologias Educacionais, 2021.

ALENCAR, Bárbara Neves; BARBOSA, Marcia Cristina. Diretrizes para celebrar acordos Read and Publish no Brasil a partir da análise dos acordos transformativos da Alemanha e Colômbia. **TransInformação**, Campinas, v. 34, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202234e220020>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALGARVE, Luís Marcelo. Direitos Autorais e Ghostwriter. **O caso “O Doce Veneno do Escorpião” à luz das doutrinas do Droit d’Auteur e do Copyright**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **RAC**, v. 11, n. 3, p. 105-125, jul./set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/CsKRY4pM5sfSD59wbWdfnCB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2022.

ALVES, Ana Paula Menezes. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico. 2016. 291 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143419/alves_apm_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 17 mar. 2022.

ALVES, Ana Paula Menezes; CASARIN, Helen de Castro Silva; FERNANDÉZ-MOLINA, Juan-Carlos. Uso ético da informação e combate ao plágio: olhares para as bibliotecas universitárias brasileiras. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 115-130, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/27444>. Acesso em: 2 set. 2019.

AMARAL, Fernanda Vasconcelos; JULIANI, Jordan Paulesky. Diálogo entre comunicação e divulgação científica: reflexões para o desenvolvimento de habilidades em competência crítica da informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. 01, p. 06-18, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146055>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AMELICA CONOCIMIENTO ABIERTO. **Declaración de apoyo a las Recomendaciones sobre Ciencia Abierta de la UNESCO**. Latindex, Redalyc-AmeliCA, CLACSO, LA Referencia, fev., 2022. Disponível em: <http://ameliCA.org/index.php/2022/02/02/declaracion-de-apoyo-a-las-recomendaciones-sobre-ciencia-abierta-de-la-unesco/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS (AASL). **Information Power: context partnerships for learning prepared by the American Association of School Librarians [and] Association for Education Communications and Technology**. Chicago and London: ALA, 1998. p. 8-9.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Objectives for information literacy instruction**: a model statement for academic librarians. ACRL, 2001. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/objectivesinformation>. Acesso em: 21 abr. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Washington, D.C.: ALA. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ANPAD. **Boas práticas da publicação científica**: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://inpeau.paginas.ufsc.br/files/2013/01/manual_boas_praticas_anpad.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

ANTUNES, Maria da Luz. **Glossário de ciência aberta**. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 2016. Disponível em: <https://arquivo.pt/wayback/20181026222722/http://www.ciencia-aberta.pt/glossario>. Acesso em: 19 out. 2022.

ARIENTE, Eduardo Altomare. Open access policies to scientific papers: Public interest and copyright. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 143-170, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85026231939&doi=10.5102%2frbpb.v7i1.4328&partnerID=40&md5=1e361e7a31d7111325964800f22a2ae7>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito autoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

ASSIS, Taina Batista. Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. Esp., p. 212-227, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40587>. Acesso em: 22 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BARACAT, Alyssa Cecilia; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Proteção do conhecimento e Movimento Open Access: discussões no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 348-364, set. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93442>. Acesso em: 22 out. 2021.

BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; SANTOS, Jaires Oliveira; SANTOS, Bruno Almeida dos. Disseminação da produção científica em ciência da informação: análise do conhecimento gerado a partir das pesquisas realizadas pelos mestrados do PPGCI. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81237>. Acesso em: 9 maio 2022.

BARROSO, Pedro Augusto de Lima; SALES, Igor Vinícius Pinto de; OLIVEIRA, Danielle Alves de. **Ética da informação: uma abordagem segundo Rafael Capurro**. In: SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, João Pessoa, 8., p. 264-273, 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/viii/sesa/paper/download/4590/2793>. Acesso em: 4 maio 2022.

BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE (b-on). **Publicação em acesso aberto: primeiros acordos transformativos b-on já em vigor**. Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), República Portuguesa, 2023. Disponível em: <https://www.b-on.pt/noticias/publicacao-em-acesso-aberto-primeiros-acordos-transformativos-b-on-ja-em-vigor/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BOAI10 - Budapest Open Access Initiative. **Prólogo: a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste 10 anos depois**. Tradução de Carolina Rossini. 2022. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-brazilian-translation/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

BOJO-CANALES, Cristina; MELERO, Remedios. Open access editorial policies of SciELO health sciences journals. **Journal of Information Science**, p. 1-14, jul. 2021. Disponível em: https://repisalud.isciii.es/bitstream/handle/20.500.12105/13273/OpenAccessEditorialPolicies_2021.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 11 out. 2021.

BOOTE, David N.; BEILE, Penny. **The quality of dissertation literature reviews: A missing link in research preparation**. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION, San Diego, CA. 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X034006003>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BOWLEY, Chealsye. **Nuevas recomendaciones internacionales para publicar en acceso abierto – #BOAI20**. 2022. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai20/boai20-spanish-translation/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRAINARD, Jeffrey. Open access takes flight. **Science**, v. 371, p. 16-20, jan. 2021. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/371/6524/16>. Acesso em: 28 maio 2021.

BRANDÃO, Tiago; MOREIRA, Amilton; TANQUEIRO, Sara Ramalho. Open access policies: History, promises and tensions. **Open Edition Journals**, v. 78, p. 253-276, jun. 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85109598784&doi=10.4000%2fLERHISTORIA.8560&partnerID=40&md5=27f319b8bc613a35e2f7c93c1218ff5e>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 7 de out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm. Acesso em:

15 de ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Metodológicas:** elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 92 p. (Série A: Normas e Manuais Técnicos).

BRITO, Ronnie Fagundes de; SHINTAKU, Milton; SOARES, Suely de Brito Clemente; WEBER, Claudiane. **Guia do usuário do Digital Object Identifier.** Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2016. 62 f. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Guia_usuario_DOI-online3.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BURGELMAN, Jean-Claude; PASCU, Corina; SZKUTA, Katarzyna; SCHOMBERG, Rene Von; KARALOPOULOS, Athanasios; REPANAS, Konstantinos; SCHOUPPE, Michel. **Open Science, Open Data, and Open Scholarship: European Policies to Make Science Fit for the Twenty-First Century.** Huan Liu, Arizona State University, United States, dez. 2019. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.3389/fdata.2019.00043>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CAMPOS, Andréa Fraga Dias; LIMA, Leandro Cearenço; GOSLING, Marlusa de Sevilha. Revisão por pares aberta: práticas e definições. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Publicações Contínuas, v. 12, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/199607>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil.** 2011. 319 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, UNB, 2011.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação Científica: reflexões sobre o conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/23109/14530/58116>. Acesso em: 3 maio 2022.

CASHIN, Aidan G.; BAGG, Matthew K.; RICHARDS, Giorgia C.; TOOMEY, Elaine; MCAULEY, James H.; LEE, Hopin. Limited engagement with transparent and open science standards in the policies of pain journals: a cross-sectional evaluation. **BMJ Evidence-Based Medicine**, Austrália, v. 26, n. 6, p. 313-319, dez. 2021. Disponível em: <https://ebm.bmj.com/content/26/6/313>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CASTILHO, Alessandra de; FACÓ, Júlio Francisco Blumetti. **A divulgação científica na universidade pública**: case Universidade Federal do ABC. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 34., Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2 a 6 de setembro de 2011, Recife, PE. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/r6-2341-1.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

CATTS, Ralph; LAU, Jesus. **Towards information literacy indicators**. UNESCO: Paris, 2008. Disponível em: http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/towards-information-literacy-indicators-08-infolit-en_0.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

CHAN, Leslie; HALL, Budd; PIRON, Florence; TANDON, Rajesh; WILLIAMS, Lorna. **Open Science Beyond Open Access**: for and with communities. A step towards the decolonization of knowledge. The Canadian Commission for UNESCO's IdeaLab, Ottawa, Canadá, jul. 2020. Disponível em: https://unescochair-cbrsr.org/wp-content/uploads/2020/07/OS_For_and_With_Communities_EN.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

CHILIMO, Wanyenda Leonard; ONYANCHA, Omwoyo Bosire. How open is open access research in Library and Information Science? **South African Journal of Libraries and Information Science (SAJLIS)**, v. 84, n. 1, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-82632018000100003&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2022.

COALITION S. **Making full and immediate Open Access a reality**. ALPSP, 2021. Disponível em: <https://www.alpsp.org/news/coalition-s-making-full-and-immediate-open-access-a-reality>. Acesso em: 6 nov. 2022.

COKI – CURTIN OPEN KNOWLEDGE INITIATIVE. **COKI Open Access Dashboard**. Curtin University, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.community/dashboards/coki-open-access-dashboard/>. Acesso em: 7 maio 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Dados científicos**: acesso aberto a resultados de investigação impulsionará capacidade europeia de inovação. Comunicado de Imprensa, Bruxelas, jul. 2012. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_12_790. Acesso em: 7 mar. 2023.

COPE – Committee on Publication Ethics. **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing (Portuguese)**. COPE, New Kings Court, 2022. Não paginado. Disponível em: <https://publicationethics.org/node/39291>. Acesso em: 11 set. 2022.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos

essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a05v35n2.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COSTA, Susana. Quais são os Princípios de Transparência e Boas Práticas na Comunicação Científica? **Open Science**, jun. 2022. Disponível em: <https://openscience.usdb.uminho.pt/?p=8164>. Acesso em: 9 nov. 2022.

COUTO, Walter Eler do; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Caminhos legais e ilegais para o Acesso Aberto: uma exploração de controvérsias. **TransInformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125674>. Acesso em: 22 out. 2021.

COUTO, Walter Eler do; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; SOUZA, Allan Rocha de; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Guia para Bibliotecas: Direitos Autorais e Acesso ao Conhecimento, Informação e Cultura**. São Paulo: FEBAB/CBDA3, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6214>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as licenças**. 2022. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR. Acesso em: 9 nov. 2022.

CUEVA, Javier de la; MÉNDEZ, Eva. **Open Science and Intellectual Property Rights How can they better interact?** State of the art and reflections. European Commission, European Union, 2022. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/42d27e04-b715-11ec-b6f4-01aa75ed71a1>. Acesso em: 5 nov. 2022.

CUNHA, Jacqueline de Araújo. As cores do acesso aberto à informação científica. **BiblioCanto**, Natal, v. 4, n.1, p. 22-39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/56899>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CUARTAS, Gabriel Vélez; URIBE-TIRADO, Alejandro; RESTREPO-QUINTERO, Diego; OCHOA-GUTIÉRREZ, Jaidier; PALLARES, César; GÓMEZ-MOLINA, Huber Fernando; SUÁREZ-TAMAYO, Marcela; CALLE, Julián. Hacia un modelo de medición de la ciencia desde el Sur Global: métricas responsables. **Palabra Clave**, La Plata, v. 8, n. 2, abr./set. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114069>. Acesso: 3 mar. 2023.

DENISCZWICZ, Marta. **Revisão por Pares Editorial: análise do sistema segundo o modelo CISM a partir do nature's peer review debate**. 2017. 213 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185564/PCIN0151-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig Ibert. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. *In: Metodologia de pesquisa em informática na educação: abordagem quantitativa de pesquisa*. 1. ed. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, v. 1, p. 1-26, 2020. Disponível em: https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2019/04/livro2_cap3.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

DIRETRIZES MEDOANET. Diretrizes MedOANet para implementação de políticas de

acesso aberto: Para instituições que realizam investigação científica e financiadores de ciência. **Consórcio do Projeto MedOANet**, 2013. Disponível em: https://openscience.usdb.uminho.pt/wp-content/uploads/2013/12/GUIDLines_PT.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

DOAJ – Directory of Open Access Journals. **About DOAJ**. 2022. Disponível em: <https://doaj.org/about/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DOAJ – Directory of Open Access Journals. **Transparency & best practice**. 2022. Disponível em: <https://doaj.org/apply/transparency/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia; PEREIRA, Edmeire Cristina. **Direito autoral: perguntas e respostas**. Curitiba: UFPR, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Princípios TOP para revistas e bibliotecas: promoção da transparência e abertura da ciência**. Junho 2018. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/?p=23896>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. **Conheça o Ecad – ECAD**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www3.ecad.org.br/o-ecad/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 4 nov. 2021.

EFFICIENCY AND STANDARDS FOR ARTICLE CHARGES (ESAC). **Transformative Agreements: what are transformative agreements?** Esac Initiative, 2023. Disponível em: <https://esac-initiative.org/about/transformative-agreements/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

EPRINTS Org. Open Access and Self-Archiving Links. **Electronics & Computer Science**, University of Southampton, 2021. Disponível em: www.eprints.org/self-faq. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTELLE, Lorraine; JAGO, Dave; WISE, Alicia. **How to enable smaller independent publishers to participate in ao agreements**. Information Power, Coalition S, The Association of Learned & Professional Society Publishers, 2021. Disponível em: https://www.alpsp.org/write/MediaUploads/Reports/How_to_enable_smaller_independent_publishers_to_participate_in_OA_agreements__2_June_2021__final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

FECHER, Benedikt; FRIESIKE, Sascha. Open Science: One Term, Five Schools of Thought. *In: Bartling S., Friesike S. (ed.). **Opening Science***, Springer, Cham, p. 17-47, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-00026-8_2. Acesso em: 4 jan. 2021.

FERES, Marcos Vinício Chein; SILVA, Lorena Abbas da; BRUNO, Ana Luísa Brêtas; ANDRADE, Felipe César de. Para além do acesso ao conhecimento: Licenças Creative Commons e políticas editoriais dos periódicos científicos. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 15, mar. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/159413>. Acesso em: 25 out. 2021.

FERNANDES, Márcia Santana; FERNANDES, Carolina Fernández; GOLDIM, José Roberto. A autoria, Direitos Autorais e Produção Científica: aspectos éticos e legais. **Rev. HCPA**, v. 28, n. 1, p. 26-32, 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/autoria.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. La protección tecnológica de las obras intelectuales y las excepciones al derecho de autor. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 33, n. 3, p. 3-14, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170524>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan-Carlos; MURIEL-TORRADO, Enrique. Ethical and legal use of information by university students: the core content of a training program. **Information Cultures in the Digital Age**, Springer Fachmedien Wiesbaden, p. 399-412, ago. 2016. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-658-14681-8_24. Acesso em: 9 jun. 2022.

FLEMING, Jesse I.; COOK, Bryan G. Open access in special education: a review of Journal and Publisher Policies. **Sage Journals**, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85101924745&doi=10.1177%2f0741932521996461&partnerID=40&md5=4ccdd5b091c9d0d74cddb89f8bfe103b>. Acesso em: 5 out. 2021.

FORTUNATO, Tatiane Priscila. **Gestão da informação para o processo científico baseado em indicadores**: um estudo da produção científica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2019. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215562>. Acesso em: 2 maio 2022.

FOSTER. **Mandato de Acesso Aberto a publicações e Piloto de dados abertos no Horizon 2020**. 2014. Disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FOSTER. **Open Science Definition**. 2021. Não paginado. Disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/foster-taxonomy/open-science-definition>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FOSTER. **What is Open Science? Introduction**. 2021. Não paginado. Disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/content/what-open-science-introduction>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FOSTER, Marc. Information literacy as a facilitator of ethical practice in the professions. **Journal of Information Literacy**, Reino Unido, v. 7, n. 1, p. 18-29, 2013. Disponível em: <http://ojs.lboro.ac.uk/ojs/index.php/JIL/article/viewFile/pra-v7-i1-2013-2/1806>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FREITAS, Christiana Soares de. Controvérsias sobre Redes Abertas de Produção de Conhecimento e de Comunicação Científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 472-486, nov. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3595/3074>. Acesso em: 2 dez. 2020.

FRESSOLI, Mariano; ARZA, Valeria. Negociando la apertura en ciencia abierta: un análisis de casos ejemplares en Argentina. **Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad**, Buenos Aires, v.12, n. 36, out. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132017000300007&lang=pt. Acesso em: 14 jan. 2022.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **O que é Ciência Aberta?** Série 1. Curso 1. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2G8OwXc>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; ALMEIDA, Bianca Miranda de; SILVA, Marco Donizete Paulino da. As políticas de direitos autorais e de reuso presentes nas revistas brasileiras de acesso aberto das áreas biológicas e de saúde disponibilizadas na plataforma SciELO-Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 44, p. 25-42, set./dez., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39560>. Acesso em: 19 out. 2022.

GADD, Elizabeth; TROLL COVEY, Denise. What does ‘green’ open access mean? Tracking twelve years of changes to journal publisher self-archiving policies. **Sage Journals**, jul. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0961000616657406>. Acesso em: 20 set. 2021.

GAMA, Janete Gonçalves de Oliveira; GARCIA, Leonardo Guimarães. Direito à informação e direitos autorais: desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 151-162, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1781>. Acesso em: 8 abr. 2022.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à Internet: direitos autorais na era digital**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GARRIDO, Isadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz. Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3DY77hevcTfVsc85r4SYrjs/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GILLET, Tim. Putting the context into metrics: why single-point evaluation is missing critical details. **Research Information**, n. 18, jun./jul. 2020. Disponível em: http://email.europascience.com/files/amf_europa_science/project_26/RIjun20_web.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O Acesso Aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 93-106, jun. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/128830>. Acesso em: 26 out. 2021.

GUANAES, Paulo (org.). **Marcos legais nacionais em face da abertura de dados para**

pesquisa em saúde: dados pessoais, sensíveis ou sigilosos e propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28838/4/Guanaes_Paulo_Org_Marcos_Legais_Presid%
c3%aancia_2018.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28838/4/Guanaes_Paulo_Org_Marcos_Legais_Presid%c3%aancia_2018.pdf). Acesso em: 9 ago. 2021.

GULLEY, Nicola. Creative Commons: challenges and solutions for researchers; a publisher's perspective of copyright in an open access environment. **UKSG Insights**, n. 26, p. 168-73, jul. 2013. Disponível em: <https://insights.uksg.org/articles/10.1629/2048-7754.107/>. Acesso em: 21 set. 2021.

GULKA, Juliana Aparecida; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. Presença digital em portais de periódicos: proposta de análise. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p. 159-179, Edição Especial 5 EBBC, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88407>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

HARNAD, Stevan. Fast-Forward on the green road to open access: the case against mixing up green and gold. **Ariadne**, n. 42, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue42/harnad>. Acesso em: 3 jun. 2021.

HARNAD, Stevan. Maximizing research impact through institutional and national Open-Access Self-Archiving Mandates. **Current Research Information Systems**, Bergen, Norway, Open Access Institutional Repositories, p. 11-13, maio 2006. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/262093/11/harnad-crisrev.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

HARVARD LIBRARY. Office for Scholarly Communication. **Open Access Policies**, 2022. Disponível em: https://osc-hul-harvard-edu.translate.goog/policies/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=wapp. Acesso em: 19 out. 2022.

HAYS, Ronald D.; WEECH-MALDONADO, Robert; TERESI, Jeanne A.; WALLACE, Steven Paul; STEWART, Anita L. Commentary: Copyright Restrictions Versus Open Access to Survey Instruments. **Medical Care**, v. 56, n. 2, p. 107-110, fev. 2018. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85040343894&doi=10.1097%2fMLR.0000000000000857&partnerID=40&md5=d32b449bd47d5e01111d3d4f0bd799c0>. Acesso em: 20 ago. 2021.

HOORN, Esther; VAN DER GRAAF, Maurits. Copyright issues in open access research journals: The authors' perspective. **D-Lib Magazine**, v. 12, n. 2, fev. 2006. Disponível em: <https://www.dlib.org/dlib/february06/vandergraaf/02vandergraaf.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

HOURCADE, Véronique. **O movimento de ciência aberta no Brasil**. 2015. 144 p. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/956249>. Acesso em: 11 jan. 2021.

HUANG, Chun-Kai Karl; NEYLON, Cameron; HOSKING, Richard; MONTGOMERY, Lucy; WILSON, Katie S.; OZAYGEN, Alkim; BROOKES-KENWORTHY, Chloe. Evaluating the impact of open access policies on research institutions. **eLife Sciences Publications**, v. 9, p. 1-13, set. 2020. Disponível em:

<https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-85092207521&doi=10.7554%2fELIFE.57067&origin=inward&txGid=db148f848ef1dfd0b4ee312b6823d1ef>. Acesso em: 23 ago. 2022.

IBICT – INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas**, 2022. Disponível em: <https://sitehistorico.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer>. Acesso em: 3 out. 2022.

ICMJE – International Committee of Medical Journal Editors. **Recommendations for the conduct, reporting, editing and publication of scholarly work in medical journals**. Dez, 2019. Disponível em: https://icmje.org/recommendations/archives/2019_dec_urm.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

JACOB, Carlos Henrique. **Direito autoral, acesso aberto e a universidade pública brasileira**. 2014. Tese (Doutorado em Odontologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/23/23145/tde-18032015-105447/publico/CarlosHenriqueJacobVersaoCorrigida.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

JENAL, Sabine; VITURI, Dagmar Willamowius; EZAÍAS, Gabriela Machado; SILVA, Luiz Almeida da; CALIRI, Maria Helena Larcher. O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul Enferm.**, v. 25, n. 5, p. 802-808, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/w4WkMwdcFw9qnhxPp3x35wz/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2022.

JOB, Ivone; MATTOS, Ana Maria; TRINDADE, Alexandre. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico? **Movimento**, v. 15, n. 3, p. 35-55, jul./set. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/8830/5578>. Acesso em: 5 nov. 2022.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report, jul. 2007. Disponível em: https://www.elsevier.com/_data/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

KOOHANG, Alex; HARMAN, Keith. The academic open access e-journal: platform and portal. **Informing Science Institute: Exploring Better to inform**, v. 6, jan. 2006. Disponível em: <https://www.informingscience.org/Publications/3030>. Acesso em: 15 out. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A divulgação científica como missão inadiável da universidade. **Boletim ALAIC**, São Paulo, n. 4, p. 24-26, 1991. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/13176/10094>. Acesso em: 5 maio 2022.

LAAKSO, Mikael. Green open access policies of scholarly journal publishers: a study of what, when, and where self-archiving is allowed. **Scopus preview**, v. 99, n. 2, p. 475-494, maio 2014. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84898008123&doi=10.1007%2fs11192-013-1205-3&partnerID=40&md5=ca64ada268c934d67204770c775714b0>. Acesso em: 15 set. 2021.

LAAKSO, Mikael; LINDMAN, Juho. Journal copyright restrictions and actual open access availability: a study of articles published in eight top information systems journals (2010–2014). **Scopus preview**, v. 109, n. 2, p. 1167-1189, nov. 2016. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84979599326&doi=10.1007%2fs11192-016-2078-z&partnerID=40&md5=6b6827135ccbf2026af332b7b7d4624e>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LAAKSO, Mikael; POLONIOLI, Andrea. Open access in ethics research: an analysis of open access availability and author self-archiving behaviour in light of journal copyright restrictions. **Springer Link**, abr. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-018-2751-5>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LABASTIDA JUAN, Ignasi; IGLESIAS REBOLLO, César. **Guía sobre gestión de derechos de autor y acceso abierto en bibliotecas, servicios de documentación y archivos**. Madrid: SEDIC, 2006. Disponível em: http://blogs.ujen.es/abiertobuja/wp-content/uploads/2014/04/dchos_autor_normaweb.01.07.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

LACORTE, Christiano Vítor de Campos. **A proteção autoral de bens públicos literários e artísticos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LEITÃO, Débora Sampaio; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. **Competência informacional: um panorama curricular nacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015, João Pessoa. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/187380>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LEITE, Eduardo Lycurgo. **Plágio e outros estudos em direito de autor**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LEITE, Fernando Cesar Lima. Comunicação científica e gestão do conhecimento: enlaces conceituais para a fundamentação da gestão do conhecimento científico no contexto de universidades. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 139-151, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/qLh7S9vyrcdZRxFdx4d6vvN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

LIMA, João Ademar de Andrade; TENÓRIO FILHO, Geraldo Magela Freitas; FERREIRA, Salomé Margot Melo; ESCOLA, Joaquim José Jacinto. **Do Open Source ao Open Education, aspectos conceituais e legais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE RECURSOS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO, 2., São Paulo, maio 2013. Disponível em: <https://joaoademar.com.br/ii-cbrde.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

LINO, Maria Helena de Medeiros. **Pesquisas envolvendo seres humanos: Fundamentos Éticos e Jurídicos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde**. 2007. Dissertação

(Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro.

Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/5066/maria_helena_medeiros_lino_ensp_mest_2007.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 23 set. 2022.

MALIČKI, Mario; AALBERSBERG, IJsbrand Jan; BOUTER, Lex; TER RIET, Garben.

Instruções dos periódicos aos autores: um estudo transversal entre disciplinas científicas.

PLoS ONE, v. 14, n. 9, set. 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222157>. Acesso em: 8 out. 2022.

MANSO, Eduardo J. Vieira. **O que é Direito Autoral**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:**

planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, Fabrício. **O labirinto do Plano S**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, ed. 299, jan.

2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-labirinto-do-plano-s/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas; WEITZEL, Simone da Rocha. **Portais de Periódicos de acesso aberto nas Universidades brasileiras:** a utilização do Open Journal Systems. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*

(ENANCIB), 16., 2015, João Pessoa. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3134/1146>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MEDEIROS, Ivan L. de; VIEIRA, Alessandro; BRAVIANO, Gilson; GONÇALVES, Berenice S. Revisão Sistemática e Bibliometria facilitadas por um Canvas para visualização de informação. **Revista Brasileira de Design da Informação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 93-110, 2015. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/341/213>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MICHALISZYN, Marcio Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa:** orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis?

Biblios: Journal of Librarianship and Information Science, n. 71, p. 1-16, 2018.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/64331>. Acesso em: 26 out. 2021.

NASSI-CALÒ, Lilian. Avaliação por pares aberta: a publicação dos pareceres influencia o comportamento dos pareceristas? **SciELO em Perspectiva**, mar. 2019. Disponível em:

https://blog.scielo.org/blog/2019/03/27/avaliacao-por-pares-aberta-a-publicacao-dos-pareceres-influencia-o-comportamento-dos-pareceristas/#.Y_5ZPR_MLDc. Acesso em: 28 fev. 2023.

NASSI-CALÒ, Lilian. A revisão por pares como objeto de estudo. **SciELO em Perspectiva**, abr. 2015. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/04/24/a-revisao-por-pares-como-objeto-de-estudo/#.Y2v-W-TMLDc>. Acesso em: 9 nov. 2022.

NAZARÉ, Erik André de; PEREIRA JÚNIOR, Antônio Afonso; GIRARD, Carla Daniella Teixeira; GIRARD, Cristiane Marina Teixeira. O Digital Object Identifier (DOI) em periódicos científicos eletrônicos de Comunicação e Informação. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 15, n. 3, p. 533-549, set./dez. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40094>. Acesso em: 10 nov. 2022.

OECD – Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico. Recommendation of the Council concerning Access to Research Data from Public Funding. **OECD Legal Instruments**, jan. 2021. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0347>. Acesso em: 7 jun. 2022.

OLIVÉ, León. Epistemología en la ética y en las éticas aplicadas. *In*: GARRAFA, Volnei; KOTTOW, Miguel; SAADA, Alya. **Estatuto epistemológico de la bioética**. Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, México, p. 133-160. 2005. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1666/1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; DIAS, Guilherme Ataíde; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Direito Autoral: aspectos protetivos nas publicações de acesso aberto. *In*: DIAS, G. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **Informação, direito autoral e plágio**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

OLIVEIRA, Jose Dutra; CHACAROLLI JÚNIOR, Osvaldo. A visão da honestidade acadêmica de professores e alunos de um curso superior em contabilidade. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 4, p. 324-339, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3372/337229732004/html/>. Acesso em: 19 maio 2022.

OLIVEIRA, Larissa Melo Bezerra de; COSTA, Sely Maria de Souza. Mudanças institucionais nas políticas de direitos autorais na comunicação científica: discussão teórica e realidade brasileira. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Pensilvânia, n. 61, p. 54-69, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70401>. Acesso em: 26 out. 2021.

OLIVEIRA, Margarida Pinto; ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Padrões de comunicação científica na Universidade Federal da Bahia. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 201-215, set./dez. 1992. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54650>. Acesso em: 4 maio 2022.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/94023>. Acesso em: 22 out. 2021.

OSF/COS. **Diretrizes para promoção da transparência e abertura nas políticas e práticas de periódicos ‘Diretrizes TOP’**. OSF, 2018. Disponível em: <https://osf.io/us5yg>. Acesso em: 8 out. 2022.

PACKER, Abel L.; SANTOS, Solange. Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte II. **SciELO em Perspectiva**, ago. 2019. Disponível em:

<https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-ii/#.XysllzV7nDc>. Acesso em: 5 ago. 2020.

PANZOLINI, Carolina Raquel Leite Diniz. **Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências**. 2018. 111 p. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34485/1/2018_CarolinaRaquelLeiteDinizPanzolini.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

PAVELA, Gary. Applying the Power of Association on Campus: A Model Code of Academic Integrity. **Journal of College and University Law**, v. 24, n. 1, 1997. Disponível em: https://www.heartland.edu/documents/idc/toomuch2_wrk.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e ética: estudo bibliográfico entre 2011 e 2015. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 225-249, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50033>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PEÑA, Karen Isabel Cabrera. Comparative analysis of public policies in open access models in Latin America. Brazil and Argentina cases. **RUSC Universities and Knowledge Society Journal**, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84921723786&doi=10.7238%2frusc.v12i1.1947&partnerID=40&md5=b6e90df0659db7a8941901132c709fbb>. Acesso em: 14 set. 2021.

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu; LUZO, Iraceles Cardoso. **Portais de periódicos científicos das universidades públicas maranhenses: boas práticas e convergências com a agenda 2030**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-16, set. 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2611>. Acesso em: 19 out. 2022.

PEREIRA, José Paulo Speck; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; SANTOS, Solange Maria dos. Periódicos científicos com indexação descontinuada: a Coleção SciELO Brasil. **TransInformação**, v. 32, e200011, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/ZJpwWc58yfcLXn6xFC3Ch7s/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PESSONI, Arquimedes; CARMO, Vanessa Aparecida do. A divulgação científica nas universidades do grande ABC: inovações ou repetições de formatos? **Comun. & Inf.**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 87-104, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/81415>. Acesso em: 5 maio 2022.

PIMENTA, Fabricia Pires; SILVA, Cícera Henrique; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Os direitos autorais na produção científica sobre informação e comunicação em saúde. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, set./dez. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151692>. Acesso em: 22 out. 2021.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **RECIIS – Rev. Eletron. De Comun. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.153-165, jun. 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/629/1269>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PIWOWAR, Heather; PRIEM, Jason; LARIVIÈRE, Vincent; ALPERIN, Juan Pablo; MATTHIAS, Lisa; NORLANDER, Bree; FARLEY, Ashley; WEST, Jevin; HAUSTEIN, Stefanie. The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, 6:e4375, fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7717/peerj.4375>. Acesso em: 27 maio 2021.

POLI, Leonardo Macedo. **Direito Autoral**: parte geral. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

PRÍNCIPE, Eloísa. **Taxas de APC em revistas brasileiras e portuguesas de acesso aberto: um estudo no DOAJ**. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA DE CIÊNCIA ABERTA (CONFOA), 10., Manaus, v. 48, n. 3, p. 47-53, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4888/4429>. Disponível em: 29 dez. 2022.

REATEGUI, E.; KLEMMANN, M.; EPSTEIN, D.; LORENZATTI, A. **Sobek**: a text mining tool for educational applications. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DATA MINING, Las Vegas, USA, p. 59-64, 2011. Disponível em: <http://worldcomp-proceedings.com/proc/p2011/DMI2159.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

RINALDI, A. Access evolved? Versatile open access policies are evolving together with scholarly information, but copyright issues remain unsettled. **EMBO Reports**, v. 9, n. 4, p. 317-321, 2008. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-48749086848&doi=10.1038%2fembor.2008.40&partnerID=40&md5=377db47b25e9f9ed7e09da7061153e82>. Acesso em: 15 out. 2021.

RIOS, Fahima Pinto. **Critérios para indexação de periódicos científicos**. 2018. 177 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/criterios_para_a_indexacao_de_periodicos_cientificos_15689000824116_1439.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine Rosângela Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Manifestos do movimento de acesso aberto: análise de domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, p. 148-169, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152/1103>. Acesso em: 9 jun. 2022.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-45, jan./abr., 2010. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6196/3900>. Acesso em: 1 nov. 2022.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; OLIVEIRA, Aline Borges de. Periódicos científicos na América Latina: títulos em Acesso Aberto indexados no ISI e SCOPUS. **Perspect. ciênc. inf.**, v. 17, n. 4, p. 77-99, out./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/P4GSxYP4sL4XHdchpNmzXLL/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SANCHES, Tatiana. Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 24, n. 3, p. 59-72, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/hNDBzcbwyy9bYGTFVt7wDS/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; TRZESNIAK, Piotr; DOMÍNGUEZ, Dania Deroy; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. Las revistas científicas en América Latina hacia el camino del acceso abierto: un diagnóstico de políticas y estrategias editoriales. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 159-172, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116841>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANTA ANNA, Jorge. Comunicação científica e o papel dos periódicos científicos no desenvolvimento das ciências. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 3-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/44365/22663>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu. Análise de Políticas de Informação em Repositórios Institucionais: Bases para a gestão de acervos audiovisuais. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 5, n. 3, p. 97-108, set./dez. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109143>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SANTOS, Hataânderson Luiz Cabral dos; JORGE, Vanessa de Arruda; MACHADO, Vera Maria Marques. Análise da tendência das políticas editoriais frente ao compartilhamento de dados pelos pesquisadores do INCQS. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 220-227, set./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136397>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Paula Xavier; ALMEIDA, Bethânia de Araújo; ELIAS, Flávia; MOTTA, Márcia Luz da; GUANAES, Paulo; JORGE, Vanessa de Arruda; HENNING, Patricia; OLIVEIRA, Gabriela. **Ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24117/2/Livro-Verde-07-06-2018.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS-D'AMORIM, Karen; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira; SANTA-CRUZ, Petrus. Reasons and implications of retracted articles in Brazil. **TransInformação**, Campinas, v. 33, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e210001>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SARMENTO, Fernanda; MIRANDA, Ângelo; BAPTISTA, Ana Alice; RAMOS, Isabel. **Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre**. In: WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES, 9., Salvador, Bahia, p. 20-23, set. 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4282>. Acesso em: 21 out. 2022.
SciELO - Scientific Electronic Library Online. Critérios, política e procedimentos para a

admissão e a permanência de revistas científicas na Coleção SciELO Portugal. **SciELO**, jan. 2021. Disponível em: https://scielo.pt/avaliacao/Novos_Criterios_SciELO_2021_FINAL_10022021.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil. **SciELO**, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Guia para promoção da abertura, transparência e reprodutibilidade das pesquisas publicadas pelos periódicos SciELO. **SciELO**, set. 2018. Disponível em: https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_TOP_pt.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Identificadores e pesquisa: fundamentos e planos do ORCID – Entrevista com Laure Haak [online]. **SciELO em Perspectiva**, maio 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/05/18/identificadores-e-pesquisa-fundamentos-e-planos-orcid-entrevista-com-laure-haak/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SCHILTZ, Marc. **Part I: The Plan S Principles**. França: European Science Foundation, 2018. Disponível em: https://www.coalition-s.org/plan_s_principles/. Acesso em: 13 nov. 2022.

SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; RISEMBERG, Rabbith Ive Carolina Shitsuka. Avaliação das noções de Digital Object Identifier (DOI) em alunos de um curso a distância de Pós-Graduação Lato Sensu. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 21, n. 1, p. 496-519, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33942>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. **A pesquisa e suas aplicações em ciência da informação: implicações éticas**. João Pessoa: Ideia, 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26301/2/armandomalheiropesquisa000107223.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SILVA, Erasmo Moises dos Santos; LIMA, Mikeas Silva de; QUEIROZ, Salette Linhares. Autoria coletiva em ambiente informatizado no ensino superior de química. **Educação, Quím. Nova**, v. 42, n. 4, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/mkSVcWjmYbQtd47xw7hGzzG/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, Natália Rodrigues; RIBEIRO, Nivaldo Calixto; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Licenças alternativas de proteção intelectual atribuídas a periódicos técnicos e/ou científicos da área da Ciência da Informação no contexto da Ciência Aberta. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 4, p. 1-30, ago. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/163182>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SILVA, Priscila do Nascimento; WEITZEL, Simone da Rocha. Os desafios das políticas de embargo em Repositórios Institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, nov. 2017.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/131453>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SILVA, Rita Machado. Repositório institucional: uma proposta para a gestão da informação científica da IES do SENAI Bahia. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 1, p. 143-159, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81680>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA FILHO, Givaldo Ramos da; GARCIA, Rodrigo Garófallo; AMARAL, Cynara Almeida. A aplicação do DOI para publicações no Portal de Periódicos da UFGD e a busca por novos indexadores. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, Número Especial, p. 17-26, fev. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110811>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. 1. ed. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. 226 p.

SIQUEIRA, Luís Paulo Bogliolo Piancastelli de. Direitos Autorais e Comunicação Científica: desafios para bibliotecas. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v. 2, número especial, p. 29-42, fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3073>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SOARES, André Marcelo M.; PIÑEIRO, Walter Esteves. **Bioética e biodireito: uma introdução**. São Paulo: Loyola, 2006.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SHINTAKU, Milton; COSTA, Lucas Rodrigues; MACÊDO, Diego José. **Lei de Proteção de Dados Pessoais e o Open Journal Systems: política de gestão de dados pessoais em revistas científicas**. Brasília: IBICT, 2021.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira; DIAS, Guilherme Ataíde. Entre o Acesso Aberto e a Proteção Autoral: os limites autorais nas decisões judiciais. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, série 3, nº especial, p. 137-141, ConfOA 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157257>. Acesso em: 17 jan. 2022.

STODDEN, Victoria. Open science: Policy implications for the evolving phenomenon of user-led scientific innovation. **SISSA – International School for Advanced Studies, Jcom**, v. 9, n. 1, p. 1-8, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-77955910701&doi=10.22323%2f2.09010205&partnerID=40&md5=faeed8088902131f0f1c2b3e019eab14>. Acesso em: 22 set. 2021.

SUBER, Peter. **A very brief introduction to open access**. Springer, 2004. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4727454/suber_verybriefintro.htm?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 jan. 2022.

SUBER, Peter. **Open Access**. United States of American: MIT Press, 2012. Disponível em: https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/9780262517638_Open_Access_PDF_Version.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

SUBER, Peter. **Open Access Overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints**. Dez, 2015. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SUBER, Peter. The primacy of authors in achieving open access. **Nature**, 2004. Não paginado. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/24.html>. Acesso em: 21 ago. 2021.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; SOUZA, Maria Naires Alves de; PAES, Denyse Maria Borges. Reflexões sobre o acesso aberto à informação científica. **RACIn**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 50-66, jan./jun. 2013. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v1_n1/racin_v1_n1_artigo03.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

TAGATA, Cláudia Maria. Ética na pesquisa científica: o papel do professor na construção de um cidadão ético. **Revistas de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 11, n. 1, p. 115-125, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/2253>. Acesso em: 2 dez. 2022.

TEIXEIRA, Diogo Dias. A legalidade da reprodução integral de obra protegida por direito de autor para uso privado. *In*: ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; MORAES, Rodrigo *et al.* (org.). **Propriedade intelectual em perspectiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TOMÁEL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Repositórios Institucionais: Diretrizes para Políticas de Informação**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. Disponível em: <http://enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

TSOUKALA, Victoria; ANGELAKI, Marina. Diretrizes para Políticas de Acesso Aberto para instituições que realizam investigação científica. **PASTEUR40**, set. 2015. Disponível em: http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Diretrizes%20para%20Políticas%20de%20Acesso%20Aberto_Set2015.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

TYBEL, Douglas. **As diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa**. 2022. Disponível em: <https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-descritiva/>. Acesso em: 28 maio 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **UNESCO estabelece ambiciosos padrões normativos internacionais para a ciência aberta**. UNESCO, 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-estabelece-ambiciosos-padroes-normativos-internacionais-ciencia-aberta>. Acesso em: 27 jan. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conceitos de abertura e acesso aberto**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232207>. Acesso em: 6 jun. 2022.

VALENTE, Mariana Giorgetti. **Implicações políticas e jurídicas dos direitos autorais na internet**. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direitos, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-10012014-170508/publico/2013_01_16_dissertacao_marianagvalente_versaointegral.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

VALENTE, Mariana Giorgetti; HOUANG, André. **Creative Commons BR: O que você**

precisa saber sobre licenças CC. Equipe CC Brasil, 2020. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/wp-content/uploads/sites/30/2021/02/CartilhaCCBrasil.pdf>. Acesso: 5 maio 2021.

VALERO, Javier Sanz; CABO, Jorge Veiga de; CASTIEL, Luis David. A iniciativa Open Access no acesso à informação técnico-científica nas Ciências da Saúde. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.19-26, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/128419>. Acesso em: 22 out. 2021.

VALERIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v20n2/04.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Fz4q6DhPGhjnhXmRxLw6Ct/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022.

VEIGA, Viviane; DIB, Simone; HENNING, Patricia; NASCIMENTO, Francisco José T.; GUANAES, Paulo; PENEDO, Erick; GUIMARÃES, Cristina. **Plano de Gestão de Dados de Pesquisa**: guia de elaboração. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ICICT, Rede de Bibliotecas, 2022. 31 p.

VIEIRA, André. “Plan S”: Plano para acelerar a transição para o Acesso Aberto. **Open Science**, set. 2018. Disponível em: <https://openscience.usdb.uminho.pt/?p=5330>. Acesso em: 13 mar. 2023.

VILA, M. D. P.; VITULO, N. A. V.; CUNHA, J. A.; CUNHA, C. C. D.; MAIA, M. A. Q. Estratégias para a inclusão de novos projetos editoriais no portal de periódicos eletrônicos da UFRN por meio de sua incubadora: relato de experiência. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1 n. 1, n. 1, p. 1-13, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65863>. Acesso em: 10 maio 2023.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa de; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 2-17, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/8WRknbjLQv9BJd8QBxz9N7s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura. **Plágio acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2016.

WEBER, Claudiane. **DOI - Digital Object Identifier**: conceito, requisitos e

responsabilidades dos editores. UFSC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/7069/DOI.conceito.requisitos.responsabilidades.Editors.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 nov. 2022.

WEBOMETRICS. Ranking Web de Universidades. **Metodologia**. 2021. Disponível em: <https://www.webometrics.info/es>. Acesso em: 11 fev. 2021.

WEBOMETRICS. **Ranking Web de Universidades. Ranking Universidades: Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.webometrics.info/es/Latin_America_es/Brasil. Acesso em: 13 out. 2020.

WITTER, Geraldina Porto. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. *In*: CURTY, Renata Gonçalves (org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. Londrina: UEL/ECIN, p. 9-30, 2010. Disponível em: http://eprints.rclis.org/14623/1/PRODUCAO_INTELECTUAL_NO_AMBIENTE_ACAD%3%8AMICO.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.

WOOD, Christine Cormack. As razões porque o Crossref existe e persiste. **Scielo em Perspectiva**, jul. 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/07/17/as-razoes-porque-o-crossref-existe-e-persiste/#.Y3JSDeTMLDc>. Acesso em: 14 nov. 2022.

XIA, Jingfeng; GILCHRIST, Sarah B.; SMITH, Nathaniel X. P.; KINGERY, Justin A.; RADECKI, Jennifer R.; WILHELM, Marcia L.; HARRISON, Keith C.; ASHBY, Michael L.; MAHN, Alyson J. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, v. 12, n. 1, p. 85-102, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84855873590&doi=10.1353%2fpla.2012.0000&partnerID=40&md5=b5674aaabe3fb13f7973716f667d69e2>. Acesso em: 14 set. 2021.

ZHU, Yimei. Open-access policy and data-sharing practice in UK academia. **Sage Journals**, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85060697905&doi=10.1177%2f0165551518823174&partnerID=40&md5=a0e2aea3c35470f8e9acde0cac929e5f>. Acesso em: 7 out. 2021.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

A relação das 100 universidades mais bem classificadas, conforme *ranking* fornecido pela Webometrics, será demonstrada no Quadro 8.

Quadro 8 – Relação das 100 universidades mais bem classificadas

Posição Ranking	Universidade	Sigla
1	Universidade de São Paulo	USP
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
3	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
4	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
5	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
6	Universidade Federal do Paraná	UFPR
7	Universidade Federal Fluminense	UFF
8	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP
9	Universidade Federal do Ceará	UFC
10	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
11	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
12	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
13	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
14	Universidade Federal de Viçosa	UFV
15	Universidade Federal do Pará	UFPA
16	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
17	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
18	Universidade de Brasília	UnB
19	Universidade Federal da Bahia	UFBA
20	Universidade Federal de Lavras	UFLA
21	Fundação Getúlio Vargas	FGV
22	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
23	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
24	Universidade Federal de Sergipe	UFS
25	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS
26	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
27	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL
28	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RIO
29	Universidade Federal do Amazonas	UFAM
30	Universidade Federal de Goiás	UFG
31	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
32	Universidade Estadual de Maringá	UEM
33	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
34	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
35	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
36	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS
37	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
38	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
39	Universidade Estadual de Londrina	UEL
40	Universidade Paulista	UNIP
41	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA
42	Universidade de Fortaleza	UNIFOR

43	Universidade Federal de Uberlândia	UFU
44	Universidade Federal do ABC	UFABC
45	Universidade de Passo Fundo	UPF
46	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
47	Universidade Federal de São João del Rei	UFSJ
48	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR
49	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
50	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG
51	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL
52	Universidade Federal do Rio Grande	FURG
53	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
54	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow do Fonseca	CEFET/RJ
55	Universidade de Caxias do Sul	UCS
56	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG
57	Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC
58	Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO
59	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
60	Universidade Estácio de Sá	ESTÁCIO
61	Universidade Federal do Piauí	UFPI
62	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC
63	Universidade de Pernambuco	UFPE
64	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
65	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES
66	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE
67	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
68	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF
69	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET-MG
70	Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT
71	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
72	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP
73	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
74	Universidade Regional de Blumenau	FURB
75	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
76	Universidade Cruzeiro do Sul	-
77	Universidade Federal do Vale do São Francisco (Pernambuco; Bahia; Piauí)	UNIVASF
78	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI
79	Pontifícia Universidade Católica do Campinas	PUC-CAMPINAS
80	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP
81	Universidade do Estado do Amazonas	UEA
82	Pontifícia Universidade Católica do Minas Gerais	PUC MINAS
83	Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE
84	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA
85	Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS
86	Universidade Estadual de Goiás	UEG
87	Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL
88	Faculdades La Salle	UNILASALLE
89	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
90	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN
91	Universidade Nove de Julho	UNINOVE
92	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC

93	Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC
94	Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP
95	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN
96	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	Santa Casa SP
97	Instituto de Ensino e Pesquisa	INSPER
98	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
99	Universidade Salvador	UNIFACS
100	Universidade de Taubaté	UNITAU

Fonte: Adaptado de Webometrics (2020).

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE POSSUEM PORTAIS DE PERIÓDICOS

Com base na relação fornecida pelo *ranking* Webometrics, se analisou quais das 100 universidades melhor classificadas possuem portais de periódicos vinculados. Como resultado, constatou-se que 89 universidades possuem portais, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Relação universidades que possuem portais de periódicos

Posição Ranking	Universidade	Sigla
1	Universidade de São Paulo	USP
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
3	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
4	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
5	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
6	Universidade Federal do Paraná	UFPR
7	Universidade Federal Fluminense	UFF
8	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP
9	Universidade Federal do Ceará	UFC
10	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
11	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
12	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
13	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
14	Universidade Federal de Viçosa	UFV
15	Universidade Federal do Pará	UFPA
16	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
17	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
18	Universidade de Brasília	UnB
19	Universidade Federal da Bahia	UFBA
20	Universidade Federal de Lavras	UFLA
21	Fundação Getúlio Vargas	FGV
22	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
23	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
24	Universidade Federal de Sergipe	UFS
25	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS
26	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
27	Universidade Federal de Pelotas	UFPel
28	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RIO
29	Universidade Federal do Amazonas	UFAM
30	Universidade Federal de Goiás	UFG
31	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
32	Universidade Estadual de Maringá	UEM

33	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
34	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
35	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
36	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS
37	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
38	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
39	Universidade Estadual de Londrina	UEL
40	Universidade Paulista	UNIP
42	Universidade de Fortaleza	UNIFOR
43	Universidade Federal de Uberlândia	UFU
44	Universidade Federal do ABC	UFABC
45	Universidade de Passo Fundo	UPF
46	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
48	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR
49	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
51	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL
52	Universidade Federal do Rio Grande	FURG
53	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
55	Universidade de Caxias do Sul	UCS
56	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG
57	Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC
60	Universidade Estácio de Sá	ESTÁCIO
61	Universidade Federal do Piauí	UFPI
62	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC
64	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
65	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES
66	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE
67	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
68	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF
69	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET-MG
70	Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT
72	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP
73	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
74	Universidade Regional de Blumenau	FURB
75	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
77	Universidade Federal do Vale do São Francisco (PERNAMBUCO; BAHIA; PIAUÍ)	UNIVASF
78	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI
79	Pontifícia Universidade Católica do Campinas	PUC-CAMPINAS
80	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP
81	Universidade do Estado do Amazonas	UEA
82	Pontifícia Universidade Católica do Minas Gerais	PUC-MINAS
83	Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE
84	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA

85	Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS
86	Universidade Estadual de Goiás	UEG
87	Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL
88	Faculdades La Salle	UNILASALLE
89	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
90	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN
91	Universidade Nove de Julho	UNINOVE
92	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC
93	Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC
94	Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP
95	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN
98	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
99	Universidade Salvador	UNIFACS
100	Universidade de Taubaté	UNITAU

Fonte: Adaptado de Webometrics (2020).

APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE NÃO POSSUEM PORTAIS DE PERIÓDICOS

A seguir, no Quadro 10, demonstra-se a relação das 11 universidades que não possuem portais de periódicos próprios vinculados.

Quadro 10 – Relação universidades que não possuem portais de periódicos

Posição Ranking	Universidade	Sigla
41	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA
47	Universidade Federal de São João del Rei	UFSJ
50	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG
54	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CEFET/RJ
58	Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO
59	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
63	Universidade de Pernambuco	UPE
71	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
76	Universidade Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul
96	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	Santa Casa SP
97	Instituto de Ensino e Pesquisa	INSPER

Fonte: Adaptado de Webometrics (2020).

APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS PORTAIS DE PERIÓDICOS QUE POSSUEM DIRETRIZES

Foram localizados 30 portais de periódicos que possuem diretrizes ou documentos norteadores predefinidos, os quais foram analisados detalhadamente, relação disponível no Quadro 11.

Quadro 11 – Relação das universidades que possuem diretrizes/documentos norteadores

Posição Ranking	Universidade	Sigla
1	Universidade de São Paulo	USP
3	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
4	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
5	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
6	Universidade Federal do Paraná	UFPR
7	Universidade Federal Fluminense	UFF
8	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP
10	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
12	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
13	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
15	Universidade Federal do Pará	UFPA
16	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
17	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
18	Universidade de Brasília	UnB
20	Universidade Federal de Lavras	UFLA
22	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
31	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
33	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
34	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
36	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS
37	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
42	Universidade de Fortaleza	UNIFOR
51	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL
53	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
61	Universidade Federal do Piauí	UFPI
64	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
67	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
70	Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT
82	Pontifícia Universidade Católica do Minas Gerais	PUC-MINAS
90	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN

Fonte: Adaptado de Webometrics (2020).

**APÊNDICE E – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE POSSUEM
PORTAIS DE PERIÓDICOS QUE ESTÃO EM FASE DE CONSTRUÇÃO DAS
DIRETRIZES/DOCUMENTOS NORTEADORES**

No total, 14 portais de periódicos informaram que no ano de 2022 que estão em fase de construção ou aprovação da diretriz/documento norteador, conforme relação disponível no Quadro 12.

Quadro 12 – Relação das universidades que estão com suas diretrizes/documentos norteadores em construção

Posição Ranking	Universidade	Sigla
14	Universidade Federal de Viçosa	UFV
19	Universidade Federal da Bahia	UFBA
24	Universidade Federal de Sergipe	UFS
26	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
32	Universidade Estadual de Maringá	UEM
35	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
39	Universidade Estadual de Londrina	UEL
43	Universidade Federal de Uberlândia	UFU
49	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
62	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC
73	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
74	Universidade Regional de Blumenau	FURB
86	Universidade Estadual de Goiás	UEG
89	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD

Fonte: Adaptado de Webometrics (2020).

APÊNDICE F – FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

A ferramenta de avaliação apresentada no Quadro 13 serviu como base na condução das perguntas, cujas respostas auxiliaram no levantamento do entendimento dos responsáveis pelos portais de periódicos quanto questões relativas à ciência aberta, acesso aberto e direitos autorais.

Quadro 13 – Ferramenta de avaliação para análise das diretrizes/documentos norteadores

Nº	Item	Sim	Não	Observações
1	Existe incentivo do portal na promoção da informação			
2	Portal funciona como principal meio de disseminar as publicações científicas da universidade/instituição			
3	Disponibilização de conteúdos completos a qualquer interessado de forma on-line e gratuita			
4	Preocupação que o acesso ao conhecimento seja universal, democrático e difundido na sociedade			
5	Enxerga que o acesso aberto é capaz de ampliar a credibilidade e a visibilidade das publicações			
6	O Portal busca normatizar os procedimentos/fixar políticas			
7	Existe monitoração quanto a aplicabilidade das políticas			
8	Existe a preocupação em preservar a memória institucional			
9	Depósito da obra em formato digital em Repositório da Instituição			
10	Preocupação em garantir os direitos dos autores			
11	Preocupação em garantir os direitos dos leitores			
12	Preocupação em garantir o livre acesso/acesso aberto			
13	Existe menção quanto a política de direitos autorais			
14	Existe menção quanto a política de acesso aberto			
15	Existem critérios definidos quanto a inclusão de novos periódicos (revistas) no Portal			
16	Existem critérios definidos quanto a permanência de novos periódicos (revistas) no Portal			
17	Existem critérios definidos quanto a exclusão de novos periódicos (revistas) no Portal			
18	Indicação/recomendação de qual licença utilizar			
19	Menção sobre a ferramenta/sistema de editoração utilizado para disseminar a informação			
20	Possibilidade de autoarquivamento da obra ainda não revisada			
21	Cita o processo de avaliação por pares			
22	Acesso aberto como padrão para todas as publicações com revisão por pares			
23	Disponibilização de metadados			
24	Preocupação com a qualidade das publicações ali presentes			
25	Preocupação em oferecer segurança à informação disponível			
26	Cita a competência do Comitê Gestor			
27	Menciona a ciência aberta			
28	Institui políticas do portal de periódicos			

Fonte: Elaborado pela autora (2021).